

DIRETRIZES DE

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

COLEÇÃO AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
VOLUME 2



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

DIRETRIZES DE

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

COLEÇÃO AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
VOLUME 2

DIRETRIZES DE

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

COLEÇÃO AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
VOLUME 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Grupo de Trabalho para Elaboração e Articulação dos Instrumentos de Avaliação de
Políticas Públicas de Niterói
Subgrupo de Sistema de Gestão da Informação

Prefeito
Axel Graef

Secretária de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão
Ellen Benedetti

Subsecretária de Avaliação e Gestão da Informação de Políticas Públicas
Severine Macedo

Diretor de Gestão da Informação
Murilo Amatneeks

Organização e Coordenação Geral

Ellen Benedetti
Severine Macedo
Murilo Amatneeks

Elaboração

Murilo Amatneeks
Catarina Kuo
Gabriela Machado

Apoio

Jorge Teles – SSAGI/SEPLAG
Yanca Tonhati – SSAGI/SEPLAG
Gabriel Soares – SSAGI/SEPLAG
Danilo Bertazzi – SSMG/SEPLAG
Victor Torráo – SSMG/SEPLAG
Camila Moreira – SSMG/SEPLAG
David Figueiredo – SSMG/SEPLAG
Enzo Mayer – SSMG/SEPLAG
Ana Vieira – SEMUG
Rogério Gama – SMU
Ricardo Braz – SIGeo/EGP
Victor Hugo Vale – SIGeo/EGP
João Costa – SMF

Grupo de Trabalho

Severine Macedo – SEPLAG
Jorge Teles – SEPLAG
Ronaldo Ragone – SEDEN
Rafael Chilelli – SEDEN
Gustavo Rodrigues – SEMPAS
Octavio Ribeiro – SEMPAS
Josy Pinho – SMS
Priscila Borges – SMF
Bianca Carrasco – SMF
Elton Silva – SMASES
Rachel Batista – SMASES
Rafael Adonis – SMDH
Amanda Pinheiro – SEXEC
Carlos Brizola – SEXEC
Thiago Risso – SME
Bruna Werneck – SME
Lucas Rangel – SEMUG
Michael Aguiar – SEMUG
Ana Vieira – SEMUG
Felipe Leichsnering – GGIM
Luciano Avelar – GGIM
Mayara Espíndola – EGP
Katherine Azevedo – EGP

Produção editorial
Cláudio Soares

Preparação e revisão
Patrícia Sotello

Projeto gráfico e diagramação
Bruno Eustáquio

Apoio Técnico

Niterói
LIVROS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Comara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diretrizes de gestão da informação de políticas públicas / [organização Ellen Benedetti, Severine Macedo, Murilo Amatneeks]. -- Niterói, RJ : Fundação de Arte de Niterói - Niterói Livros, 2021. -- (Coleção avaliação de políticas públicas ; v. 2)

ISBN 978-65-992086-4-5

1. Gerenciamento de recursos de informação
2. Niterói (RJ). Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão 3. Políticas públicas - Niterói (RJ) I. Benedetti, Ellen. II. Macedo, Severine. III. Amatneeks, Murilo. IV. Série.

21-94922

CDD=351.098153

Índices para catálogo sistemático:

1. Rio de Janeiro : Niterói : Gestão da informação : Políticas públicas : Administração publica 351.098153

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

The image features a modern dining or meeting area with several round tables and orange chairs. The room has large windows in the background, and the ceiling is visible with recessed lighting. The foreground is dominated by a dark blue background with orange geometric shapes, including a large triangle on the left and a diamond on the right. The word "LISTAS" is written in orange capital letters on the blue background.

LISTAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BD	Banco de Dados
BI	<i>Business Intelligence</i>
CAGED	Cadastro Federal de Empregados e Desempregados
CETI	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
CISP	Centro Integrado de Segurança Pública
CMTCS	Conselho Municipal de Transparência e Controle Social
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CSV	<i>Comma-separated value</i>
CTM	Cadastro Técnico Multifinalitário
DATANIT	Sistema Informatizado de Gestão de Dados de Políticas Públicas de Niterói
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DGI	Diretoria de Gestão da Informação
EGG	Escola de Governo e Gestão de Niterói
EGP	Escritório Geral de Projetos
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ePING	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FTP	<i>File Transfer Protocol</i>
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LAI	Lei do Acesso à Informação

LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MOBNIT	Sistema Informatizado de Gestão de Dados da Mobilidade Urbana
NGE	Núcleo de Gestão Estratégica
NQQ	Plano Niterói que Queremos
OBSERVANIT	Observatório de Indicadores de Niterói
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMPIR	Observatório Municipal de Promoção da Igualdade Racial
OSPNIT	Observatório de Segurança Pública do Município de Niterói
PMN	Prefeitura Municipal de Niterói
PPA	Plano Plurianual
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEDEN	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SEMPAS	Secretaria Municipal de Participação Social
SEMUG	Secretaria Municipal de Governo
SEPLAG	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SEXEC	Secretaria Executiva
SGBD	Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados
SIGeo	Sistema de Gestão da Geoinformação
SIMAGI	Sistema Municipal de Avaliação e Gestão da Informação de Políticas Públicas de Niterói
SMASES	Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária
SMDH	Secretaria Municipal de Direitos Humanos
SME	Secretaria Municipal de Educação

SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade
SQL	<i>Structured Query Language</i>
SSAGI	Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação de Políticas Públicas
SSMG	Subsecretaria de Modernização da Gestão
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
XML	<i>Extensible Markup Language</i>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores e informações necessárias presentes em suas fórmulas – por área de resultado (agosto/2021)	26
Tabela 2: Iniciativas de desenvolvimento de sistemas de gestão de dados previstas no PPA 2022-2025	28
Tabela 3: Divisão entre órgãos finalísticos e órgãos meio para análise das respostas do Questionário	31
Tabela 4: Origem de dados	35
Tabela 5: Realização de cadastros	53
Tabela 6: Meios utilizados para o cadastramento	54
Tabela 7: Iniciativa para a realização do cadastramento	54
Tabela 8: Periodicidade de atualização dos cadastros	55
Tabela 9: Relação entre os dados de cadastros e outros órgãos	56
Tabela 10: Formas de armazenamento de dados na PMN	66

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 INTRODUÇÃO	16
2 A INFORMAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	24
3 OS DADOS E A PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI	29
4 PONTAPÉ: MAPEAR OS DADOS	33
5 COLETA DE DADOS: O PRIMEIRO PASSO PARA A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	38
6 DESAGREGAR DADOS COMO FORMA DE COMPREENDER A REALIDADE.....	42
7 REGIONALIZAÇÃO DOS DADOS: AS DIVERSAS REALIDADES EM UMA CIDADE.....	47
8 CADASTROS: CONHECENDO O PÚBLICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	51
9 O ADEQUADO ARMAZENAMENTO DOS DADOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	65
10 SOBRE O COMPARTILHAMENTO DE DADOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	72
11 A PERSPECTIVA ANALÍTICA DOS DADOS	78

12 DADOS ABERTOS	84
13 COOPERAÇÃO ENTRE SISTEMAS POR MEIO DA INTEROPERABILIDADE DE DADOS PARA A MELHORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	88
14 UMA BASE COMUM DOS DADOS PARA AS POLÍTICAS DA PREFEITURA	93
15 PLANO DE CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	97
16 GOVERNANÇA DE DADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS	105
ANEXO I – COMPILADO DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO SOBRE DADOS E INDICADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	107



APRESENTAÇÃO

Este documento é resultado de uma iniciativa da Subsecretaria de Avaliação de Políticas Públicas e Gestão da Informação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão de construir um diagnóstico sobre o status da Prefeitura Municipal de Niterói, no que tange a coleta, armazenamento, atualização e manutenção dos dados e informações gerados por registros administrativos internos e por fontes oficiais governamentais externas à Prefeitura.

Este diagnóstico foi base importante para o debate realizado no Grupo de Trabalho para Elaboração e Articulação dos Instrumentos de Avaliação de Políticas Públicas de Niterói, instituído pelo Decreto nº 13.973/2021, e, juntamente com a bibliografia disponível, subsidiou a elaboração destas diretrizes que pretendem oferecer mais um instrumento que potencialize a ampliação das capacidades dos servidores em gerir a informação para executar melhores políticas públicas. Este material é, portanto, resultado de um esforço coletivo e é um produto gerado no GT.

Vivemos a era da informação, em que a transformação digital nos apresenta os novos dilemas de uma sociedade globalizada e ainda muito desigual. Se, por um lado, o acesso às tecnologias por uma parcela significativa da população — em especial a mais pobre — é um desafio; por outro, à medida em que ele evolui, demanda cada vez mais agilidade dos seus governos em avançarem nas melhorias das políticas e dos serviços também por meio digital. Esse processo permite o aprimoramento das ferramentas e a ampliação da produção de dados e informações e coloca, na prática, a tarefa de melhorar a organização desses registros, de maneira que eles possam ser fontes confiáveis para subsidiar a avaliação de indicadores e a avaliação dessas políticas e serviços.

Estas informações são um ativo de valor inestimável e justificadas, em especial, pelo quanto elas podem potencializar estratégias e tornar os resultados mais concretos — algo que vem muito a calhar com as demandas da administração pública: aumentar sua eficiência, atendendo melhor a população.

Entretanto, fato é que ainda é muito recente nos governos municipais o reconhecimento da centralidade dos dados para uma agenda não só de boa governança, mas de resultados mais exitosos das políticas a serem alcançados. Na maior parte das Prefeituras, o tema ainda é inexistente e os desafios que surgem diferenciam cada vez mais as gestões entre aquelas que realmente estão preparadas e aquelas que se mostram incapazes de produzir respostas à sua população.

Ao longo do ano de 2020, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) exigiu dos governos municipais ainda mais agilidade e ampla capacidade de resposta, em um tempo cada vez mais baseado no imediato e em um quadro cada vez mais baseado na emergência. O bom uso dos dados mostrou-se importantíssimo para a identificação de gargalos e o aprimoramento das inúmeras situações encontradas no enfrentamento ao vírus, lançando luz sobre como a gestão da informação pode ser uma grande aliada da administração pública.

Em Niterói, o tratamento de dados mostrou-se fundamental no monitoramento epidemiológico e no acompanhamento de internações hospitalares até a organização de políticas de auxílio para a população. Tendo o processamento das inúmeras informações como elementar na agenda de governo, a Prefeitura instituiu um indicador-síntese no Plano de Transição Para o Novo Normal, que qualificou as relações com a população e os setores empresariais, mostrando que as decisões de combate à pandemia eram todas baseadas nos dados. Em 2021, por sua vez, as ações continuaram e a Prefeitura, com controle da situação e conhecendo seus municípios, pode iniciar um processo de vacinação da população de forma célere e organizada.

O exemplo do enfrentamento da pandemia corresponde ao legado de inovação pelo qual é reconhecida a cidade de Niterói. Seja no âmbito do planejamento a longo prazo, seja na forma de execução, a administração municipal constantemente se desafia a imprimir outro nível de qualidade nas políticas públicas — o que

por si só demanda outro patamar de monitoramento e avaliação dessas políticas.

As novas ações tecnológicas de modernização da administração estão inserindo a cidade cada vez mais no mundo digital e dinamizando a relação da Prefeitura com a população niteroiense. Foi assim que, em 2021, o município conquistou o 9º lugar geral e o 1º lugar no eixo Governança do **Ranking Connected Smart Cities**, desenvolvido pela Urban Systems, com o objetivo de definir as cidades mais inteligentes do país. Também fruto da modernização de sua gestão, Niterói está entre as cidades mais transparentes do país, com nota 10 na Escala Brasil Transparente, desenvolvida pela Controladoria Geral da União.

Essa perspectiva inovadora, por sua vez, é justamente o que caracteriza o quanto ainda é preciso avançar em Niterói. A agenda de transformação social, por meio de políticas, programas e ações para todos os públicos e em todos os bairros, gera uma quantidade enorme de informações que precisam ser organizadas. Da coleta à divulgação, passando por armazenamento, processamento e cruzamentos, muitas são as etapas necessárias para uma boa governança de dados. É possível, por meio de uma boa prática de gestão da informação, direcionar as ações governamentais para intervenções que impactarão ainda mais positivamente o cenário atual da cidade.

Para melhorar a eficiência das ações e programas em curso, é preciso melhorar a capacidade de avaliar o quanto já foi caminhado e como isso está sendo feito. Mas, para isso, é necessário ter compreensão de todos os elementos que compõem essa jornada, assim como de tudo que deve ser feito para caminhar da melhor forma possível.

Em uma conjuntura nacional, em que a propagação de notícias falsas tem sido habitual, cresce a importância de qualificar ainda mais as evidências para melhorar a relação da população com seus governos, compreendendo o que lhe é de direito e como as políti-

cas podem ser ainda mais aprimoradas. A melhor decisão que um gestor pode tomar é sempre aquela orientada por dados.

Considerando esses desafios e cenários, este documento pretende servir como uma referência para consulta e aponta um conjunto de diretrizes de gestão da informação das políticas públicas a serem aplicadas por todos os órgãos da administração direta e indireta, trazendo recomendações do que é necessário fazer, em especial, para melhores avaliação e monitoramento de políticas públicas.

Esse é um tema dinâmico e em constante atualização, portanto, estas diretrizes são um pontapé — não são definitivas e exigirão permanente atualização, assim como nosso trabalho na gestão pública. Convidamos a todos para somar nesse desafio.

Boa leitura!



1

INTRODUÇÃO

Um dos desafios atuais da administração pública é aprimorar a eficiência de suas políticas e programas, utilizando todas as informações possíveis para qualificar seus processos. As informações organizadas cumprem um papel fundamental para uma gestão de resultados, sejam elas dados provenientes de registros internos, sejam estatísticas resultantes de ações específicas.

Integrando a missão de tornar a cidade de Niterói cada vez mais inclusiva e inteligente, com base no uso de evidências, a Prefeitura Municipal está estruturando sua política de gestão da informação, da qual faz parte a consolidação da estratégia de monitoramento e avaliação das políticas públicas no município.

É importante ressaltar que, nos últimos anos, o município tem investido na transformação digital e apostado no conceito de *smart city*, o que significa, segundo a União Europeia,

Sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Esses fluxos de interação são considerados inteligentes por fazerem uso estratégico de infraestrutura e serviços e de informação e comunicação com planejamento e gestão urbana para dar resposta às necessidades sociais e econômicas da sociedade (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [s.d.]).

Como exemplo, podemos citar a criação do CISP – Centro Integrado de Segurança Pública, do Portal de Serviços do Cidadão e a realização das edições do Hacknit¹.

Para além desse contexto, o período da pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais a importância desse tema. Com a criação de diversos programas de auxílio financeiro aos cidadãos, empresas e categorias profissionais, aumentou ainda mais o contato das pessoas com a administração municipal.

A necessidade de acompanhamento diário dos dados relacionados aos números de casos e disponibilidades de leitos, por exemplo, também indicou a importância de a Prefeitura manter e atualizar de forma estruturada e regular os dados de seus registros bem como vinculá-los às fontes oficiais externas.

MAS O QUE SÃO DADOS, AFINAL?

Segundo a Unicamp, dados são observações documentadas ou resultados de medição que podem ser obtidos pela percepção através dos sentidos (por exemplo, observação) ou pela execução de um processo de medição. São matéria-prima da informação.

Em Niterói, compreendemos que as informações são dados, processados ou não, que podem ser **utilizados para a produção e a transmis-**

¹ O Centro Integrado de Segurança Pública, inaugurado pela Prefeitura de Niterói, em 2015, é uma estrutura equipada com tecnologia de ponta que integra as forças de segurança federais, estaduais e municipal, além do Corpo de Bombeiros, Niterói Trânsito e Defesa Civil, para o monitoramento 24 horas, mediante imagens de câmeras espalhadas pela cidade.

O Portal de Serviços do Cidadão, lançado em 2021, disponibiliza atualmente, de forma inteiramente digital, mais de 280 serviços aos cidadãos, como agendamento da vacinação contra a Covid-19, alteração de cadastros e solicitação de poda ou remoção de árvores, entre outros. A criação do Portal faz parte da estratégia de transformação digital da Prefeitura e possui o objetivo de facilitar o acesso do cidadão a informações e serviços públicos prestados.

O Hacknit, que ocorre anualmente na cidade desde 2018, é uma maratona de programação que tem como objetivo a criação de soluções tecnológicas inovadoras e inteligentes para atender às necessidades da cidade de Niterói.

são de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato, conforme versa a Lei Municipal nº 3.084/2014, que disciplina o acesso à informação em Niterói a partir da regulamentação da Lei Federal de Acesso à Informação.

Gerir a informação é, assim, **decidir o que fazer com base em informação e decidir o que fazer sobre informação**. É ter a capacidade de **selecionar de um repositório de informação disponível aquela que é relevante para uma determinada decisão** e, também, construir a estrutura e o design desse repositório (ZORRINHO, 1995 apud BRAGA, 2000, p. 146).

Alinhada aos desafios apontados no Plano Niterói que Queremos (NQQ), a Prefeitura instituiu, por meio da estrutura da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão (SEPLAG), a Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação de Políticas Públicas (SSAGI), com a proposta de conduzir os órgãos das administrações direta e indireta na estruturação de seus processos de avaliação de políticas públicas, desde o que diz respeito à coleta e produção de dados e informações até a aplicação desses insumos na construção de um olhar crítico sobre as políticas e programas da administração municipal.

Como parte desse esforço, o Decreto Municipal nº 13.973/2021, publicado em 27 de abril de 2021 no *Diário Oficial* do Município, criou o Grupo de Trabalho para a elaboração e a articulação dos instrumentos de avaliação de políticas públicas de Niterói, com o objetivo de criar instrumentos para o fortalecimento e a institucionalização da cultura de avaliação das políticas públicas desenvolvidas em Niterói e da integração dos instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos do município.

O Grupo de Trabalho possui, pelo decreto que o institui, dentre outras, a seguinte atribuição:

Art. 3º [...]:

VI – mapear a situação e propor um plano de atualização, manutenção e, quando necessário, padronização de dados e unificação da base de dados da Prefeitura;

Além disso, o mesmo artigo estabelece os produtos que derivarão do exercício dessas competências:

Art. 3º [...]:

§ 1º - A atuação do Grupo de Trabalho culminará na produção de um Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas de Niterói, **na proposição de instrumentos e estratégias de padronização, produção e alimentação de dados que subsidiem a avaliação dos indicadores do NQQ e do PPA** e na publicação do modelo de funcionamento do Sistema de Avaliação de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Niterói.

De forma mais específica, o §1º do art. 3º do decreto supramencionado indica que a atuação do Grupo culminará, dentre outros, na proposição de instrumentos e estratégias de padronização, produção e alimentação de dados que subsidiem a avaliação dos indicadores do NQQ e do Plano Plurianual (PPA), buscando, assim, estabelecer um padrão na forma de acompanhamento e avaliação das políticas constantes dos dois instrumentos de planejamento de médio e longo prazos mais importantes do município. Essa iniciativa pretende abrir caminhos para a estruturação e o fortalecimento de uma cultura de avaliação no município.

A proposição de instrumentos e estratégias de padronização, produção e alimentação dos dados que subsidiam a avaliação dos indicadores do NQQ e do PPA proporcionará o aprimoramento do monitoramento e da avaliação desses planos, o melhor direcionamento para a implementação de políticas futuras e a ampliação da transparência para a sociedade.

Além disso, as diretrizes foram balizadoras para o instrumento legal de regulamentação do Sistema de Avaliação de Políticas e referência para futuros planos de atualização, manutenção e padronização e unificação da base de dados para Avaliação de Políticas Públicas da Prefeitura.

Dessa forma, podemos compreender como **instrumentos** os recursos de qualquer natureza que viabilizarão e serão os meios de aplicação das estratégias sugeridas. Exemplo: sistema informatizado de gestão integrada de dados/**banco de dados**; capacitação dos servidores; aquisição de computadores etc.

BANCO DE DADOS (BD)

Pode ser entendido como um conjunto organizado de dados, estruturados ou não, e preferencialmente armazenados eletronicamente em um sistema. Geralmente, o banco de dados é controlado por um **Sistema de gerenciamento de banco de dados (SGBD)**.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS (SGBD)

Pode incluir banco de dados, *data lakes*, *data warehouses*, sistemas de gerenciamento de *big data* e módulos específicos dos bancos de dados temáticos. Apresenta uma forma eficiente de gerenciar os dados em camadas distintas, de maneira diversa e integrada.

Devemos considerar como estratégias as diretrizes e os processos que nortearão e servirão de base para atingir o objetivo e obter um nivelamento da Prefeitura como um todo, na capacidade de produzir, armazenar, analisar e compartilhar dados, com foco na avaliação de políticas públicas.

Para isso, é válido considerar que cada órgão apresenta suas particularidades e que o objetivo não é criar instrumentos e estratégias que ignorem esse aspecto, mas que tornem possível parametrizar

os diversos dados e informações que são captados e/ou produzidos pelos diversos órgãos e viabilizar, por exemplo, o cruzamento desses dados e sua complementariedade.

Este documento tem como objetivo familiarizar os temas para os gestores municipais e estabelecer parâmetros que possibilitem a mudança dessa realidade e dessa cultura, de forma gradativa e considerando a multiplicidade de órgãos existentes na Prefeitura Municipal de Niterói, seus distintos estágios de maturidade sobre o tema e particularidades sobre os dados trabalhados, que podem trazer sensibilidade no tratamento e compartilhamento das informações.

Para a elaboração dessa proposta, seguimos como direcionamentos principais os marcos legais existentes sobre a temática, tanto na esfera nacional como municipal, realizando um compilado de recomendações e apontamentos que devem ser observados com atenção pelos órgãos do município.

PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS MUNICIPAIS EM VIGÊNCIA

Decreto Municipal nº 13.973/2021: cria Grupo de Trabalho para elaboração e articulação dos instrumentos de Avaliação das Políticas Públicas de Niterói.

Decreto Municipal nº 14.017/2021: regulamenta a padronização do fornecimento das informações necessárias para alimentar a base de dados previdenciários dos servidores municipais ativos.

Decreto Municipal nº 13.800/2020: institui o Observatório de Indicadores do município de Niterói (ObservaNIT) e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 13.397/2019: regulamenta, entre outros, o Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói, aprovada pela Lei nº 3.087/2014, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo local.

Decreto Municipal nº 13.257/2019: estabelece normas e procedimentos para tramitação de processos administrativos referentes à

aquisição, locação e contratação de bens e serviços de informática e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 12.947/2018: instituiu o Sistema de Gestão de Geo-informação – SIGeo no âmbito do município de Niterói.

Decreto Municipal nº 12.507/2017: organiza e disciplina o Sistema de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo Municipal.

Decreto Municipal nº 11.742/2014: regulamenta o acesso à informação no âmbito do poder executivo municipal.

Lei Ordinária Municipal nº 3.084/2014: disciplina o acesso à informação no município de Niterói, em conformidade com a Lei Nacional nº 12.527/2011, e com os arts. 5º, inc. XXXIII; 37, § 3º, Inc. II; e 216, § 2º da Constituição da República.

Decreto Municipal nº 11.409/2013: determina a realização de diagnóstico da área de tecnologia da informação e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 11.372/2013: dispõe sobre a criação de Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI – no âmbito da Prefeitura Municipal de Niterói.

Decreto Municipal nº 11.351/2013: institui o Programa de Melhoria da Qualidade dos Dados dos servidores públicos do município de Niterói.



2

**A INFORMAÇÃO
PARA A AVALIAÇÃO
DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Ao longo dos últimos anos, a estratégia de monitoramento do NQQ 2013-2033 e do PPA foi construída pelo Núcleo de Gestão Estratégica (NGE) e pela SEPLAG, respectivamente.

O NQQ é o planejamento estratégico da cidade instituído em 2014, que prevê projetos, entregas e ações a curto, médio e longo prazos até 2033, visando a alcançar as metas estabelecidas a partir do diagnóstico sobre o município realizado em 2013 e de consultas à população. O Plano contém suas entregas estruturadas em sete áreas de resultado.

A SEPLAG conduz o processo de elaboração do Plano Plurianual com os demais órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do município. A construção do PPA toma por base as sete áreas de resultado do Plano Niterói Que Queremos, além do Legislativo, para as quais se cria um indicador de impacto (meta 2025), do qual desenvolvem-se os Programas Finalísticos que contam com seus indicadores de resultado.

Nesses processos, os órgãos encarregados não raramente depararam com gargalos na gestão da **informação** das políticas acompanhadas, feita, por vezes, de forma artesanal e heterogênea entre as Secretarias, o que reforça a necessidade de desenvolver diretrizes para gerir de forma correta e com critérios comuns visando à padronização dessas informações.

INFORMAÇÃO

Dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato (Decreto Municipal nº 11.742/ 2014).

Para viabilizar o acompanhamento dos indicadores de resultado e, por consequência, do indicador de impacto de cada área de resultado, é indispensável que os órgãos e entidades estruturem um processo de produção/coleta, alimentação e

atualização dos dados pertinentes. Os dados alimentam os indicadores, que são formas de mensurar a evolução dos Programas propostos pela Prefeitura.

Somando os indicadores constantes do PPA 2022-2025, do Niterói Que Queremos, do Programa Cidades Sustentáveis e do Urban 95, Niterói acompanhava, em levantamento realizado em agosto de 2021, mais de 400 indicadores, os quais demandam a coleta e a atualização de mais de 850 informações de registros administrativos e fontes oficiais externas, conforme detalhado na **Tabela 1**, a seguir:

Tabela 1: Indicadores e informações necessárias presentes em suas fórmulas – por área de resultado (agosto/2021)

Área de Resultado	Total de Indicadores	Nº de Informações Necessárias
Organizada e Segura	53	108
Saudável	48	106
Eficiente e Comprometida	46	107
Próspera e Dinâmica	31	67
Escolarizada e Inovadora	58	116
Inclusiva	79	182
Vibrante e Atraente	79	144
Sem classificação	14	23
Total	408	853

Fonte: Elaboração própria DGI/SSAGI/SEPLAG, 2021.

Olhando para as áreas de resultado, pelas quais é organizado o processo de monitoramento e avaliação, é possível

identificar que os registros administrativos são fundamentais para as fórmulas dos indicadores utilizados. Entre as áreas, a Niterói Inclusiva e a Niterói Vibrante e Atraente são as que possuem um número maior de indicadores, demandando um grande volume de informações para o cálculo, em especial provenientes de registros administrativos.

O volume desse trabalho é expressivo e demanda tempo e organização por parte da Administração Pública. Portanto, é inegável que a estruturação da gestão da informação será capaz de facilitar o cotidiano dos servidores que lidam diretamente com essas demandas, além de proporcionar maior transparência e eficiência na disponibilização das informações às partes interessadas.

Sendo assim, as diretrizes apresentadas aqui visam a aprimorar as condições para o monitoramento de indicadores e a avaliação das Políticas Públicas sob a perspectiva da gestão da informação, considerando o cenário presente da Prefeitura.

Para além do trabalho promovido pela SEPLAG, existem iniciativas dispersas pela estrutura administrativa da Prefeitura quanto à gestão da informação. Isso significa que a necessidade de tratar desse assunto é considerada de grande relevância para a Administração Pública de Niterói. Diante desse cenário, é importante que se pense em uma perspectiva de fazer com que as diversas iniciativas dialoguem entre si, aumentando o intercâmbio de dados e as informações disponíveis.

Dentre as iniciativas de implantação de sistemas que tratam de dados, em andamento na Prefeitura Municipal de Niterói, está prevista, no PPA 2022- 2025, a implantação de 20 sistemas, tais como a reformulação do ObservaNit como estratégia de Gestão da Informação e Avaliação de Políticas Públicas, a implementação do Sistema Informatizado de Gestão de Dados da Mobilidade Urbana (MobNit), a ampliação de funcionalidades do Sistema de Gestão da Geoinformação

da Prefeitura de Niterói (SIGeo), a implantação do Programa Gestão Escolar Eficiente, dentre outros, prevendo um valor total em torno de 43 milhões de reais, como é demonstrado na **Tabela 2**, à frente.

Somente para o ano de 2022, é previsto um investimento de mais de 14 milhões de reais em implementação de sistemas que envolvem gestão de dados. Além disso, o PPA prevê também a manutenção de 06 sistemas, com valor estimado em torno de 7 milhões de reais.

Tabela 2: Iniciativas de desenvolvimento de sistemas de gestão de dados previstas no PPA 2022-2025

Iniciativas previstas no PPA 2022-2025	Total (2022-2025)	
	Quantidade de iniciativas	Valor (R\$)
Implementação de sistemas que envolvem gestão de dados	20	43.189.735,70
Manutenção de sistemas que envolvem gestão de dados	06	6.698.340,96

Fonte: Portal da Transparência de Niterói. Elaboração: DGI/ SSAGI/ SEPLAG, 2021.

al - Qtde x Valor Total

◇ Demonstrativo: Representatividade Quantidade x Vencimentos Total por Órgão



Vencimentos Total



Confidencial

3

**OS DADOS E A PREFEITURA
MUNICIPAL DE NITERÓI**

Com o desafio de compreender melhor como é o processo de gerir as informações dentro da Prefeitura, a Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação de Políticas Públicas e Gestão da Informação (SSAGI/SEPLAG) buscou ouvir os demais órgãos, procurando entender como eles vêm trabalhando com dados e informações dentro de suas estruturas administrativas. Para isso, foi aplicado o **Questionário sobre Dados e Indicadores na Administração Pública**, contendo 74 perguntas objetivas e discursivas, que ficou disponível para preenchimento entre os meses de abril e maio de 2021.

A partir das considerações dos gestores das Secretarias e Coordenadorias do Município, esse processo marcou o início do mapeamento da situação geral da organização dos dados na Prefeitura, além de servir como um momento para que os próprios gestores pudessem avaliar os padrões atuais de monitoramento e avaliação das políticas no município, a partir da utilização de dados e indicadores.

Ao total, 44 órgãos enviaram suas respostas, correspondendo a aproximadamente 80% do total de órgãos da Prefeitura. Essa aderência ao processo possibilitou um olhar panorâmico mais qualificado quanto à conjuntura da gestão da informação na administração pública de Niterói, abrangendo os tipos de dados utilizados, suas fontes de obtenção e possibilidades de desagregação, além das etapas de coleta, tratamento, segurança, compartilhamento e cadastramento.

Dessa forma, é possível identificar um cenário com os pontos fortes e fracos de cada aspecto relacionado ao trabalho das Secretarias e Coordenadorias quanto à organização de seus dados.

Para oferecer uma melhor compreensão das informações coletadas e traçar um panorama geral mais estruturado do grau de maturidade dos órgãos e dos desafios a serem enfrentados, os órgãos respondentes foram organizados em dois grandes grupos: “finalísticos”, composto por aqueles que oferecem algum tipo de serviço/atendimento direto aos cidadãos; e “meio”, composto por aqueles que atuam no funcionamento da administração para o serviço à sociedade. A **Tabela 3** a seguir contém a listagem dos órgãos que compõem cada um dos grupos.

Tabela 3: Divisão entre órgãos finalísticos e órgãos meio para análise das respostas do Questionário

Órgãos finalísticos
Fundação Estatal de Saúde – FESAUDE
Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária – SMASES
Coordenadoria de Políticas e Direitos da Mulher – CODIM
Fundação Municipal de Educação – FME
Secretaria Municipal do Idoso – SMID
Niterói Transporte e Trânsito – NITTRANS
Secretaria Municipal de Saúde – “SMS”/Fundação Municipal de Saúde – FMS
Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC
Coordenadoria da Juventude – CPPJ
Coordenadoria Especial de Direito dos Animais – CEDA
Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – EMUSA
Secretaria Municipal de Obras – SMO
Companhia de Limpeza Urbana – CLIN
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL
Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDEN
Secretaria Municipal de Fazenda – SMF
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – SMARHS
Secretaria Municipal de Participação Social – SEMPAS
Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SMHRF
Secretaria Municipal de Educação – SME
Niterói Empresa de Lazer e Turismo – NELTUR
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSER
Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP
Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH
Secretaria Municipal de Acessibilidade – SMAC
Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia – SMDCCG
Secretaria Municipal de Cultura – SMC
Fundação de Arte de Niterói – FAN
Secretaria de Urbanismo e Mobilidade – SMU
Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação – SMCTI

Órgãos meio

Grupo Executivo de Proteção a Áreas Verdes – GECOPAV
Escritório de Gestão de Projetos – EGP
Controladoria-Geral do Município – CGM
Coordenadoria Geral de Eventos – CGE
Secretaria Executiva – SEEXEC
Secretaria de Governo – SEMUG
Gabinete do Vice-Prefeito – GVP
Gabinete do Prefeito – GP
Secretaria Municipal de Administração – SMA
Gabinete de Gestão Integrada do Município – GGIM
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da
Gestão – SEPLAG
Procuradoria Geral do Município – PGM
Coordenadoria de Comunicação – CGCOM
Niterói Previdência – NITPREV

Fonte: Questionário sobre dados e indicadores na administração municipal.
Elaboração: SSAGI/ SEPLAG, 2021.

No Anexo I deste documento, é possível encontrar o compilado de respostas das 35 primeiras perguntas do Questionário, que se referem ao tema de dados e informações.



4

**PONTAPÉ:
MAPEAR OS DADOS**

Muitas políticas estão sendo implementadas nos últimos 10 anos em Niterói. Em todas as regiões da cidade, existem ações e programas estruturados para atender a população em todas as suas dimensões. Como consequência, muita informação tem sido gerada a partir dos múltiplos processos que envolvem a execução dessas políticas.

Essa informação é refletida em dados oriundos de diversos sistemas, de cadastros de população, de comunicações, de inventários e de processamentos de diversas ações governamentais. Esse tipo de dado é o que conhecemos como **registro administrativo**.

Dessa forma, mesmo sem apresentar um processo de Gestão da Informação estruturado e articulado incorporado ao trabalho cotidiano, a Administração Pública de Niterói já trabalha e gere dados e informações em diferentes níveis de apropriação e estruturação.

No que diz respeito ao processo de avaliação das políticas, parte significativa das áreas já utiliza informações originárias de seus próprios processos para monitorar e analisar suas ações.

Olhando para as respostas no Questionário, quando indagamos sobre as fontes de obtenção dos dados que detêm armazenados, 89% dos órgãos respondentes afirmam utilizar ao menos informações provenientes de registros administrativos, ou seja, dados produzidos pela própria administração municipal, como mostra a **Tabela 4**, a seguir.

Tabela 4: Origem de dados²

Fontes de dados	Registros administrativos 79%	Fonte oficial externa 72%	Outras 38%
Órgãos Meio	10	8	4
Órgãos Finalísticos	25	24	13

Fonte: Questionário sobre dados e indicadores na administração municipal.
Elaboração: DGI/ SSAGI/ SEPLAG, 2021.

As fontes oficiais externas são utilizadas por 72% das Secretarias e Coordenadorias, delas:

- Aproximadamente 76% dos órgãos que se utilizam de dados oriundos dessas fontes informam que eles são provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- 23% utilizam dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS);
- 21% da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Federal de Empregados e Desempregados (CAGED); e
- 15% do Instituto Nacional do Ambiente (INEA).

Com a insuficiência de integração entre os órgãos, é possível que ocorra um retrabalho entre as secretarias, reforçando a necessidade e a importância dos esforços voltados para o aprimoramento da qualidade, segurança e utilização desses dados no município.

²Sobre a metodologia da pesquisa, é importante ressaltar que, para essa questão, os órgãos poderiam relatar a utilização de variadas fontes. Portanto, os percentuais apresentados se referem a cada tipo de fonte separadamente em relação ao quantitativo total de órgãos respondentes.

Sobre os dados provenientes de registros administrativos que são obtidos e utilizados pelos órgãos, os gestores relataram que:

- 79% se referem ao acesso a serviços públicos;
- 59% se referem ao acesso a equipamentos públicos;
- 41% se referem aos recursos financeiros;
- 44% se referem ao perfil dos usuários dos serviços;
- 26% se referem a outros tipos de dados; e
- 11% é o percentual de respostas de órgãos que afirmaram não utilizar registros administrativos.

Observação: Percentuais calculados com base no número de Secretarias que responderam à pergunta.

Como um primeiro passo para a construção e a institucionalização de um processo formal de Gestão da Informação voltado para a avaliação de políticas públicas, **recomenda-se que cada órgão e entidade da administração direta e indireta mapeie, identifique e catalogue os dados e as informações disponíveis em sua estrutura, de forma a obter uma visão panorâmica de seus potenciais e de suas necessidades, destacando aqueles de maior relevância para fins de planejamento e monitoramento de políticas públicas.**

Este mapeamento será fundamental para a estruturação dos processos de integração de dados na Prefeitura, pois será possível identificar os dados que cada órgão produz atualmente. Ainda, colaborará com a própria gestão dos dados pelos órgãos, uma vez que terão um olhar mais completo do que já possuem em mãos.

RECOMENDAÇÕES



Realizar um mapeamento de dados e informações

Cada órgão deverá produzir um levantamento de dados utilizados atualmente, considerando, minimamente, sua origem (se é dado coletado/produzido diretamente pelo órgão ou se é alimentado por outra fonte), quais políticas estão associadas, qual é o nível de envolvimento da população para a produção dessa informação e de que forma os dados podem ser desagregados. O trabalho é uma continuação do processo diagnóstico iniciado pela aplicação do Questionário sobre Dados e Indicadores, realizado em abril de 2021, pela SSAGI.

Esse passo é extremamente importante para que haja um conhecimento, pelo próprio órgão e pela Prefeitura, de quais dados e informações estão disponíveis (ou potencialmente disponíveis) na sua estrutura. Dessa forma, será possível ordená-los e classificá-los de acordo com sua importância no processo de monitoramento e de avaliação das políticas públicas desenvolvidas pela área específica.

Além disso, o procedimento permite que o órgão avalie quais dados precisam começar a ser coletados e até quais deles podem deixar de ser, atribuindo maior eficiência ao cotidiano dos servidores.

O prazo indicado para a conclusão dessa tarefa é **junho de 2022** e, durante todo o processo de levantamento, os órgãos e entidades da Administração Municipal de Niterói poderão contar com o **apoio da Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação de Políticas Públicas**, para quem deverão, ao final, **remeter os resultados** do mapeamento realizado.

SUGESTÃO DE LEITURA



Gestão da informação utilizando o método infomapping por Valentin, Carvalho, Woida e Cassiano (2008).



5

**COLETA DE DADOS:
O PRIMEIRO PASSO
PARA A AVALIAÇÃO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A etapa de coleta de dados se caracteriza como a entrada de dados e informações no órgão, sendo contínua no processo de gestão da informação, podendo nela a Prefeitura ocupar um papel ativo ou passivo.

Os instrumentos para essa obtenção variam de acordo com a iniciativa e a fonte de captação do dado. Tomemos como exemplo um dado oriundo de um cadastro da população. Se um cidadão busca fazer parte de um programa ao qual tem direito, promovido por determinada Secretaria, ele poderá fazê-lo indo pessoalmente ao órgão, no qual um funcionário irá preencher um sistema com suas informações. Ainda, o cidadão poderá ter acesso ao sítio eletrônico do órgão, o qual ele mesmo preencherá com suas informações. Em ambas as situações, a Prefeitura ocupa um papel passivo, de apenas receber a informação, por mais que tenha estruturado ambiente propício para o atendimento físico ou virtual.

Outra situação diz respeito aos processos em que o órgão municipal procura o público beneficiário como resultado de alguma política de busca ativa. Como o próprio nome já aponta, esse é um cenário de papel ativo da Prefeitura. Da mesma forma, aqui se encaixam também os processos relacionados a parcerias realizadas, que geram dados a serem disponibilizados para a Prefeitura.

É fundamental, assim, que o órgão municipal parta do princípio de que um dado pode ser obtido de diversas formas, sendo necessário estar organizado para captar ou receber as informações a qualquer momento. Cabe ressaltar também a importância de **concentrar os dados obtidos em um único local**, sejam eles coletados/obtidos diretamente no sistema/programa de armazenamento ou manualmente, de forma que possam ser posteriormente migrados.

ATENÇÃO!



No nível de **avaliação de políticas públicas**, a **etapa de coleta** é determinante, uma vez que garante os dados e informações que estarão disponíveis para a Administração Pública e que poderão ser desagregados, possibilitando análises com base nos fatores de idade, gênero, raça, região etc.

RECOMENDAÇÕES



Padrão na coleta

É importante que os órgãos sigam um padrão na forma como os dados são coletados das fontes. Exemplo: o número de celular do cidadão beneficiário, se coletado com DDD + número em um formulário, deverá ser coletado da mesma forma nos demais formulários ou sistemas utilizados pelo órgão. A partir de um momento, todos os órgãos deverão seguir o mesmo formato na coleta de informações similares, possibilitando o cruzamento entre elas.

Coleta informatizada

Os órgãos deverão dar preferência à coleta informatizada de dados e não física (em papel). Isso aumenta a segurança em relação a extravio e avaria bem como facilita a localização, o acesso e a ratificação. Caso não seja possível que o dado seja coletado diretamente por vias informatizadas, deve haver um responsável por migrar os dados do papel para o sistema, programa ou outra ferramenta informatizada que esteja disponível.

Responsável pela coleta

Todo dado coletado, independentemente da fonte, deve ter um responsável designado para a coleta. Isso ajuda a mitigar a possibilidade de erros e facilita a correção, quando necessário.

EXPLICAÇÃO



Sistema de bancos de dados relacional

Segundo a Oracle Brasil, é um tipo de **banco de dados** que armazena e fornece acesso a pontos de dados relacionados entre si. Bancos de dados relacionais são baseados no modelo relacional, uma maneira intuitiva e direta de representar dados em tabelas. Em um banco de dados relacional, cada linha na tabela é um registro com uma ID exclusiva chamada **chave**.

As colunas da tabela contêm atributos dos dados e cada registro geralmente tem um valor para cada atributo, facilitando o estabelecimento das relações entre os pontos de dados.

Fonte: Oracle Brasil. Disponível em: <https://www.oracle.com/br/database/what-is-a-relational-database/>. Acesso em: 18 nov. 2021.



6

**DESAGREGAR DADOS
COMO FORMA DE
COMPREENDER A
REALIDADE**

Uma questão muito importante quando falamos em políticas públicas diz respeito aos dados desagregados, isto é, recortar as informações a partir de perspectivas diferentes, que possam ilustrar situações específicas e revelar tendências.

A partir da desagregação dos dados é possível produzir uma análise mais focalizada das situações, compreendendo as diversas características obtidas nos dados, podendo identificar problemas e também padrões para solucioná-los.

Um exemplo da importância de desagregar dados é o próprio processo de enfrentamento à pandemia de Covid-19 em Niterói, onde muitas foram as ações de auxílio à população durante esse período. A execução dos programas só foi possível por causa da desagregação de dados, nos quais foi possível identificar o público-alvo por sua faixa de renda e logradouro. Ainda, ao longo do processo de vacinação, os dados de faixa etária nunca foram tão importantes para o sucesso de uma ação.

Muitos órgãos oficiais já apresentam seus dados com recortes, tais como sexo, idade, escolaridade, renda e etnia. Cabe à Prefeitura de Niterói mantê-los na organização de suas informações e ir além, identificando mais especificidades a serem consideradas nos dados coletados pelo próprio município.

No questionário aplicado pela SSAGI, 90% dos gestores afirmaram que seus órgãos trabalham com desagregação de dados. Quando questionados sobre as dimensões de desagregação dos dados utilizados, percebe-se que, dos respondentes:

- 90% desagregam os dados, pelo menos, por bairro;
- 60% desagregam os dados, pelo menos, por idade;
- 52% desagregam os dados, pelo menos, por gênero;
- 47% desagregam os dados, pelo menos, por renda;
- 40% desagregam os dados, pelo menos, por raça/etnia; e

- 50% desagregam os dados em outras categorias.

Observação: Percentuais calculados com base no número de Secretarias que responderam à pergunta.

Frente a esse quadro, é fundamental que a Prefeitura de Niterói busque que todos os seus órgãos trabalhem com desagregação de dados. Isso independe de se a política desenvolvida por esta ou aquela secretaria atua diretamente com o recorte a ser realizado. Tratamos aqui de valorizar a população em todas as suas dimensões como usuária de todos os serviços da Prefeitura.

Da mesma forma, devem ser observadas e estudadas possíveis dimensões específicas de cada secretaria ou de grupos de secretarias, e se é possível adotar essas dimensões para os demais órgãos, por exemplo, a escolaridade.

É importante salientar que vivemos em um país e em um município com grande diversidade étnico-racial, marcados por profundas desigualdades. Para produzir qualquer análise dos dados que seja fiel à realidade e aponte onde imperam as desigualdades, devemos considerar como central a coleta de dados que nos traga informação de raça/etnia, sexo, idade e território. O baixo número de órgãos que trabalha com dados desagregados por raça/etnia, por exemplo, é um sinal fundamental do quanto devemos avançar nesse campo, para tirar da invisibilidade essa parcela da população.

Por fim, olhando inclusive para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável implementados pela Agenda 2030, é importante que consideremos ao máximo o valor dos dados quando desagregados pelo maior número de dimensões possível. Somente dessa forma poderemos compreender de fato a cidade em que vivemos.

NA PRÁTICA



Em um cenário de altos níveis de desemprego no país, supondo que o município decida por criar uma política pública de geração de empregos para os cidadãos niteroienses. Existe uma gama ampla de ações que poderiam ser adotadas pela Prefeitura com esse objetivo, mas, para obter sucesso, decidiu-se por compreender, anteriormente ao desenho da política, quais as áreas mais afetadas pelas perdas e qual o perfil de cidadão mais atingido pelo desemprego.

Assim, identificou-se que jovens do gênero X, raça Y, na faixa dos 20-30 anos, recém-formados na graduação, cujas famílias vivem com a renda mensal Z e vivem nas regiões W, K e H representam 70% dos cidadãos afetados pelo desemprego na cidade. Portanto, a política a ser desenhada pela Prefeitura deverá focar nesse público, com o objetivo de mitigar o problema.

Além disso, os dados de registros administrativos e de fontes oficiais externas foram cruzados e identificou-se que o comércio, os serviços e a indústria foram as áreas responsáveis pela perda de 80% dos postos de emprego no período. Sendo assim, uma política de incentivo a esses setores poderá significar uma maior chance de sucesso.

RECOMENDAÇÕES



Coleta de dados desagregados

Os dados captados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública de Niterói devem possibilitar a identificação da população da cidade em suas diversas formas de expressão e de reconhecimento bem como ilustrar sua condição de vida. Para isso, deverão ser incluídos nos procedimentos de coleta o maior nível de detalhamento das informações possível. É fundamental que essas informações possam ser cruzadas entre si.

Capacitação

A Prefeitura deverá instituir um módulo de capacitação relativo ao tema, voltado para os servidores responsáveis pelos procedimentos de coleta nos órgãos. Esse processo deverá estar inserido nas trilhas obrigatórias do Plano Municipal de Capacitação da SEPLAG.

Parâmetros

Os processos de coleta de dados devem se pautar nos parâmetros adotados pelos órgãos estatísticos, em especial o IBGE, que realiza pesquisas com perfis da população e dos municípios. Isso auxiliará, inclusive, a interoperabilidade com dados extraídos de fontes oficiais externas.

ATENÇÃO!



Deverão ser considerados como campos mínimos de desagregação de dados:

- Sexo;
- Gênero;
- Raça/etnia;
- Bairros (logradouro);
- Região Administrativa;
- Escolaridade;
- Faixa etária;
- Faixa de renda; e
- Deficiência (se a resposta for afirmativa, especificar o tipo).



7

**REGIONALIZAÇÃO DOS
DADOS: AS DIVERSAS
REALIDADES EM
UMA CIDADE**



A Prefeitura busca garantir o pleno atendimento a todas as regiões da cidade a partir da oferta de políticas públicas à população e da cobertura de serviços em todos os bairros, compreendendo que cada região apresentará demandas específicas e distintas das outras.

Isso, por si só, já justifica a importância dos territórios para o desenvolvimento das políticas, mas também há em curso um amplo processo de territorialização das informações. Isso faz com que Niterói seja hoje uma referência no georreferenciamento das políticas públicas e, conseqüentemente, na produção de dados espacializados.

Quando questionados sobre critérios de regionalização utilizados em seus dados, 68% dos órgãos informaram que é possível regionalizá-los. Desses 30 órgãos que possuem os dados regionalizados, 93% afirmam ser possível realizar cruzamentos entre os recortes territoriais com os demais dados desagregados.

Dessa forma, é imperativo pensar que o processo de regionalização dos dados deve acompanhar a territorialização das políticas. Isso considera todos os motivos dispostos anteriormente, no capítulo Desagregação de Dados, mas inclui ainda a dinâmica espacial, de forma transversal a todas as variáveis presentes nas informações produzidas.

NA PRÁTICA



Suponhamos que foi identificado, a partir de dados desagregados, que a evasão escolar no município é maior entre os jovens na faixa etária de 15-18 anos, cujas famílias vivem com uma renda mensal inferior a um salário-mínimo. Identificou-se, com isso, um possível público-alvo para uma política pública.

Suponhamos agora que esse público-alvo esteja majoritariamente na Região X da cidade. Portanto, a política será mais efetiva se investir maiores esforços na região de concentração do seu público do que se for dividida de forma igualitária em todas as regiões da cidade. Além de aumentar as chances de sucesso no objetivo da política pública, a ação regionalizada provavelmente prevenirá o desperdício de recursos públicos.

Em colaboração com o Escritório de Gestão de Projetos

Em consonância com o Decreto Federal nº 6.666/2008, o Decreto nº 12.947/2018 institucionaliza o Sistema de Gestão da Geoinformação (SIGeo) no município de Niterói, visando promover, na escala municipal, o adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disseminação e no uso dos dados geoespaciais.

Englobando o Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) do município — isto é, um sistema de informação que integra dados diversificados para atender às necessidades de vários setores socioeconômicos na escala municipal — o SIGeo mapeia e integra dados estruturados pelas secretarias, disponibilizando-os on-line para acesso dos servidores e munícipes. Vale ressaltar que, dada a confidencialidade de determinadas informações, apenas alguns dados são disponibilizados para a consulta pública.

Desse modo, o SIGeo busca:

- i. promover a integração dos dados produzidos e disponibilizados pelas Secretarias;
- ii. simplificar fluxos de trabalho, incluindo a geração de relatórios gerenciais;
- iii. permitir uma visualização integrada e georreferenciada dos dados da cidade, e o monitoramento de dados estratégicos;
- iv. ampliar a eficácia, a eficiência e a efetividade nas tomadas de decisões estratégicas do Município; e
- v. ampliar a transparência e o acesso à informação pela população, inclusive por meio de dados abertos, com a disponibilização dos dados públicos que compõem o SIGeo.

O Art. 4º prevê que todos os órgãos e entidades da Administração Pública do município deverão internalizar o SIGeo em suas rotinas, de modo que todas as informações georreferenciadas produzidas em seus âmbitos sejam inseridas e atualizadas no referido sistema pelas Secretarias responsáveis. Entretanto, é notado que a manutenção da atualização dos dados requer uma infraestrutura de rede estável, servidores capacitados, *hardwares* compatíveis e o fomento da cultura de atualização das informações.

Assim, o SIGeo promove, administra e disponibiliza os dados produzidos pelas Secretarias Municipais aos servidores e munícipes a partir de

uma plataforma de acesso público que reúne produções georreferenciadas de todo território municipal.

Acesse o SIGeo em: <http://sigeo.niteroi.rj.gov.br/>.

RECOMENDAÇÕES



Utilização do SIGeo

Os órgãos devem buscar explorar, no âmbito do conjunto de ações que já realizam, a relação entre o que é desenvolvido e sua dimensão no território, compreendendo as diferentes etapas de execução, em especial o que pode resultar em dados espaciais. Dessa forma, cada órgão deverá garantir que cada vez mais suas políticas tenham informações georreferenciadas no SIGeo.

Regionalização dos dados

Os dados deverão, sempre que possível, ser regionalizados em:

- Regiões administrativas;
- Zona de Especial Interesse Social (definidas segundo o Plano Diretor vigente);
- Aglomerados normais ou Subnormais (Classificação do IBGE);
- Áreas de risco — segundo classificação da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia (SMDCG);
- Áreas de Proteção Permanente; e
- Área de Proteção Ambiental.

An aerial photograph of a town with red-roofed houses and green trees, set against a backdrop of large, rocky mountains. A diagonal blue and orange overlay covers the left and bottom portions of the image. A large orange number '8' is positioned on the blue background.

8

**CADASTROS:
CONHECENDO O
PÚBLICO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Uma das principais associações que podemos fazer quando falamos em dados e informações relacionadas a políticas públicas obtidas pela administração municipal diz respeito ao cadastramento da população. O cadastro está relacionado à etapa de coleta de dados no processo de gestão da informação.

O cadastramento permite que o planejamento das políticas públicas seja feito de forma mais racional, com base em evidências e com a aplicação inteligente dos recursos disponíveis. A partir dele é possível conhecer o público a que se destina, identificar suas demandas e pensar as ações da Administração Pública com foco no resultado e nos impactos à sociedade.

Para a avaliação das políticas públicas não só interessa o cadastramento mas também sua constante atualização, de forma que torne possível verificar se as políticas públicas implementadas pelo município foram capazes de atingir os objetivos e causar resultados e impactos.

Para o governo municipal, o tema do cadastramento da população usuária/beneficiária das políticas tem grande destaque. Os cadastros da população passaram a ser um ativo fundamental para a qualificação das políticas públicas em Niterói, seja pelo conjunto de ações realizadas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, ao longo de 2020 e 2021, que atingiram um considerável número de habitantes do município, seja pela modernização do acesso aos serviços em curso.

Sobre a realização de cadastramentos pelos órgãos municipais, o Questionário de Dados e Indicadores demonstrou que mais de 60% dos órgãos realizam algum tipo de cadastro relacionado ao público beneficiário/usuário de suas políticas públicas, como evidencia a **Tabela 5**.

Tabela 5: Realização de cadastros

Realização de cadastros	SIM 61%	NÃO 39%
Órgãos Meio	4	10
Órgãos Finalísticos	23	7

Fonte: Questionário sobre dados e indicadores na administração municipal.
Elaboração: DGI/ SSAGI/ SEPLAG, 2021.

- Dos 27 órgãos que realizam cadastramentos, 44% utilizam meios físicos e eletrônicos para operacionalizá-los, enquanto 33% utilizam apenas meios eletrônicos e 22% apenas meios físicos.
- A maioria dos cadastros é realizada por iniciativa da própria Prefeitura, enquanto 41% são feitos por iniciativa dos cidadãos, 37% mediante contratos/convênios/parcerias e 15% por outras iniciativas.
- Mais de 80% dos cadastros realizados apresentam um fluxo contínuo de atualização.
- Mais da metade dos cadastros realizados pelos órgãos possuem relação com serviços prestados por outros órgãos da Prefeitura.

Quando perguntados sobre a forma como esse cadastramento é realizado, os 27 órgãos que afirmaram realizar cadastramentos responderam da forma mostrada pela **Tabela 6**, a seguir.

Tabela 6: Meios utilizados para o cadastramento

Meios de cadastramento	Meios físicos e eletrônicos 44%	Apenas meios eletrônicos 33%	Apenas meios físicos 22%
Órgãos Meio	1	3	NENHUM
Órgãos Finalísticos	11	6	6

Fonte: Questionário sobre dados e indicadores na administração municipal. Elaboração: DGI/ SSAGI/ SEPLAG, 2021.

Considerando apenas os órgãos que realizam cadastramento, é bastante expressivo o percentual de utilização de meio físico para realizar a atividade, sobretudo por se tratar, em sua maioria, de órgãos finalísticos. É necessário atentar para os padrões de segurança e de armazenamento desses dados, de forma a evitar a perda das informações e o compartilhamento indevido.

De maneira semelhante, a realização de cadastros por meio eletrônico, porém sem a devida utilização de sistema para armazenamento em nuvem ou servidor que possibilite backup das informações, também coloca os dados em risco de perda de informações.

Sobre as iniciativas para a realização do cadastramento, demonstradas na **Tabela 7**, temos que a Administração municipal é a responsável direta por 55% dos casos.

Tabela 7: Iniciativa para a realização do cadastramento

Iniciativa para cadastramento	Iniciativa PMN 55%	Iniciativa cidadão 41%	Contratos, convênios e parcerias 37%	Outras iniciativas 15%
Órgãos Meio	1	1	2	NENHUM
Órgãos Finalísticos	14	10	8	4

Fonte: Questionário sobre dados e indicadores na administração municipal. Elaboração: DGI/ SSAGI/ SEPLAG, 2021.

Essa questão buscou compreender a forma como as informações são coletadas pelos órgãos, no que diz respeito à iniciativa para a realização do cadastro, ou seja, se o próprio órgão busca o público-alvo dessa política para o cadastramento ou se por meio de contrato, convênio ou parceria com outro órgão, público ou privado, esse cadastramento é realizado.

Os cadastros são atualizados em fluxo contínuo em 85% dos casos, como demonstra a **Tabela 8**, a seguir. Quando observamos a totalidade dos cadastros atualizados com a periodicidade máxima de um ano, o percentual chega a 96%.

Tabela 8: Periodicidade de atualização dos cadastros

Atualização dos cadastros	Fluxo contínuo 85,2%	Até 6 meses 3,7%	Até 1 ano 7,4%	Superior a 1 ano 3,7%
Órgãos Meio	3	NENHUM	1	NENHUM
Órgãos Finalísticos	20	1	1	1

Fonte: Questionário sobre dados e indicadores na administração municipal. Elaboração: DGI/ SSAGI/ SEPLAG, 2021.

A atualização contínua dos dados sem a devida utilização de sistemas que agilizem esse processo pode demandar muito tempo das equipes envolvidas. O aprimoramento dos processos, a maior clareza dos objetivos da atividade, a relação com os objetivos estratégicos do órgão, a atualização dos recursos tecnológicos e a capacitação dos servidores são aspectos importantes na melhoria da atividade e, por conseguinte, do planejamento e do acompanhamento das políticas e dos serviços aos cidadãos.

A **Tabela 9**, à frente, demonstra que metade dos órgãos entende que o cadastramento realizado possui relação com os demais serviços realizados em outros órgãos da Prefeitura Municipal de Niterói. Quando observados esses valores em relação a todos os órgãos do

município, temos que 52% das Secretarias realizam cadastramentos relacionados a serviços prestados por outros órgãos da Prefeitura.

Tendo em vista a relação entre os cadastramentos realizados e outros serviços prestados pela administração pública municipal, ressaltamos a necessidade de aprimoramento dos processos internos, como forma de afetar positivamente não apenas o próprio órgão, como os demais que com ele se relacionam.

Tabela 9: Relação entre os dados de cadastros e outros órgãos

Dados de cadastros possuem relação com serviços de outros órgãos	SIM 52%	NÃO 48%
Órgãos Meio	2	2
Órgãos Finalísticos	12	11

Fonte: Questionário sobre dados e indicadores na administração municipal. Elaboração: DGI/ SSAGI/ SEPLAG, 2021.

Com base nesse amplo diagnóstico, e considerando também as diversas necessidades de uma administração que produz muitas políticas e, por meio delas, realiza diversos cadastramentos, algumas iniciativas estão ganhando forma ao longo desta gestão, como a integração dos cadastros do público usuário/beneficiário das políticas de combate à pandemia.

Os cadastros da população têm uma dimensão estratégica e fundamentam também a necessidade de constituição de parâmetros advindos de uma política de governança de dados na Prefeitura, que passa pela regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em Niterói, pela aplicação de questões relacionadas à transparência e seus marcos legais, mas também pela concretização das diretrizes de gestão da informação de políticas públicas.

RECOMENDAÇÕES



Campos básicos para captação de dados constantes de cadastros de pessoas físicas e seu formato ideal de captação

Em parceria com a Subsecretaria de Modernização da Gestão

Quanto aos dados, incluindo os biográficos e cadastrais dos usuários das políticas públicas, recomenda-se que sejam captados ou adequados de forma parametrizada, sem a utilização de caracteres que difiram de elementos alfanuméricos, tais como “”, “-”, “’”, dentre outros, desde que essa supressão não interfira em sua qualidade.

Dado do Cadastro de Pessoa Física	Forma ideal de captação	Exemplo
Número de inscrição no CPF	Considerar 11 dígitos, sem ponto (.) e hífen (-)	12345678911
Nome completo	Até 50 dígitos sem acentos permitidos. Caso não caiba todo o nome no campo de preenchimento, permitido abreviar o penúltimo sobrenome, depois o antepenúltimo e assim sucessivamente; Permitido espaço entre as palavras	Fulano Beltrano da Silva Souza Pereira Oliveira L A Pinheiro
Nome social	Até 50 dígitos sem acentos permitidos. Caso não caiba todo o nome no campo de preenchimento, permitido abreviar o penúltimo sobrenome, depois o antepenúltimo e assim sucessivamente; Permitido espaço entre as palavras	Fulano Beltrano da Silva Souza Pereira Oliveira L A Pinheiro

Data de nascimento	8 dígitos com barra (/), seguindo a ordem dia, mês e ano	01/01/1990
Sexo	Opções fixadas por lista suspensa, sem abreviação	Masculino Feminino
Gênero	Opções fixadas por lista suspensa;	
Filiação (nome da mãe)	Até 50 dígitos sem acentos permitidos. Caso não caiba todo o nome no campo de preenchimento, permitido abreviar o penúltimo sobrenome, depois o antepenúltimo e assim sucessivamente; Permitido espaço entre as palavras	Fulano Beltrano da Silva Souza Pereira Oliveira L A Pinheiro
Nacionalidade	Opções fixadas por lista suspensa	
Naturalidade	Até 30 dígitos sem acentos permitidos. Caso não caiba, permitido abreviar a penúltima palavra, depois o antepenúltimo e assim sucessivamente; Permitido espaço entre as palavras	
Estado civil	Opções fixadas por lista suspensa	
Nome do/a cônjuge	Até 50 dígitos sem acentos permitidos. Caso não caiba todo o nome no campo de preenchimento, permitido abreviar o penúltimo sobrenome, depois o antepenúltimo e assim sucessivamente; Permitido espaço entre as palavras	Fulano Beltrano da Silva Souza Pereira Oliveira L A Pinheiro

Registro de óbito	Opções “sim” ou “não” fixadas por lista suspensa	
Data de óbito, quando cabível	8 dígitos com barra (/), seguindo a ordem dia, mês e ano	01/01/1990
Data da inscrição ou da última alteração no CPF	8 dígitos com barra (/), seguindo a ordem dia, mês e ano	01/01/1990
Estado	Opções fixadas por lista suspensa com os estados do Brasil;	
Cidade	Opções fixadas por lista suspensa com as cidades do estado selecionado	
CEP	8 dígitos sem barra (/) e sem ponto (.)	22222222
Tipo de Logradouro	Opções fixadas por lista suspensa com os tipos de logradouro	Rua Avenida Praça Estrada etc.
Logradouro	Até 30 dígitos sem acentos permitidos. Caso não caiba, permitido abreviar a penúltima palavra, depois a antepenúltima e assim sucessivamente; Permitido espaço entre as palavras	(Rua) Fulano da Silva
Número	Até 6 dígitos sem ponto (.)	
Complemento	Até 6 dígitos sem ponto (.)	
Bairro	Opções fixadas por lista suspensa com os bairros de Niterói, incluindo a opção “outro”	
Número de telefone/celular	Código da cidade + 9 dígitos sem ponto (.) e sem hífen (-)	2199999999

Observação

Dos campos específicos para captação de dados constantes de cadastros de pessoas físicas

Cada órgão desempenha suas funções em alguma área específica, seja Saúde, Educação ou Assistência Social. Portanto, a SSAGI/SEPLAG dialogará com as áreas no sentido de compreender as necessidades e as possibilidades de captação de dados específicos relacionados à sua atuação no município.

Exemplo: dados socioeconômicos, como renda familiar mensal, chefe de família, quantidade de pessoas que moram na mesma casa, nível de escolaridade, tipo de instituição que estuda ou concluiu último nível, trabalho, entre outros.

Dos demais itens cadastráveis

Seguindo a mesma lógica mencionada, levando em consideração que cada órgão atua em uma área específica, é seguro afirmar que existirão outros itens passíveis de cadastramento, para além de pessoas físicas, como são os usuários/beneficiários das políticas públicas, como pessoas jurídicas, equipamentos públicos, patrimônio etc.

Pensando nisso, é imprescindível que cada órgão realize o mapeamento dos dados e informações disponíveis e que seja levado em conta tudo aquilo que tem potencial cadastrável, mesmo que ainda não tenha sido realizado.

8.1 Como podemos integrar cadastros?

Conforme apresentado anteriormente neste capítulo, os cadastros são realizados por diversos órgãos da Prefeitura, assim como são produto concreto do contato da população com o governo municipal.

Do ponto de vista do público das políticas, é muito comum acontecerem reclamações baseadas na mesma exigência de dado por parte da Prefeitura em diversas situações, por meio

de órgãos diferentes. Do ponto de vista da gestão municipal, muitas vezes é mais fácil para um órgão demandar novamente a informação para a população do que buscá-la com outro setor do governo.

Esses problemas orientam diversas iniciativas em curso em Niterói. Partindo do pressuposto da importância em simplificar os processos, ampliar o atendimento e conectar mais rapidamente as pessoas aos serviços que precisam, a Prefeitura está investindo bastante na implementação de elementos de governo digital, incluindo nisso a perspectiva da construção de um cadastro geral dos usuários das políticas municipais.

Em relação a esse ponto, a Prefeitura está constituindo um processo de integração dos cadastros de políticas públicas. Inicialmente, estão sendo analisados os cadastros de programas de auxílio desenvolvidos ao longo da pandemia de COVID-19. Em um segundo momento, demais sistemas cadastrais identificados serão incorporados ao projeto.

Além de dinamizar a relação entre Prefeitura e sociedade, essa integração possibilitará um fluxo comum das informações entre as diversas Secretarias e Coordenadorias.

Dentre os passos propostos para a viabilização da integração das bases de dados cadastrais está a constituição de uma base integradora.

Uma base integradora é uma base de dados que integra atributos biográficos ou biométricos das bases temáticas. Estas, por sua vez, são bases de dados referentes a determinada política pública e contêm elementos (dados biográficos ou biométricos) que podem compor a base integradora.

A proposta, desenvolvida no âmbito do Decreto Federal nº 10.046/2019, é que o Cadastro Base do Cidadão resulte em um meio unificado de identificação para ser utilizado nos serviços

públicos, com cruzamento a partir do Cadastro de Pessoa Física. A chamada “base integradora” tem, portanto, início com a base temática do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e será acrescida de dados, provenientes de outras bases temáticas.

ATENÇÃO!



Os atributos biográficos e cadastrais que inicialmente comporão a base integradora serão, no mínimo, os seguintes, que serão acrescidos de outros dados, provenientes de bases temáticas:

- número de inscrição no CPF;
- situação cadastral no CPF;
- nome completo;
- nome social;
- data de nascimento;
- sexo;
- gênero;
- filiação;
- nacionalidade;
- naturalidade;
- indicador de óbito;
- data de óbito, quando cabível;
- data da inscrição ou da última alteração no CPF;
- endereço (país, estado, cidade, CEP, bairro, logradouro, nº e complemento). Cada componente do endereço deve ser preenchido em um campo separado; e
- contato (telefone e e-mail).

A base integradora e os componentes necessários para realização da interoperabilidade servirão de referência para direcionar as informações necessárias a serem obtidas nos cadastramentos de cidadãos realizados pelo município.

Esse cadastro terá como meta a padronização e a definição de um conjunto mínimo de dados de referência e a integração desses dados, com um direcionamento de sua utilização por toda a Prefeitura, como forma de auxiliar a elaboração, a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas desenvolvidas.

ATENÇÃO!



Para que isso seja posto em prática, é necessário:

- desenvolver mecanismos que aumentem a qualidade e a consistência dos dados;
- construir uma forma unificada de identificação do cidadão niteroiense; e
- facilitar, com segurança e em conformidade com os limites legais, o compartilhamento desses dados cadastrais na administração municipal.

Para que sejam instituídos e tenham funcionamento pleno, é necessário que os cadastros possuam gestores definidos, responsáveis pela governança e pelo seu gerenciamento, o conjunto de dados que será utilizado esteja bem definido, a atualização seja contínua, haja disponibilidade em plataforma de interoperabilidade e a sua instituição jurídica seja formal.

É fundamental traçar e padronizar estratégias para alinhamento dos dados, por exemplo, a criação de uma base de cadastro único que permita a verificação da atualização de dados de suas bases originais para a base de cadastro único, como: se um cadastro tiver o endereço atualizado na base original, a base de cadastro único deverá ter a possibilidade de consultá-la automaticamente e se atualizar.

A atualização cadastral é extremamente importante para assegurar a qualidade dos dados e garantir que as informações registradas nas bases estejam sempre de acordo com a realidade dos munícipes.

A maior parte das atualizações cadastrais será realizada por meio de procedimentos simples, como atualização da série escolar, renda familiar e endereço. No entanto, é necessário traçar diretrizes para situações de atualização cadastral para casos de falecimento, mudança do município, substituição do responsável familiar, entre outros, sobretudo para casos em que o munícipe em questão, e sua família, forem beneficiários de algum programa de transferência de renda.

An aerial photograph of a modern architectural complex. The central feature is a circular building with a prominent red roof and a white facade. A long, white, cylindrical bridge extends from the building over a body of water. In the foreground, a large orange ship is docked at a pier. The background shows a parking lot with several cars and a street with trees. The image is overlaid with a blue and orange geometric design.

9

**O ADEQUADO
ARMAZENAMENTO DOS
DADOS E SUA IMPORTÂNCIA
PARA AS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Assim como o uso de informações é essencial para a administração pública, o armazenamento de dados é uma condição necessária para o bom funcionamento de uma gestão baseada em evidências. A dimensão estratégica dessa etapa ocorre independentemente da utilização ou finalidade. Só será possível o tratamento de um dado, mesmo que após um período distante de sua criação, se ele tiver sido armazenado devidamente como uma premissa fundamental da administração.

Quando tratamos do armazenamento e da hospedagem dos dados no Questionário sobre Dados e Indicadores, foi respondido pelos órgãos e entidades que a principal forma de execução da atividade é apenas informatizada, seguida da forma híbrida (informatizada e manual) e apenas manual, conforme a **Tabela 10**, a seguir.

Tabela 10: Formas de armazenamento de dados na PMN

Forma de armazenamento	Apenas informatizada 48%	Informatizada e manual 41%	Apenas manual 11%
Órgãos Meio	9	4	1
Órgãos Finalísticos	12	14	4

Fonte: Questionário sobre dados e indicadores na administração municipal. Elaboração: DGI/ SSAGI/ SEPLAG, 2021.

Apesar de uma minoria de órgãos afirmar ter seus dados armazenados apenas de forma manual, é interessante observar que a maioria dos órgãos finalísticos utiliza ambas as formas de armazenamento, o que, considerando os distintos estágios do desenvolvimento dos procedimentos dos órgãos, pode indicar fragilidade na atividade, com predomínio de atividades manuais.

OBSERVAÇÃO



Em sua maioria, os dados informatizados são armazenados em arquivos Excel. Portanto, em primeiro lugar, é importante que haja um movimento de padronização da forma como constam as informações nas planilhas de cada órgão, permitindo a interoperabilidade entre os dados disponíveis e coletados.

Outra observação importante é que, entre os desafios citados pelos órgãos para a coleta e o armazenamento de dados, a insuficiência de máquinas, a defasagem dos computadores e/ou a necessidade de informatização em suas Secretarias esteve presente em pelo menos 40% das respostas recebidas.

Embora a infraestrutura de computadores seja o fator fundamental para a migração dos dados armazenados de forma híbrida e manual para a informatizada, o corpo técnico capacitado para atuar com dados informatizados também possui papel primordial nesse processo.

É interessante que os órgãos sejam orientados a trabalhar com Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) o quanto antes, em especial aqueles que trabalham com um grande volume de informações e/ou possuem tipos de informação que necessitam de uma integração constante com demais áreas da Prefeitura. Essa forma de gerenciar bancos de dados propicia uma economia de esforços da administração, ao passo que aumenta as possibilidades de cruzamento dos dados, de forma mais dinâmica e em volume muito maior.

Por se tratar de uma etapa que, em parte, já é desempenhada por órgãos da Prefeitura, embora não seja orientada por uma diretriz única de atuação, o armazenamento de dados deve ter premissas bem estruturadas. As áreas deverão sempre considerar a possibilidade de migração de dados estratégicos relacionados às políticas públicas, que já estejam armazenados em forma física nos docu-

mentos arquivados pelos órgãos, para o formato digital, passando a ter um parâmetro para os novos procedimentos de coletas de dados a serem armazenados.

Em relação aos servidores computacionais e dados em rede, a Prefeitura está estruturando a contratação de servidor em nuvem comum a todas as áreas, visando a redimir a grande disparidade entre as áreas no que diz respeito às condições para o armazenamento de arquivos. Até esse processo ser concluído, as áreas deverão manter seus arquivos em servidores em rede, ou em serviços de armazenamento digital, respeitando as determinações legais e evitando em todas as hipóteses o armazenamento de dados exclusivamente em discos rígidos dos computadores do órgão. Nesse processo, o backup dos arquivos deverá ser realizado de forma regular pelas áreas, com a criação de cópias de segurança.

A iniciativa de se criar diretrizes, estratégias e instrumentos que possibilitem uma gestão da informação mais homogênea e estruturada, respeitando as particularidades funcionais de cada órgão, se mostra importante, tanto no aspecto de organização e segurança dos dados, quanto no de contribuir para o monitoramento das ações, projetos e operações constantes dos instrumentos de planejamento do município e de avaliar a atuação estatal frente às necessidades da população.

RECOMENDAÇÕES



Migração para o formato digital

A Prefeitura estabelecerá uma estratégia para migrar dados relacionados às políticas públicas que estejam armazenados pelos órgãos exclusivamente em arquivos físicos para o formato digital. Esse processo deve ser construído em consonância com o planejamento da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão para viabilizar uma nuvem comum para todos os órgãos.

Armazenamento em formatos digitais

Os órgãos deverão implementar o armazenamento em servidores em rede

ou em serviços de armazenamento digital, evitando, em todas as hipóteses, o armazenamento de dados exclusivamente em discos rígidos dos computadores do órgão. Esse processo deve ser construído em consonância com o planejamento da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão para viabilizar uma nuvem comum para todos os órgãos.

Backup regular

O backup dos arquivos deverá ser realizado de forma regular, semanalmente, se possível. Além disso, é importante que o backup esteja em local físico, diferente dos dados originais, preferencialmente em ambiente de nuvem.

Regulamentação do armazenamento

A Prefeitura deverá regulamentar a necessidade de edição de Portarias pelas áreas com atribuições no que diz respeito ao armazenamento de suas informações.

Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD)

Os órgãos devem se organizar para trabalhar com SGBDs o quanto antes, especialmente aqueles que lidam com um grande volume de informações e/ou possuem tipos de informação que necessitam de uma integração constante com demais áreas da Prefeitura.

Periodicidade

Manter os dados atualizados para subsidiar a atualização dos indicadores.

SEGURANÇA DOS DADOS E INFORMAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em parceria com a Subsecretaria de Modernização da Gestão

Uma Prefeitura trabalha com uma quantidade muito grande de informações em diversas dimensões, gerando um enorme volume de dados a ser gerido pela administração municipal. Conforme vimos anteriormente, os órgãos da Prefeitura de Niterói produzem dados em grande escala, seja pela lógica administrativa, seja a partir de diversas ações e programas que desenvolvem para a população.

Como esses dados trazem muitas informações sensíveis, deve ser atribuído um alto nível de cuidado em todos os estágios de tratamento. Dessa forma, além do fato de que toda instituição, por si só, deve se

preocupar com suas informações, agrega-se aqui que, à medida que as políticas geram dados, elas devem prever diversos aspectos que envolvem sua segurança.

Na gestão municipal, os dados, informações e sistemas de informação devem ser protegidos contra ameaças de forma a reduzir riscos e garantir sua integridade, confidencialidade, disponibilidade e autenticidade, prevenindo que terceiros tenham acesso de forma indevida ou que ocorra falsificação desses dados enquanto estiverem publicados ou sendo transmitidos.

No caso de dados considerados sigilosos, é indispensável a utilização de protocolos adicionais que visam a proteger o dado e as partes relacionadas, sejam pessoas físicas ou jurídicas, dando segurança também ao trabalho dos servidores que o manuseiam.

RECOMENDAÇÕES



Em parceria com a Subsecretaria de Modernização da Gestão

Proteção dos dados

É indispensável que os dados e informações sejam mantidos com o mesmo nível de proteção, independentemente do meio em que estejam sendo processados e armazenados, ou pelos quais estejam trafegando.

Criptografia

As informações sensíveis que trafegam em redes inseguras, incluindo as redes sem fio, devem ser criptografadas de modo adequado, conforme os componentes de segurança por ela especificados.

Segurança preventiva

A segurança deve ser tratada de forma preventiva, sendo fundamental a elaboração de planos de continuidade e atenção ao tema em todas as etapas do ciclo de desenvolvimento do sistema.

Autenticação

A autenticação busca garantir que um agente envolvido em uma interlocução ou troca de mensagens seja de fato quem diz ser.

Cifração

A cifração, com o emprego de algoritmos matemáticos e parâmetros de controle chamados de chaves criptográficas, busca tornar a mensagem in-

compreensível e inútil para todos os efeitos, enquanto não for submetida ao processo inverso de decifração.

Extração dos dados

A extração de dados deverá ocorrer pelo alinhamento entre a Secretaria gestora do dado original e a Secretaria responsável pela gestão geral dos dados.

Meio de compartilhamento

Deverá ser definido o meio oficial de compartilhamento de tais dados, para dispositivos específicos, por meio de IPs, portas e autenticação de usuário.

Plano de Segurança de Dados

A Prefeitura deverá instituir um Plano de Segurança de Dados, a partir dessas diretrizes e regulamentando o detalhamento necessário.



10

**SOBRE O
COMPARTILHAMENTO
DE DADOS DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Todos esses dados produzidos pela Prefeitura Municipal no âmbito das ações e programas representam um elemento fundamental para a gestão das políticas, agregando informações cruciais para o desenvolvimento de diversas etapas. Entre estas estão a prestação de contas e a comunicação com a sociedade, que não só pressupõem um maior trabalho com informações, mas também a instituição de fluxos de compartilhamento dos dados.

Em um fluxo de compartilhamento são disseminadas as informações para quem as necessita. Assim, a distribuição corresponde a um momento da gestão da informação em que as partes interessadas ganham maior protagonismo. Vale lembrar o Decreto Federal nº 10.046/2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito federal. Tomando como base esse normativo, compreendemos que o compartilhamento de dados pode ser categorizado em três níveis pelo gestor de dados, de acordo com a legislação vigente e considerando:

- **amplo**, quando se tratar de dados públicos que não estão sujeitos a nenhuma restrição de acesso, cuja divulgação deve ser pública pela Transparência, ObservaNit ou outros meios de divulgação e garantida a qualquer interessado, na forma da legislação;
- **restrito**, quando se tratar de dados protegidos por sigilo, concessão de acesso a órgãos e entidades para a execução de políticas públicas, cujo mecanismo de compartilhamento e regras sejam simplificados e estabelecidos previamente; e
- **específico**, quando se tratar de dados protegidos por sigilo, com concessão de acesso a órgãos e entidades específicos, nas hipóteses e para os fins previstos em lei, cujo compartilhamento e regras sejam definidos pelo gestor de dados.

É importante destacar que tanto o nível restrito quanto o nível específico de compartilhamento de dados deverão ser estudados e

abordados concomitantemente ou na sequência da regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no município.

O compartilhamento de dados e informações, apesar de ser um dever da Administração, não deverá ser irrestrito, conforme visto. Portanto, as previsões legais deverão ser observadas tanto no ato da concessão quanto da restrição das informações. No caso da Administração Pública, existem legislações que instituem parte desse processo de compartilhamento de informações, como a Lei Federal nº 12.527/2011, conhecida como a Lei do Acesso à Informação (LAI).

A LAI institui como princípio fundamental que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo somente a exceção (BRASIL, 2021), definindo mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas à administração pública pelos cidadãos e determinando que os órgãos e entidades públicas divulguem informações proativamente na internet.

As solicitações de acesso à informação podem ser realizadas pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

Em Niterói, o acesso à informação está regulamentado pela Lei Ordinária nº 3.084/2014. O normativo, que disciplina os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, versa sobre os tipos de transparência de informação aos quais está submetida a administração municipal:

- **Transparência Ativa:** é um dever do Poder Público promover, independentemente de requerimento, a divulgação em seu sítio oficial, na rede mundial de computadores — Internet, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzida ou custodiada.
- **Transparência Passiva:** é também um dever do Poder Público, por meio de requerimento, disponibilizar informações solicitadas por qualquer pessoa, natural ou jurídica, nas hipóteses previstas em lei.

O instrumento principal de transparência ativa da Prefeitura hoje é o Portal da Transparência, mas existem também outros locais fixos de divulgação de acesso público com objetivos específicos, como os observatórios de indicadores da cidade (ObservaNit, Observatório de Segurança Pública, Observatório de Igualdade Racial e Observatório de Trabalho e Renda) e o SIGeo bem como as redes sociais oficiais da Prefeitura e dos órgãos.

É importante destacar que muitas informações disponibilizadas no Portal da Transparência são atualizadas de forma automática devido à sua sincronização com o sistema de administração interna utilizado pela Prefeitura, o e-Cidade. Prevê-se, para os próximos anos, a expansão desse processo, abarcando mais informações, que serão atualizadas de forma automática no Portal, que contará também com nova e mais moderna interface.

OBSERVAÇÃO



A segurança no compartilhamento de dados

Em parceria com a Subsecretaria de Modernização da Gestão

Os mecanismos de compartilhamento, interoperabilidade e auditabilidade devem ser desenvolvidos de forma a atender às necessidades dos órgãos e entidades na execução de políticas públicas orientadas por dados.

Fazendo um recorte no universo dos dados, quanto àqueles que estiverem sujeitos a sigilo, é necessário que, no seu compartilhamento, o receptor aceite as condições de sigilo e auditabilidade determinadas pelo fornecedor dos dados e, quando se tratar de dados pessoais, o direito à preservação da intimidade e da privacidade precisam ser garantidos, conforme a proteção dos dados e as normas e os procedimentos previstos na legislação.

NITERÓI E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Aprovada em agosto de 2018 e com vigência a partir de agosto de 2020, a Lei nº 13.709, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelece padronização de normas e práticas, visando à promoção de um cenário de segurança jurídica para a proteção aos

dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil, de acordo com os parâmetros internacionais.

A LGPD representa um significativo marco na garantia das liberdades civis, em especial no que diz respeito à proteção de dados pessoais em uma época de grandes avanços tecnológicos nos fluxos de informações estabelecidos entre organizações, públicas e privadas, e a população.

Para a administração pública, a LGPD é mais do que uma lei a ser cumprida, podendo ser compreendida como um grande desafio para o estabelecimento de uma cultura mais transparente e responsável na gestão de dados, sendo uma importante base para um processo democrático de transformação digital.

Em Niterói, a regulamentação da LGPD já começou. Por meio do Decreto nº 14.139, de setembro de 2021, foi constituído o Grupo de Trabalho que tem a atribuição de regulamentar a aplicação da legislação nacional no município bem como regulamentar o tratamento do sigilo de informações no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos da lei que disciplina o acesso à informação em Niterói (Lei Municipal nº 3.084/2014).

SUGESTÃO DE LEITURA



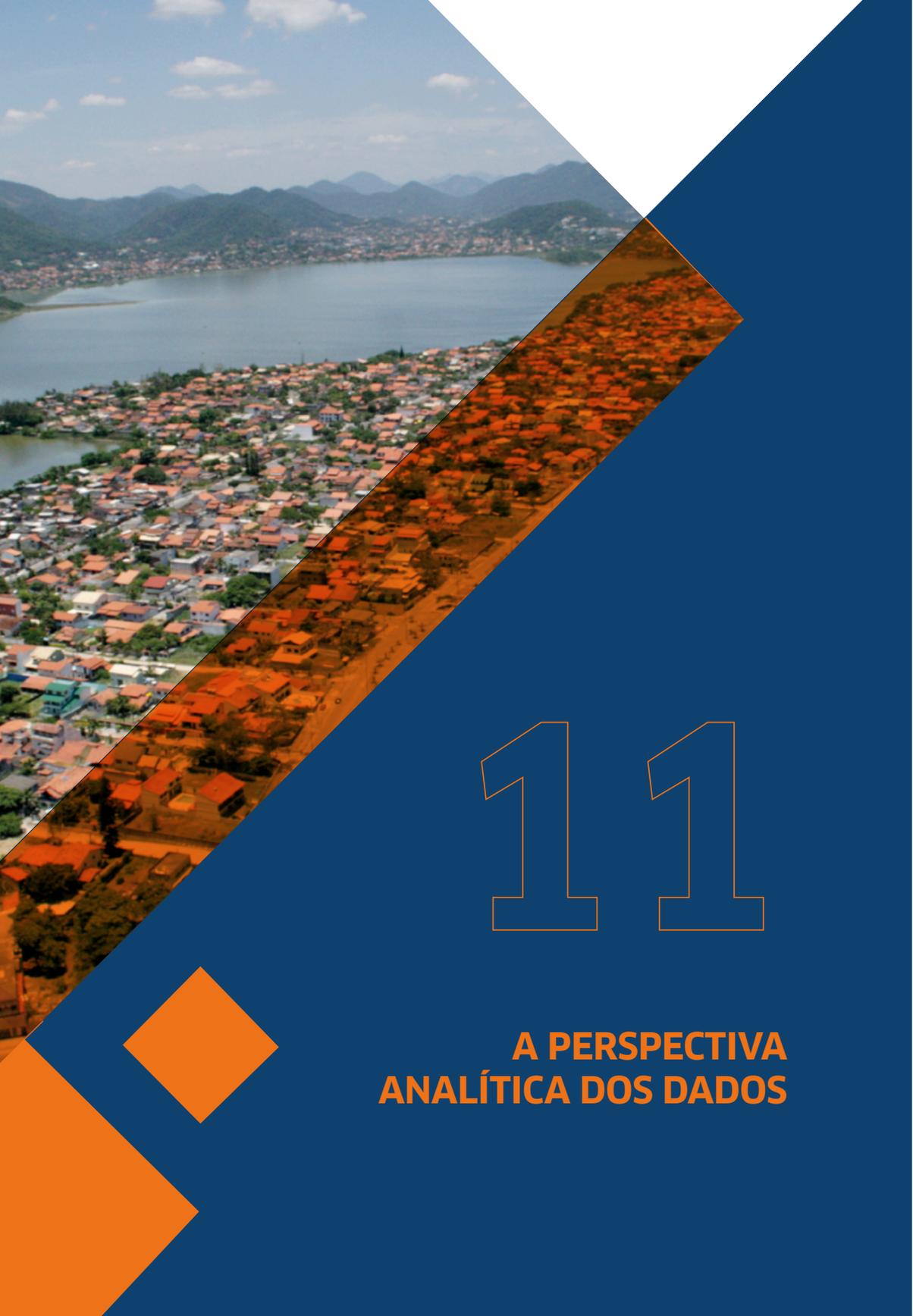
[Manual sobre LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais | Serpro](#)

DIRETRIZES TÉCNICAS SUGERIDAS PARA O COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS OU SIGILOSOS

Elaborada pela Subsecretaria de Modernização da Gestão

- ♦ Os dados deverão ser **compartilhados de maneira temporária**, sendo que o seu dono deverá administrar o tempo ao longo do qual eles serão compartilhados. Exemplo: os dados não deverão ser compartilhados por e-mail, pois eles ficarão fora do controle do emitente, já que o destinatário poderá deixar os dados salvos no corpo do e-mail.
- ♦ Uma boa prática é que os dados sejam **compartilhados via FTP**. Após o receptor fazer o download, os dados deverão ser apagados do servidor FTP.
- ♦ É importante que se tenha um **termo de responsabilidade no compartilhamento** dos dados, mesmo que seja para a própria Prefeitura.

- ♦ Para parceiros externos, sempre que possível, os dados sensíveis deverão estar **criptografados**. Em caso de o parceiro precisar de acesso ao dado “aberto”, ele deverá assinar um termo de responsabilidade.
- ♦ É preciso **identificar os responsáveis pelo tratamento de dados** (quem tem acesso e realiza o tratamento) para a garantia da qualidade e do uso responsável.
- ♦ Os órgãos e entidades precisam **manter atualizados seus inventários de dados**. Para isso é necessário realizar um mapeamento de dados nos processos, contratos e serviços prestados, pensando no conceito *data discovery*.
- ♦ Uma vez identificados os dados tratados, cabe **sinalizar quais são dados pessoais e quais são pessoais e sensíveis**.
- ♦ Uma vez identificado o fluxo de informações pessoais, é preciso **automatizar o levantamento de dados e classificá-los segundo as bases legais e finalidades e a respectiva ação aplicada** (armazenamento, exclusão, anonimização etc.).
- ♦ **Automatizar solicitações dos direitos dos titulares de dados** — cidadão — (acesso, exclusão, anonimização, bloqueio etc.).
- ♦ Buscar manter a proteção dos dados, da coleta ao descarte (conceito **privacy by design**).



11

**A PERSPECTIVA
ANALÍTICA DOS DADOS**

Uma das premissas fundamentais do método de governo em Niterói é o envolvimento da população de forma concreta em todas as etapas do desenvolvimento das políticas públicas.

Conforme mencionado anteriormente, a Prefeitura está aprimorando ainda mais os mecanismos de compartilhamento de dados, seja pelo Portal da Transparência, seja por meio de uma política de dados abertos. Entretanto, é preciso ir além quando falamos em participação social.

No processo de avaliação das políticas, o papel da sociedade civil ocupa uma posição estratégica. Da participação ativa em canais diretos, em consultas públicas e processos decisórios à representação em conselhos de direitos, as pessoas contribuem diretamente e continuamente para o desenvolvimento das ações e programas em todas as suas dimensões.

As parcerias da Prefeitura de Niterói com as entidades da sociedade civil, bem como com pesquisadores, em especial dos grupos de pesquisa da Universidade Federal Fluminense (UFF), têm um destaque importante na avaliação dos instrumentos de planejamento de Niterói e suas ações, como aquelas vinculadas ao Plano Estratégico Niterói Que Queremos.

Como fruto desses acúmulos, Niterói tem investido no aprimoramento desses processos com a instituição do Observatório de Indicadores (ObservaNit), responsável pela articulação necessária entre divulgação de indicadores e produção do conhecimento sobre as políticas públicas. Mais recentemente, a Prefeitura vem ampliando essa visão também para as políticas específicas, com a criação dos Observatórios de Promoção da Igualdade Racial e de Trabalho e Renda. Juntamente com o já existente Observatório de Segurança Pública, eles integram a Rede de Observatórios — em desenvolvimento por meio do Sistema de Avaliação e Gestão da Informação de Políticas Públicas (SIMAGI), visando ampliar a capacidade de atuação articulada dos diversos instrumentos de avaliação.

Toda a política de avaliação em que se baseia o conjunto desses órgãos depende diretamente da produção e do processamento de dados das políticas públicas de Niterói — fato que consolida a importância de todos os itens apresentados ao longo deste documento. Porém, é preciso ir além de pensá-los como momentos de apenas divulgação de informações, considerando a perspectiva analítica dos dados em suas mais variadas dimensões, em especial nos momentos em que se pode configurar melhorias nas políticas em curso.

A ciência de dados tem evoluído bastante no que diz respeito à incorporação do conceito de análise (ou *analytics*) nos instrumentos de gestão da informação. Temos à disposição atualmente um conjunto de novas ferramentas que envolvem painéis (ou *dashboards*) que trabalham com a informação de forma dinâmica e integrada com gráficos, mapas e fluxogramas. Essas ferramentas estão em diversos softwares de inteligência de negócios (ou *business intelligence*), como Power BI e Google Data Studio, e têm integração com programas de planilhas, como Excel e Google Sheets.

Alguns momentos representaram marcos importantes na ilustração do quanto a gestão dos dados pode contribuir para o aprimoramento da análise das informações divulgadas publicamente. A primeira delas diz respeito ao Painel de Dados COVID-19³, parceria entre a Secretaria de Saúde e o SIGeo. Além do destaque em função do próprio contexto da pandemia, o painel conseguiu envolver o conjunto da população para a análise dos dados e a compreensão da difícil situação pela qual todas as cidades passaram.

Ainda, durante 2021, ao longo da construção do PPA 2022-2025, em sua etapa participativa por meio do aplicativo Colab, a Subsecretaria de Planejamento optou por fazer a divulgação dos resultados utilizando o Power BI⁴, ferramenta de *business intelligence*. Essa forma de apresentação dos dados trouxe luz à pluralidade das respostas,

³ Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/painelcovid/>.

⁴ Disponível em: <http://seplag.niteroi.rj.gov.br/consultapublicappa>.

podendo orientar um conjunto de novas ações construídas a partir de então, como parte do processo.

É fundamental que, ao longo do próximo período, a Prefeitura incorpore a perspectiva analítica dos dados no processo de monitoramento das ações e divulgação de resultados, possibilitando à população niteroiense um acompanhamento mais estreito.

Ao incorporar essa dimensão ao processo de visualização dos indicadores, considerando a integração das informações previstas em suas fórmulas (e sua alimentação informatizada), as metas que a gestão busca alcançar, bem como as áreas de resultado em que estão inseridas, a Prefeitura dará um salto qualitativo em matéria de transparência, participação social e avaliação de políticas. Isso está sendo proposto para a reformulação do ObservaNit, mas só logrará êxito se houver de fato um engajamento de todos os órgãos.

RECOMENDAÇÕES



Utilização de ferramentas inteligentes

Os órgãos deverão utilizar, sempre que possível, ferramentas inteligentes de gestão da informação em seus processos de divulgação de políticas e resultados. Para isso, será necessário adquirir licenças ou utilizar versões gratuitas.

Capacitação do corpo técnico

Os órgãos deverão estimular os servidores a participarem dos momentos de capacitação relacionados a essas ferramentas, promovidos pela Escola de Gestão e Governo, e previstos nas trilhas obrigatórias do Plano Municipal de Capacitação da SEPLAG.

Melhorias no gerenciamento das informações

A alimentação dos dados para a avaliação de políticas é de responsabilidade dos órgãos. Enquanto não houver um sistema específico para gerenciar as informações para esse fim, as Secretarias e Coordenadorias devem utilizar ao máximo ferramentas que possam trazer mais qualidade às suas planilhas bem como agilizar o fluxo de compartilhamento intragovernamental.

Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 – dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública.

Lei de Acesso à Informação de Niterói – disciplina os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso no município de Niterói.

Lei Geral de Proteção de Dados – a lei federal dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado. Tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, sendo de aplicação nacional.

Decreto de Governança no Compartilhamento de Dados – o decreto federal dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

Regras para Compartilhamento de Dados – o documento elaborado pelo Comitê Central de Governança de Dados da União contém orientações para o compartilhamento de dados válidos para os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional bem como para os demais Poderes da União. Apesar de não vincular os municípios, pode auxiliar a esclarecer tópicos afetos ao tema.

ObservaNit

Criado em 2019 após uma construção que envolveu Prefeitura e sociedade civil e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 13.800/2020, o Observatório de Indicadores do Município de Niterói (ObservaNit) tem como finalidade fortalecer a capacidade do município em monitorar, avaliar e aprimorar suas políticas públicas.

O normativo institui a SEPLAG como responsável por sua gestão e nomeia como instância consultiva de suas atividades o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social (CMTCS), o que demonstra a preocupação em manter uma participação ativa da sociedade civil no

que diz respeito aos resultados e impactos das políticas públicas desenvolvidas pelo município.

Até o momento, o ObservaNit divulgou os indicadores relativos ao Plano Plurianual 2018-2021, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) bem como àqueles referentes aos Programas estabelecidos pelo Plano Estratégico da cidade, o Niterói Que Queremos, dividido em 07 áreas de resultado.

Para os próximos anos, a Prefeitura idealiza avançar na pauta da Avaliação de Políticas Públicas e utilizar o observatório como um amplificador dessa expansão, aprimorando suas funções e sua usabilidade, de forma que se torne uma plataforma efetiva e consolidada de controle social.

SUGESTÃO DE LEITURA



Decreto Municipal nº 13.800/2020 – institui o Observatório de Indicadores do Município de Niterói (ObservaNit), que será regido por esse Decreto, cuja finalidade é fortalecer a capacidade do município no monitoramento, na avaliação e no aprimoramento de suas políticas públicas.

Decreto Municipal nº 12.248/2016 – cria o Observatório de Segurança Pública do Município de Niterói (OSPNit) no âmbito do Centro Integrado de Segurança Pública, ao qual caberá organizar e analisar os dados sobre a violência e a criminalidade local, a partir das fontes públicas ou privadas, bem como monitorar a efetividade das ações de segurança pública no município.

Decreto Municipal nº 13.949/2021 – cria o Observatório Municipal de Promoção da Igualdade Racial (OMPIR), com a finalidade de subsidiar a implantação das políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, por meio do levantamento, processamento, sistematização e divulgação de dados, indicadores e pesquisas, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Decreto Municipal nº 13.932/2021 – cria o Observatório de Trabalho de Niterói



12

DADOS ABERTOS

O acesso à informação é um direito fundamental, previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Acesso à Informação e na Lei de Governo Digital.

EXPLICAÇÃO

Dados Abertos Governamentais, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2020), são dados do governo divulgados sem barreiras técnicas e legais e, se possível, sem custo, permitindo que sejam usados, reutilizados e redistribuídos livremente por qualquer pessoa, a qualquer hora e em qualquer lugar. Os dados governamentais incluem, entre outros, aqueles mantidos pelos governos nacionais, regionais, locais e municipais.”

Fonte: Panorama das Administrações Públicas: América Latina e Caribe 2020. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Panorama-das-Administracoes-Publicas-America-Latina-e-Caribe-2020.pdf>.

Dados abertos são dados acessíveis a qualquer pessoa, disponíveis para uso, distribuição e combinação com outros dados, sendo interoperáveis. Dados da gestão municipal em formato aberto dão à sociedade a oportunidade de avaliar as políticas e os programas desenvolvidos pela Prefeitura e tornam-se a referência para o acesso a dados públicos sobre todas as esferas municipais: saúde, educação, assistência social etc.

Para que esses dados estejam realmente abertos, precisam ser disponibilizados de forma gratuita e sem a existência de barreiras que restrinjam seu acesso e sua utilização. É necessário que a administração municipal crie modelos padronizados dos formatos e dos procedimentos a serem publicados, implementando a qualidade e a acessibilidade a esses dados.

Quando a administração divulga e promove a utilização e a reutilização de dados abertos, focalizando uma abordagem colaborativa e voltada para a solução de problemas, fortalece a confiança do

cidadão na gestão pública e cria conjuntamente com a sociedade o valor para essas iniciativas. Assim, a publicação dos dados governamentais em formato aberto permite que a sociedade possa avaliar as ações e decisões do governo.

A Prefeitura de Niterói possui um portal específico para a disponibilização de Dados Abertos, sincronizado com o software ArcGis, utilizado pelo SIGeo. Além disso, a maioria das informações disponibilizadas no Portal da Transparência são passíveis de extração em formato aberto.

ATENÇÃO!



Não confundir **transparência** com **dados abertos**. Eles são diferentes e complementares. A Transparência visa a tornar informações acessíveis e compreensíveis; já os Dados Abertos visam a publicar bases padronizadas para acesso livre, cooperando para o desenvolvimento de soluções inovadoras.

SUGESTÃO DE LEITURA



- **Portal de Dados Abertos de Niterói**
- **Catálogo Municipal de Bases de Dados da Prefeitura de São Paulo**
- **Decreto nº 54.779/2014 do município de São Paulo** – o decreto, entre vários objetivos, institui o Catálogo Municipal de Bases de Dados.
- **Manual sobre Dados Abertos do Distrito Federal**
- **Guia Prático para elaboração de Plano de Dados Abertos do Distrito Federal**
- **Plano de Dados Abertos da Controladoria-Geral da União**
- **A era dos dados para o Setor Público**. ÍRIS | Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Ceará, AWS Institute, Social Good Brasil (livro digital)
- **Panorama das administrações públicas: América Latina e Caribe, 2020** (livro digital)

RECOMENDAÇÕES



Garantia de acesso

Os órgãos deverão garantir que, em regra, os dados da gestão municipal sejam públicos e acessíveis com facilidade em tabelas e mapas, guardadas as exceções legais e técnicas.

Participação popular

Os Planos de Dados Abertos propostos devem, obrigatoriamente, considerar a participação da sociedade civil como elemento estratégico no seu processo de elaboração.

Aprimoramento da plataforma

O canal unificado para o acesso aos dados abertos deve ser aprimorado e/ou institucionalizado, permitindo a melhoria na acessibilidade dos dados, possibilitando ao usuário relatar as possíveis dificuldades encontradas, apresentar sugestões e colaborar, fazendo com que a administração municipal atue como uma **plataforma**.

Incentivo da utilização

A habilitação de plataformas e modelos colaborativos, como competições (*Datathon*), programas de financiamento e parcerias para a utilização desses dados dentro e fora do setor público.

NA PRÁTICA



O compartilhamento de dados abastece as partes interessadas com informações sobre o município e sua gestão administrativa. Portanto, a gama de finalidades com que essas informações podem ser utilizadas é imensa.

Em uma perspectiva de avaliação de políticas públicas, o compartilhamento de dados e informações fortalece o controle social, aproximando os cidadãos das decisões tomadas pela Administração Pública, possibilitando o aumento da legitimidade do governo ou a apresentação de contrapropostas pela sociedade.

Além disso, é possível, por exemplo, que as organizações sociais, a partir da análise dos dados disponíveis, elaborem projetos que possam melhorar as condições de vida dos cidadãos do município, auxiliando ao governo em sua atuação.

Congelamento

PRESENTAÇÃO DOS PITCHES

- 8 - EQUIPE 8 – Educação
- 9 - EQUIPE 13 – Mobilidade
- 10 - EQUIPE 7 – Saúde
- 11 - EQUIPE 14 – Saúde
- 12 - EQUIPE 2 – Saúde
- 13 - EQUIPE 12 – Saúde
- 14 - EQUIPE 10 – Saúde



13

**COOPERAÇÃO ENTRE
SISTEMAS POR MEIO DA
INTEROPERABILIDADE DE
DADOS PARA A MELHORIA
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Para que tenhamos uma gestão baseada na boa prática de informações, é importante que todos os sistemas existentes possam trabalhar em uma perspectiva integrada. Assim, será possível que os dados produzidos/coletados e armazenados pelos diversos órgãos da Administração Pública conversem entre si.

Alguns desses órgãos já possuem sistemas em que trabalham as suas políticas e programas, sendo boa parte desses instrumentos de alguma política nacional ou estadual.

Para uma estratégia de integração de dados, é fundamental que seja considerada a situação atual de funcionamento de todas as políticas em execução. Embora seja muito tentadora a possibilidade de existir um sistema que gerencie todas as ações de governo, isso é praticamente inatingível quando se trata da administração pública — não apenas pelo alto custo, mas pela própria dinâmica de funcionamento atual das políticas e programas e os contextos particulares dos robustos sistemas nos quais estão inseridas.

Dessa forma, pensando a comunicação entre os diversos instrumentos e sistemas existentes, temos o conceito de **interoperabilidade**.

INTEROPERABILIDADE

É a capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto, de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais troquem dados.

EXPLICAÇÃO



Plataforma de interoperabilidade

É o conjunto de ambientes e ferramentas tecnológicas, com acesso controlado, para o compartilhamento de dados da Administração Pública municipal entre órgãos e entidades.

A interoperabilidade é definida pelo documento de referência para **Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico** do Governo Federal (2018) como uma característica que se refere à capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto (interoperar) de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais interajam para trocar informações de maneira eficaz e eficiente.

Dentre as vantagens proporcionadas pela interoperabilidade estão:

- a escalabilidade e simplicidade na construção das soluções;
- o compartilhamento das informações entre sistemas;
- a manutenção da autonomia dos sistemas envolvidos; e
- a possibilidade de trabalhar com sistemas heterogêneos, ou seja, com distintos fornecedores, plataformas e tecnologias.

A Prefeitura de Niterói, por intermédio da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, realiza estudos para viabilizar o acesso dos diversos sistemas e seus dados derivados a uma plataforma-base comum, com parâmetros a serem seguidos por todos os sistemas que poderão se comunicar.

NA PRÁTICA



Suponhamos que a Prefeitura decida lançar outro programa de auxílio financeiro aos cidadãos niteroienses que vivem em situação de vulnerabilidade social e que, para isso, precise captar, dos registros administrativos de diversos órgãos, as informações cadastrais daqueles cidadãos que cumpram os requisitos para o recebimento do benefício, para criar uma lista única.

Nesse processo, os responsáveis pelas políticas receberão mais de trinta listas contendo, aproximadamente, 15 mil perfis elegíveis para gozarem a política pública elaborada. Com base nisso, será necessário comparar as

listas, a fim de eliminar duplicidades e possíveis erros que possam acarretar desperdício de recursos ou prejuízos de qualquer natureza.

É exatamente nesse momento que se torna crucial a disponibilização de uma plataforma de interoperabilidade, na qual seja possível fazer os dados de diversas fontes conversarem entre si, facilitando o alcance dos objetivos pretendidos pelos gestores das políticas.

INTEROPERABILIDADE SEMÂNTICA

Em parceria com a Subsecretaria de Modernização da Gestão

Quando tratamos de desagregação de dados, é importante abordarmos também o conceito de **interoperabilidade semântica**, ou seja, a capacidade de sistemas heterogêneos e distribuídos de trabalharem em conjunto, com o compartilhamento de informações entre eles e o entendimento em comum entre elas.

A interoperabilidade semântica tem por função garantir que os dados compartilhados possuam a correta interpretação de seu significado, considerando as terminologias próprias de cada setor e assim compartilhadas. Dessa forma, além de uma padronização nos processos de trabalho, é necessário que os órgãos também tenham uma definição comum conhecida pelos gestores para os conceitos utilizados.

SUGESTÃO DE LEITURA



[ENAP – Introdução à interoperabilidade: Módulo 1.](#)

RECOMENDAÇÕES



Elementos para a interoperabilidade

A informatização da coleta de dados e a segurança em seu armazenamento são elementos essenciais para viabilizar a adoção da interoperabilidade como mecanismo de cruzamento.

Análise dos sistemas

Os órgãos deverão avaliar quais sistemas entendem como estratégicos

para integrar aos seus bem como verificar a capacidade de os seus serem integrados a outros, por meio de documento a ser compartilhado com a SEPLAG. Além disso, faz-se necessária a constituição de um documento referência sobre as estruturas de dados para o conhecimento dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Niterói, possibilitando a elaboração de um mapa com as informações do que cada um possui e de como a integração pode ser aprimorada.

Desagregação para uma melhor interoperabilidade

Destaca-se, também, a importância da coleta do maior número possível de informações de dados desagregados para que se possa visualizar um conjunto mais completo de dados ao cruzá-los mediante interoperabilidade. Esse processo deve ser construído com o acompanhamento da SEPLAG.

SUGESTÃO DE LEITURA



- **[Introdução à Interoperabilidade pela Escola Nacional de Administração Pública](#)**
- **[Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePING](#)**
- **[Portal Conecta gov.br](#)**

An aerial photograph of a city coastline, likely Rio de Janeiro, showing a wide sandy beach, a road with trees, and a dense urban area with many high-rise buildings. The image is partially obscured by a large blue and orange geometric overlay.

14

**UMA BASE COMUM DOS
DADOS PARA AS POLÍTICAS
DA PREFEITURA**

Um passo fundamental para a gestão estratégica de dados é construir a integração das informações e seus sistemas correspondentes.

Sabe-se que o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da gestão municipal gera um volume muito grande de dados, que atualmente existem de forma isolada. Assim, é importante que a Prefeitura considere a perspectiva de construção de um ambiente que sirva não apenas para o armazenamento desses dados, mas como uma base comum para diversos processos informatizados.

Construir essa base comum significa implementar um repositório de dados, no qual o conjunto das informações das diversas origens pode ser alocado e processado em diferentes camadas de absorção, com grandes potencialidades.

A implantação desse repositório possibilita ter, em um mesmo ambiente, os dados estruturados, como tabelas de bancos de dados organizados em linhas e colunas, semiestruturados, como CSV e XML, e não estruturados, como textos e imagens.

Todos esses dados, estando em uma base comum, podem ser modelados de acordo com múltiplas finalidades. No caso de um *data lake*, em que os dados são armazenados de forma bruta, a finalidade pode ainda nem ter surgido — situação muito comum no âmbito das políticas públicas, em que novos programas podem ser demandados a partir de novos contextos.

Por sua vez, a constituição de um *data warehouse* pode contribuir para a dinamização e a integração de muitos dados já previamente organizados, como os dados cadastrais de diversos programas.

A partir dessa perspectiva, os diferentes sistemas já existentes podem construir algum nível de relação, uma vez que seus dados estão sendo depositados em um ambiente comum. E, ainda, um sistema de gerenciamento integrado das informações pode ser

estruturado a partir desse repositório e de serviços computacionais nele centralizados.

DATANIT

Em colaboração com a Secretaria de Urbanismo e Mobilidade e Subsecretaria de Modernização da Gestão

A Prefeitura de Niterói está iniciando a estruturação de um ambiente robusto, escalável, baseado em tecnologias de padrão aberto e voltado a adquirir, armazenar, processar, efetuar cruzamentos, consultar e integrar um grande volume de dados das mais diversas origens.

Esse repositório de dados, do tipo *data lake*, visa a consolidar uma gestão de *big data* na administração de Niterói, abrindo um leque enorme de possibilidades para os órgãos. Essa plataforma tecnológica poderá absorver a dinâmica de processamento de dados dos atuais sistemas bem como possibilitará o desenvolvimento futuro de uma série de ferramentas específicas a partir das informações do conjunto da Prefeitura.

Dessa forma, está sendo instituído o Sistema Informatizado de Gestão de Dados de Políticas Públicas de Niterói (DATANIT), enquanto uma ampla estratégia que compreende a construção da base comum dos dados, um sistema de gerenciamento e análise de informações para avaliação das políticas públicas bem como as bases para outros módulos que poderão ser desenvolvidos pelos órgãos para políticas específicas.

O primeiro módulo será o Sistema Informatizado de Gestão de Dados da Mobilidade Urbana (MobNit), proposto pela Secretaria Municipal de Urbanismo, com o desenvolvimento previsto para 2022.

RECOMENDAÇÕES



Base comum de dados

A Prefeitura, por meio do DATANIT, desenvolverá uma base comum de dados, com compatibilidade com os sistemas tecnológicos atuais em funcionamento, capacidade de operacionalização de seus dados e visando ao desenvolvimento de um sistema de gestão integrada das informações das políticas públicas do município.

Migração para nuvem

Os órgãos deverão migrar seu processo de armazenamento digital para o serviço de nuvem comum da Prefeitura, que será contratado pela SEPLAG.

Atualização das informações

Os órgãos deverão manter atualizadas as informações relacionadas aos indicadores no módulo de análise de políticas públicas do DATANIT.

Módulos específicos

Os órgãos poderão desenvolver módulos próprios para gerenciar suas políticas públicas, a partir dos dados estabelecidos e integrados no DATANIT, a partir de 2023.



15

**PLANO DE CAPACITAÇÃO
DO CORPO TÉCNICO**

O escopo do plano de capacitação para o corpo técnico da Prefeitura sobre Gestão da Informação será definido a partir das diretrizes anteriormente apresentadas. No entanto, com base no diagnóstico sobre dados, ressalta-se a necessidade de esse plano contar com, no mínimo, um módulo conceitual, abordando conceitos teóricos utilizados, definições, designações dos atores, objetivos propostos e utilizações possíveis e um módulo técnico operacional. Neste serão discutidas as especificidades técnicas utilizadas, a aplicabilidade para a Prefeitura, os procedimentos de segurança na utilização e no compartilhamento das informações, além de exemplos práticos sobre o manuseio das ferramentas.

Para que a política de gestão da informação seja construída em bases sólidas e tenha espaço para expandir, é necessário que se encare a capacitação dos servidores como um processo contínuo, de forma que o conhecimento se fortaleça a ponto de se tornar cultura dentro da estrutura da Prefeitura. Por óbvio, não é um processo simples ou rápido, mas a partir do Plano de Capacitação da Escola de Governo e Gestão (EGG/SEPLAG), e de outras parcerias que serão seladas pela Prefeitura, somado ao corpo técnico qualificado da Administração Pública municipal, as chances de sucesso são positivas.

É fundamental que todo órgão da Prefeitura tenha ao menos um servidor capacitado para utilizar Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados, assim como a utilização de sistemas e módulos vinculados ao DATANIT.

FIQUE LIGADO!



A Prefeitura promoverá a Jornada de Gestão de Informação, como um momento de qualificação e integração dos servidores que atuam nas políticas e programas, desenvolvendo papel fundamental no trabalho com dados e informação.

A atividade será organizada pela SSAGI e realizada nesta gestão. O público-alvo são os servidores que compõem a Rede de Avaliação e Gestão da Informação.

RECOMENDAÇÕES



Servidores designados para a Rede

Todos os órgãos das administrações direta e indireta deverão designar servidores específicos para integrar a Rede de Avaliação e Gestão da Informação, instrumento do Sistema de Avaliação e Gestão da Informação.



16

**GOVERNANÇA DE DADOS
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A governança de dados na administração municipal corresponde à gestão centralizada dos dados no nível do governo local, por meio de ações baseadas na responsabilidade, no exercício da autoridade e no planejamento e controle dos processos relacionados.

A Prefeitura de Niterói dispõe atualmente, entre os diversos órgãos colegiados que contribuem para a execução e a governança de suas políticas públicas relacionadas à tecnologia de informação, do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), criado pelo Decreto Municipal nº 11.372/2013.

Entretanto, conforme disposto em itens anteriores e, em especial no diagnóstico situacional, a Prefeitura de Niterói tem um grande desafio no que diz respeito a implementar uma estratégia de gestão de dados relacionados às políticas públicas. Dessa forma, ao constituir o SIMAGI, a Prefeitura Municipal de Niterói avançará em estabelecer um padrão de governança que considere a estruturação tecnológica necessária ao passo que qualifica a dimensão analítica fundamental para a gestão de informações.

Caberá ao CETI, conforme sua atribuição legal, a proposição da adequação dos processos já estabelecidos na Prefeitura aos novos parâmetros e diretrizes impostas por novas legislações, a confecção de resoluções sobre a segurança da informação e seus padrões, a integridade, a arquitetura de dados e também a validação dos fluxos.

Caberá ao Comitê Executivo do SIMAGI a avaliação da qualidade das informações, o gerenciamento das bases centralizadas relacionadas às políticas públicas, a orientação aos órgãos e servidores bem como a elaboração de novas diretrizes e estratégias para a governança dos dados.

RECOMENDAÇÕES



SIMAGI

A Prefeitura de Niterói instituirá, por meio do Sistema de Avaliação e Gestão de Informação de Políticas Públicas, os meios para a governança de dados relacionados às políticas públicas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio da atual administração é muito grande, em especial quando consideramos o quanto foi planejado em matéria de ações e programas e as metas que devem ser cumpridas para melhorar ainda mais a qualidade de vida da população niteroiense.

Ainda em tempos de pandemia global de Covid-19, e considerando a crise agravada no país em sua decorrência, é inegável o quanto as políticas implementadas foram fundamentais (ainda mais se considerarmos o cenário em que a Prefeitura ocupa também o papel de desenvolvedora de ações que deveriam ser realizadas pelos governos estadual e nacional). Mais do que a continuidade, o que vimos no último período foi o esforço de aumentar a capacidade da máquina pública em responder às demandas da população por mais transformações sociais. Juntamente com isso, está o aumento na geração e na demanda por dados em todas as áreas da administração.

As diretrizes apresentadas neste documento estão baseadas no quanto Niterói têm políticas públicas em andamento, e o quanto isso resulta em um ritmo acelerado na produção de informações. Essa premissa baliza a importância de a Prefeitura qualificar seu modelo de gestão baseado em evidências, valendo-se, cada vez mais, dos dados como ativo primordial para mais e melhores decisões.

Os inúmeros temas sobre os quais a atual administração está debruçada no âmbito da informação, como a digitalização dos processos, o estabelecimento dos serviços digitais para a população, a integração dos cadastros de beneficiários e a constituição de um sistema para gerenciar informações das políticas e programas, reforçam o quanto as recomendações aqui expostas estão na ordem do dia e podem não só mudar o cenário organizacional da Prefeitura como resultar em maiores benefícios para a população.

Para estabelecer uma cultura de avaliação no município, fundamental para aprimorar as políticas e programas, será necessário consolidar também uma cultura de boas práticas na gestão dos dados, partindo do princípio que toda e qualquer informação bem

gerida qualifica a análise sobre o que está sendo desenvolvido em Niterói. O passo fundamental para essa estruturação será a consolidação do SIMAGI, que visa a regular todos os aspectos necessários para a execução dessas práticas, inserindo-os como uma política pública também.

Ainda, será preciso avançar no aspecto jurídico, consolidando normativas que regulamentam ainda mais temas fundamentais, como a Lei Geral de Proteção dos Dados, assim como estabelecendo a governança necessária para gerir os processos informacionais.

Por sua vez, a relação com a sociedade ganhará muito com o aperfeiçoamento da transparência e a criação de uma política de dados abertos, assim como pelo acompanhamento dos indicadores e suas inúmeras formas de cruzamento. Ainda, um conjunto de relações poderá ser estabelecida com o meio acadêmico e o chamado terceiro setor, fundamentais para os estudos, as pesquisas e as parcerias para a cidade.

Por fim, é importante salientar que todos os aspectos levantados qualificam o estabelecimento de uma política de gestão da informação como um grande passo para a melhoria dos serviços executados e das políticas e programas em curso. É inegável o quanto o ganho para uma administração resultará em ainda mais conquistas para toda a cidade.



REFERÊNCIAS

BRAGA, A. A gestão da informação. *Millenium*, n. 19, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/903/1/A%20GEST%C3%83O%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BURANARACH, M. *A Framework for the Organization and Discovery of Information Resources in a WWW Environment Using Association, Classification and Deduction*. 2005. (Tese) – Universidade de Pittsburgh, 2005. Disponível em: <http://d-scholarship.pitt.edu/10391/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV Projetos. *O que é uma cidade inteligente?*. [s.d.]. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MELLO, A. P. P.; MESQUITA, H.; VIEIRA, C. E. *Introdução à interoperabilidade: Introdução, módulo 1*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2015. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2399/1/M%C3%B3dulo_1_EPING.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

NITERÓI. *Decreto Municipal n. 13.973, de 27 de abril de 2021*. Cria grupo de trabalho para elaboração e articulação dos instrumentos de avaliação das políticas públicas de Niterói.

NITERÓI. *Lei Municipal n. 3.084, de 21 de maio de 2014*. Disciplina o acesso à informação no município de Niterói, em conformidade com a Lei Nacional n. 12.527/2011, e com os Arts. 5º, Inc. XXXIII; 37, § 3º, Inc. II; e 216, § 2º da Constituição da República.

ORACLE BRASIL. *O que é um Banco de Dados Relacional?*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.oracle.com/br/database/what-is-a-relational-database/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

PINHEIRO, H. P. *O que são dados?*. Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica da Universidade Estadual de Campinas. [s. d.]. Disponível em: <https://www.ime.unicamp.br/~hildete/dados.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

The image features a diagonal aerial photograph of a coastline with a sandy beach, blue ocean, and buildings. This photo is overlaid with a large blue triangle on the left and an orange triangle on the right. The text is positioned in the blue area. There are also two orange geometric shapes (a diamond and a square) in the bottom right corner.

**ANEXO I - COMPILADO
DAS RESPOSTAS AO
QUESTIONÁRIO SOBRE
DADOS E INDICADORES DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Como marco para a construção de uma política de Gestão da Informação, a SSAGI idealizou o Questionário sobre Dados e Indicadores na Administração Municipal, um formulário com mais de 70 questões com o objetivo de compreender de que forma os órgãos e entidades de Niterói operam nesse aspecto.

O documento foi preenchido por mais de 80% da administração direta e indireta da Prefeitura, o que tornou possível traçar um panorama do “estado da arte” e também perceber a heterogeneidade quanto ao nível de maturidade do tema na estrutura administrativa do ente municipal.

Para oferecer uma melhor compreensão das informações coletadas, os órgãos respondentes foram divididos em dois grandes grupos: “finalísticos”, composto por aqueles que oferecem algum tipo de serviço/atendimento direto aos cidadãos; e, “meio”, composto por aqueles que atuam no funcionamento da administração para o serviço à sociedade.

Órgãos finalísticos

Fundação Estatal de Saúde – FESAÚDE
Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária – SMASES
Coordenadoria de Políticas e Direitos da Mulher – CODIM
Fundação Municipal de Educação – FME
Secretaria Municipal do Idoso – SMID
Niterói Transporte e Trânsito – NITTRANS
Secretaria Municipal de Saúde/Fundação Municipal de Saúde – SMS/FMS
Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC
Coordenadoria da Juventude – CPPJ
Coordenadoria de Defesa Animal – CEDA
Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – EMUSA
Secretaria Municipal de Obras – SMO
Companhia de Limpeza Urbana – CLIN
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL
Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDEN
Secretaria Municipal de Fazenda – SMF
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – SMARHS
Secretaria Municipal de Participação Social – SEMPAS
Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SMHRF
Secretaria Municipal de Educação – SME
Niterói Empresa de Lazer e Turismo – NELTUR
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSER
Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP
Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH
Secretaria Municipal de Acessibilidade – SMAC
Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia – SMDCCG
Secretaria Municipal de Cultura – SMC
Fundação de Arte de Niterói – FAN
Secretaria de Urbanismo e Mobilidade – SMU
Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação – SMCTI

Órgãos meio

Grupo Executivo de Proteção a Áreas Verdes – GECOPAV
Escritório de Gestão de Projetos – EGP
Controladoria-Geral do Município – CGM
Coordenadoria Geral de Eventos – CGE
Secretaria Executiva – SEEXEC
Secretaria de Governo – SEMUG
Gabinete do Vice-Prefeito – GVP
Gabinete do Prefeito – GP
Secretaria Municipal de Administração – SMA
Gabinete de Gestão Integrada do Município – GGIM
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão – SEPLAG
Procuradoria Geral do Município – PGM
Coordenadoria de Comunicação – CGCOM
Niterói Previdência – NITPREV

Considerações Gerais sobre as respostas

Antes de abordarmos as respostas ao Questionário, faz-se necessário compreender que a interpretação dos dados coletados a partir de sua aplicação deverá levar em conta algumas variáveis que podem, direta ou indiretamente, apresentar impactos nos resultados.

Primeiramente, cabe refletir que o Questionário foi um instrumento pensado e aplicado pela SSAGI para ajudar a compreender a forma como os órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam atualmente para trabalhar com dados e indicadores de políticas públicas.

Essa necessidade decorre da demanda latente pela estruturação de uma cultura de avaliação de políticas públicas no município. Entretanto, é conveniente alertar para o fato que

esse instrumento não deve ser o único a ser considerado para fins de análise, ou seja, apesar de ser parte considerável desse estudo, faz-se necessário o uso de outras fontes que permitam um aprofundamento nos dados coletados pelo Questionário.

Isso ocorre porque, quando lançamos um olhar detalhado para as respostas, conseguimos identificar fatores que podem contribuir para que algumas delas não sejam as mais fidedignas à realidade dos órgãos possíveis, como:

- ◆ a limitação de conhecimento geral do(s) servidor(es) sobre o funcionamento do órgão em nome do qual realizou(aram) o preenchimento do Questionário;
- ◆ a falta de conhecimento e compreensão dos assuntos abordados no Questionário; e
- ◆ a má interpretação/compreensão das perguntas do Questionário.

Portanto, ao analisar as respostas descritas à frente, é importante que se tenha em mente a existência desses fatores e seu impacto no resultado do Questionário.

Das perguntas e das respostas coletadas

O Questionário foi estruturado em duas grandes partes: uma sobre os dados utilizados para o desenvolvimento de políticas públicas e outra sobre a avaliação dessas políticas e a utilização dos indicadores. Cada uma das partes foi subdividida em seções temáticas, que visavam a traçar um panorama sobre a situação atual e abarcar de maneira ampla grupos de questões direcionados a esses temas.

As seções e as respectivas explicações sobre o que a equipe DGI visava a obter em cada questão e seção do Questionário foram disponibilizadas no documento “Sumário e Guia”, enviado aos órgãos conjuntamente com o questionário como orientação para seu preenchimento.

De maneira geral, o objetivo de cada seção era:

Seção 1: Dados pessoais

Entender quem estava realizando o preenchimento das respostas, o órgão de trabalho, o setor inserido no órgão, a função desempenhada e os contatos.

Seção 2: Política de Dados e Gestão da Informação

Conforme explicado no Sumário/Guia do Questionário disponibilizado pela SSAGI, o tópico busca identificar a **forma pela qual o órgão se relaciona com dados**, a partir da identificação do grau de desenvolvimento dessa pauta no âmbito interno e externo da entidade. Assim, se houver um processo de gerenciamento de dados instaurado, ainda que não estruturado, o tópico identificará os métodos de coleta e produção até a divulgação/utilização destes.

A seção é dividida em três tópicos, abarcando um total de 35 questões, dentre as quais, relacionadas à frente, com sua devida contextualização e tópicos, em que estão agrupadas:

Tópico 2.1. Dados

Composto por 15 perguntas, objetivava a maior compreensão acerca de elementos iniciais deste processo:

- ◆ Saber se o órgão trabalha com dados e informações em suas ações e atividades, tanto os referentes a atividades internas (exemplo: informações referentes ao quadro funcional), como as externas

(exemplo: informações referentes ao público-alvo de suas políticas públicas);

- ◆ Entender quais dados são trabalhados pelo e no órgão, com uma especificação e detalhamento dos dados que são produzidos, coletados, armazenados, gerenciados e/ou utilizados pelo órgão ou pela Prefeitura na sua atuação;
- ◆ Compreender quem são os responsáveis pela coleta/produção dos dados;
- ◆ Conhecer a finalidade com a qual esses dados são utilizados pelo órgão e a função atribuída aos dados coletados, produzidos, armazenados, gerenciados e/ou utilizados pelo órgão; e
- ◆ Considerar a existência dos tipos de desagregação dos dados trabalhados para, por exemplo, revelar padrões ou tendências.

As perguntas do questionário que se relacionam a esse tópico são:

PERGUNTA 01:

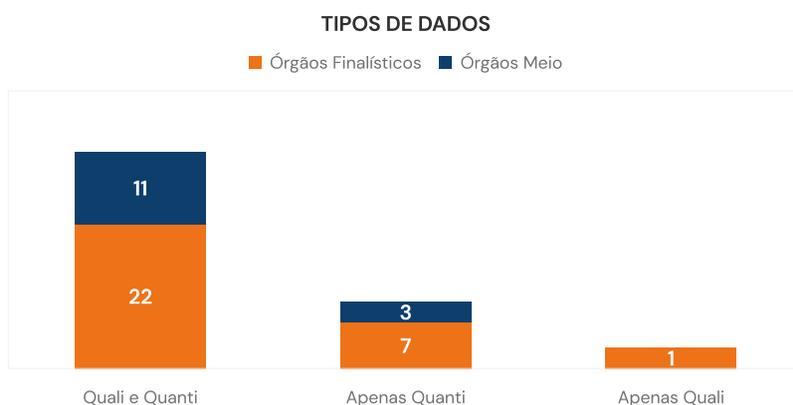
“COM QUAIS TIPOS DE DADOS A SUA SECRETARIA/COORDENADORIA TRABALHA?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 08
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com mais de uma opção possível
- **Opções disponíveis:** Dados Quantitativos Dados Qualitativos

No espectro dos dados, os quantitativos geralmente estão atrelados a elementos numéricos e estatísticos com a finalidade de quantificar qualquer que seja a variável que tenha sido definida. Por exemplo: O município de Niterói possui um total de X unidades escolares, sendo Y voltadas à educação infantil e Z voltadas ao ensino médio.

Já os dados qualitativos estão mais ligados a elementos descritivos, com a intenção de narrar ou caracterizar alguma informação. Por exemplo: A maioria das crianças matriculadas na rede escolar de Niterói é do gênero feminino, na faixa etária de 6 a 9 anos.

Por meio das respostas ao Questionário, pudemos perceber que a maioria dos órgãos trabalha com ambos os tipos de dados (75%); seguido pelos que trabalham apenas com dados quantitativos (23%) e apenas com dados qualitativos (2%).



Ao total, 97% dos órgãos trabalham com dados quantitativos e 77% com dados qualitativos. Tendo em vista que os dados qualitativos oferecem uma visão mais completa da situação, é positivo que tantos órgãos já compreendam a importância da coleta de dados desse tipo e empreendam esforços para tal.

PERGUNTAS 02, 03, 04 e 05:

INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS RESPONSÁVEIS PELA OBTENÇÃO DE DADOS/INFORMAÇÕES (NOME, CARGO, E-MAIL E TELEFONE PARA CONTATO)

- **Número das perguntas no Questionário:** 09, 10, 11 e 12
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

Esta seção buscou identificar os responsáveis pela coleta de dados e informações nos órgãos e entidades da Administração Municipal.

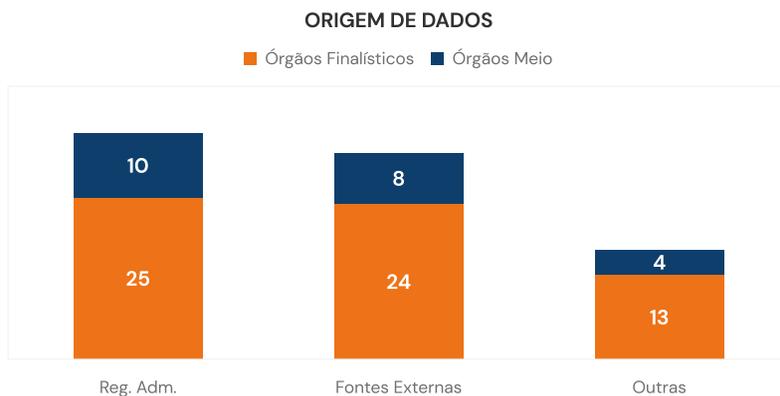
PERGUNTA 06:

“QUAL A ORIGEM DOS DADOS OBTIDOS?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 13
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com mais de uma opção possível
- **Opções disponíveis:** Fontes oficiais externas Registros administrativos da PMN
- Outra: _____

Por origem, busca-se compreender a fonte da qual os dados são captados. Portanto, se os dados são coletados por iniciativa do órgão integrante da Prefeitura por meio, por exemplo, da aplicação de formulários, por busca ativa ou outros meios desenvolvidos internamente, denomina-se que os dados são originários dos **registros administrativos**. Caso os dados sejam coletados de terceiros, como a extração de uma tabela do site do IBGE, de pesquisa no site do CAGED, entre outros, considera-se que a origem dos dados é de **fontes externas** à estrutura da Prefeitura.

Pelas respostas recebidas, percebe-se que a maioria dos órgãos trabalha com Registros Administrativos (79%), sendo que quase a mesma quantidade trabalha com dados de Fontes Externas (72%). 38% dos órgãos afirmaram trabalhar com outra origem de dados, descritos a seguir.



Outras fontes de dados informadas:

- a. "Denúncias da população, operações de fiscalização no terreno coordenando ações de outras Secretarias e [informação ocultada]";
- b. "Fontes próprias elaboradas pela equipe de [informação ocultada]";
- c. "Coleta de dados internos dos setores";
- d. "Sistema de Gestão [informação ocultada]";
- e. "E-cidade";
- f. "Os dados possuem origens variadas, alguns são produzidos internamente pela equipe do [informação ocultada] (dados primários) e outros são fornecidos pelas Secretarias, instituições parceiras e demais órgãos que compõem o município (dados secundários)";
- g. "Consórcio TransOceânico";
- h. "Registros da secretaria";
- i. "Cadastro realizados através de formulários";
- j. "Registros coletados por instituições parceiras de projetos em execução";

- k. “Informações obtidas junto a dirigentes e assessores das diversas pastas municipais”;
- l. “Colab”;
- m. “Base Cadastral Interna”;
- n. “Registros internos [informação ocultada]”;
- o. “Registros obtidos através dos cidadãos”;
- p. “Sistema Municipal de Indicadores (...)”;
- q. “Registros administrativos [informação ocultada]”;
- r. “Sistema interno”.

Observação: 2 dos 44 (4%) órgãos informaram que a pergunta não se aplica à realidade do órgão.

Considerando o apagão de dados de políticas públicas, causado pelo desmonte do Censo Demográfico, principal fonte oficial de dados para municípios, que deveria ter sido realizado em 2020, é essencial que os municípios possuam os seus registros administrativos organizados e com confiabilidade suficiente, de forma a permitir que políticas municipais sejam estruturadas com base nas informações municipais.

É importante reforçar que a pandemia de COVID-19 vem exigindo muito dos municípios nesse sentido, visando à mitigação de seus impactos econômicos e sociais e à assistência aos municípios em situação de vulnerabilidade.

PERGUNTA 07:

“QUAIS AS DIMENSÕES DE DESAGREGAÇÃO DESSES DADOS?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 14
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com mais de uma opção possível
- **Opções disponíveis:** Idade Bairro Renda Gênero Raça/Etnia
- Outra: _____

Após compreender o tipo de dado trabalhado pelos órgãos e suas origens, buscou-se entender a profundidade das informações detidas por eles. Por desagregação do dado, entende-se que aquela informação carrega diversas dimensões que podem ser separadas em unidades menores, auxiliando a compreensão da realidade, revelando tendências e padrões.

EXEMPLO

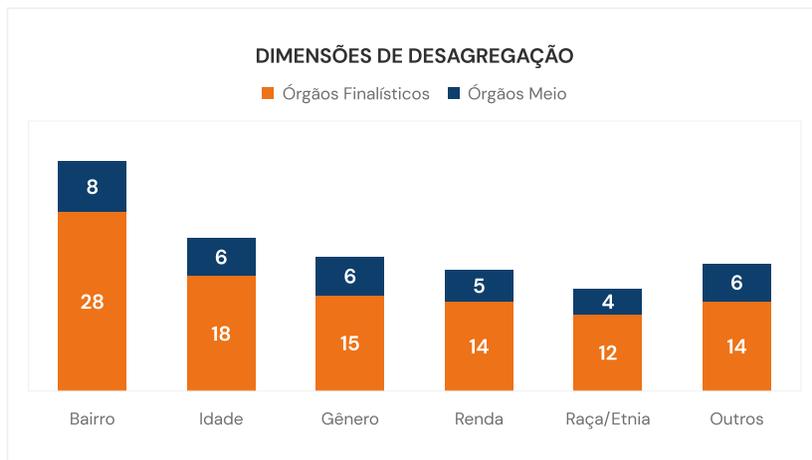
Informação: A região X de Niterói possui 20.000 habitantes.

Informação desagregada: dos 20.000 habitantes da região X de Niterói, 76% são mulheres (Sexo). A maior parte das mulheres dessa região são negras (raça), residem nos bairros A e B (Bairro), possuem renda mensal média de 5 salários-mínimos (renda) e são casadas (estado civil).

Desagregar dados significa, além da possibilidade de compreensão dos problemas municipais de forma localizada, proporcionando o maior direcionamento das políticas que necessitam de desenvolvimento, ampliação ou monitoramento, bem como uma efetiva avaliação de seus resultados, uma oportunidade maior para a integração das políticas desenvolvidas pela Prefeitura, a melhor

gestão do trabalho que vem sendo realizado e a melhoria dos processos internos.

Por meio das respostas, foi possível identificar que a maior parte dos 40 órgãos que responderam trabalha com a desagregação por Bairro (90%), seguido de Idade (60%), Gênero (52%), Renda (47%) e Raça/Etnia (40%).



É importante, ainda, considerar que 45% dos órgãos afirmaram trabalhar com outras dimensões de desagregação, distintas das opções presentes no Questionário. A descrição dessas outras desagregações utilizadas encontra-se no quadro a seguir. As respostas foram transcritas na íntegra, exceto pelas palavras-chave que poderiam identificar o órgão respondente. Estas foram suprimidas, como pode ser observado.

Outras dimensões de desagregação de dados informadas:

- “Escolaridade”;
- “CNES”;
- “Comorbidades”;
- “Religião”;

- e. "Orientação Sexual";
- f. "Identidade de Gênero";
- g. "Dados dos [informação ocultada] que passam por [informação ocultada]";
- h. "Risco";
- i. "Necessidade";
- j. "Eu trabalho com dados e informações das divisões da própria Diretoria";
- k. "Nomeação/Exoneração";
- l. "Dados funcionais";
- m. "Regiões";
- n. "Dados orçamentários desagregados";
- o. "Tipo de pretensão judicial ou contenciosa";
- p. "Informações técnicas";
- q. "Informações sobre ações";
- r. "Declarações de dirigentes";
- s. "Documentação fotográfica e demais";
- t. "PCD";
- u. "Dados de ocorrências e vistorias";
- v. "Dados de voluntários";
- w. "Dados meteorológicos";
- x. "Linguagem artística/cultural";
- y. "ZEIS"; e
- z. "Formalização dos grupos".

Observação: 9% dos órgãos informaram que não compreenderam a pergunta ou que não se aplica à realidade do órgão, evidenciando a importância de tratar o tema nos órgãos e de fortalecer internamente a cultura da avaliação e o estabelecimento de padrões mínimos de desagregação dos dados coletados pelas Secretarias.

PERGUNTAS 08 e 09:

“EXISTEM CRITÉRIOS DE REGIONALIZAÇÃO PARA ESSES DADOS?”

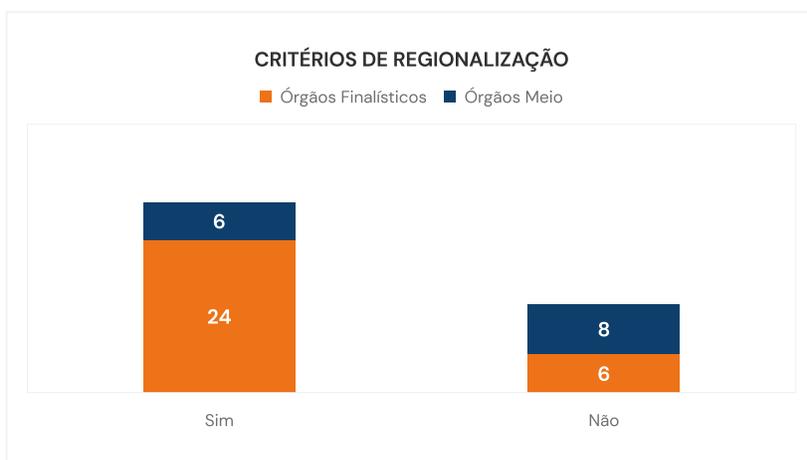
“CASO TENHA RESPONDIDO ‘SIM’ NA QUESTÃO ANTERIOR, ESPECIFIQUE”

- **Número das perguntas no Questionário:** 15 e 16
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com apenas uma opção possível
- **Opções disponíveis:** [] Sim [] Não

A pergunta tinha como objetivo entender quais são os critérios de regionalização dos dados obtidos e utilizados pelas Secretarias. Assim, inicialmente, os órgãos respondiam se utilizavam esses critérios e, posteriormente, os especificavam.

Regionalizar os dados produzidos e utilizados é uma forma de desagregá-los, considerando critérios específicos de territorialização, de acordo com os objetivos da política e do órgão em questão. Bairros, regiões administrativas, áreas de risco e Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), entre outros, são exemplos de territorialização dos dados, que possibilitam o maior direcionamento de investimentos e a avaliação mais precisa dos resultados alcançados.

Percebemos que 68% dos órgãos afirmam a existência de critérios de regionalização para os dados sobre sua responsabilidade, enquanto 32% afirmaram não trabalhar com esses critérios, como demonstra o gráfico a seguir.



Para entender como é feita essa regionalização pelos órgãos, foi solicitado aos órgãos que afirmaram utilizar essa forma de desagregação que especificassem os critérios utilizados.

O quadro a seguir transcreve as especificações dos critérios de regionalização informados pelos órgãos, subtraindo apenas as informações que os identificam.

Especificação dos critérios de regionalização:

- a. "Este [informação ocultada] atua em todo território do Município de Niterói. Importante registrar que a maioria acontece com apoio da Polícia Militar, tendo em vista se tratarem de áreas vermelhas de Segurança Pública";
- b. "Regiões de Saúde do Município";
- c. "A divisão territorial geográfica é considerada na cobertura dos equipamentos da proteção social básica";
- d. "Por bairros";
- e. "Necessidades da região, dificuldades encontradas, transporte, segurança etc.";
- f. "Por regiões administrativas";
- g. "52 bairros e 5 regiões";

- h. "As 7 regiões de Saúde que, de acordo com o Plano Municipal de Saúde Participativo (2022-2025), serão padronizadas de acordo com as 5 regiões administrativas oficiais";
- i. "Através da ficha de atendimento registramos o endereço do consumidor e podemos monitorar as ações de fiscalização e campanha educacional por concentração maior";
- j. "Divisão por bairros";
- k. "Mapeamento de risco; hierarquização em consideração ao número de vidas e o valor da intervenção"
- l. "Comunidades e Orla";
- m. "Bairro e Localidade";
- n. "Gênero, bairro, idade, legislação";
- o. "Com os dados tributários, por exemplo, é possível verificar a movimentação econômica por setor/atividade; o desempenho do mercado imobiliários na cidade. Com os dados financeiros, a Administração controla e verifica a saúde financeira da cidade, o que possibilita a concepção de políticas públicas pelos outros órgãos do Município";
- p. "A Secretaria utiliza o recorte por regiões administrativas";
- q. "Região de Planejamento, Bairro, Território (comunidade/favela)";
- r. "No caso da regularização fundiária e produção de habitação a característica regional impacta diretamente nessas dimensões";
- s. "Divisão por Polos de educação";
- t. "Município, bairro, logradouro, área de delegacia";
- u. "Quando da realização de pesquisas pelo Colab, esse recorte é feito para atender as especificidades propostas para cada consulta";
- v. "Trabalhamos com quantitativos de dados de acordo com ruas e bairros da cidade";
- w. "Município, bairro, logradouro, área de delegacia, área de regional da Guarda Municipal";
- x. "Recorte por bairros";
- y. "Os dados obtidos pela secretaria são georreferenciados";
- z. "Em todos os questionários e formulários aplicados pela [informação ocultada] para agentes, grupos e coletivos [informação ocultada] incluímos um campo para saber o bairro de residência dos agentes envolvidos";
- aa. "Distribuição territorial, linguagem artística-cultural aplicada e ZEIS";

- ab. “A secretaria segue as divisões administrativas do Plano Diretor Municipal (Região e Bairro), mas o objeto do nosso trabalho são lotes e edificações, que são as menores unidades de desagregação”; e
- ac. “Bairros, regiões apontadas pelo estudo da Macroplan com base nos dados de IBGE”.

Ao observarmos a especificação desses critérios, nota-se a pluralidade de critérios utilizados, muitos dos quais são específicos da atuação de cada órgão.

No entanto, a maior parte dos órgãos utiliza a divisão territorial em bairros, conseqüentemente, regiões administrativas (Praias da Baía, Oceânica, Leste, Norte e Pendotiba), de forma a possibilitar que grande parte dos dados da Prefeitura sejam integrados a partir dessa dimensão comum, permitindo uma atuação direcionada para a resolução de problemas e proposição de políticas de forma a atender demandas específicas de cada região.

PERGUNTA 10:

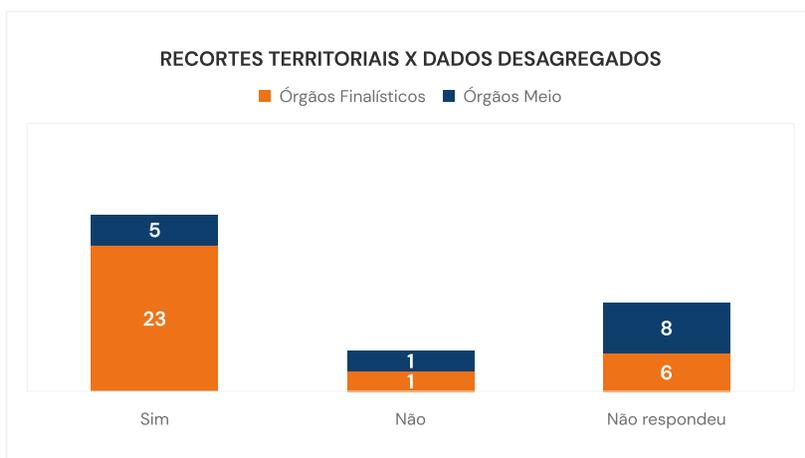
“É POSSÍVEL REALIZAR CRUZAMENTO DOS RECORTES TERRITORIAIS COM OS DEMAIS DADOS DESAGREGADOS?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 17
- **Caráter:** Obrigatória pra órgãos que responderam “sim” na pergunta acima
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com apenas uma opção possível
- **Opções disponíveis:** [] Sim [] Não

A pergunta foi respondida pelos 30 órgãos que afirmaram possuir critérios de regionalização para os dados. Desses respondentes, 93% afirmaram ser possível a realização de cruzamentos entre os recortes territoriais e os demais dados.

Quando consideramos a totalidade da Prefeitura, temos que em torno de 68% dos dados trabalhados pelos órgãos podem ser regionalizados, como visto anteriormente, e que 63% dos dados podem ser trabalhados de maneira cruzada com outros dados desagregados.

Os 14 órgãos que não responderam a essa questão, afirmaram não trabalhar com dados territorializados, portanto, a questão não era aplicável a esses respondentes.



O panorama atual da Prefeitura evidencia também a necessidade de avaliar possibilidades de cruzamento desses dados, de acordo com os já existentes, otimizando o trabalho das Secretarias, minimizando o retrabalho nessa área e propondo políticas mais eficientes e eficazes para o município.

PERGUNTA 11:

“COM QUAIS FONTES OFICIAIS DE DADOS A SECRETARIA/COORDENADORIA TRABALHA?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 18
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com mais de uma opção possível
- **Opções disponíveis:** IBGE IPEA INEP CAGED/RAIS DataSUS
- Nenhuma Outra: _____

Para essa questão, interessava conhecer as fontes oficiais de dados utilizadas pelos órgãos, ou seja, dados secundários, obtidos com instituições oficiais de pesquisa e estatística.

A questão foi respondida por 34 órgãos (os demais afirmaram não trabalhar com dados provenientes de fontes oficiais) e, das opções previamente apresentadas, a fonte oficial mais utilizada é o IBGE, utilizado por 76% desses órgãos, seguido pelo IPEA e DataSUS, ambos utilizados por 23% dos respondentes, RAIS/CAGED, citado por 21% dos órgãos e, por fim, dados provenientes do INEA, 15%.



A maioria dos órgãos (91%) optou por informar outras fontes oficiais de dados utilizadas, descritas a seguir. Em sua maioria, as fontes de dados listadas nessa categoria se referem a dados de temas específicos da atuação de cada órgão.

Especificação das “outras” fontes oficiais de dados:

- a. “Sismac/FNS”;
- b. “Portal da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)”;
- c. “ISP”;
- d. “Censo Escolar, FNDE”;
- e. “Dados extraídos de bases oficiais do IBGE, Decretos e Leis, Instituições parceiras, além de instrumentos e processos internos das secretarias e coordenadorias que compõem o município”;
- f. “Dados obtidos pela Secretaria”;
- g. “DETRAN/RJ e PMERJ”;
- h. “Painel de Monitoramento da Secretaria de Vigilância em Saúde (Ministério da Saúde)”
- i. “Procon RJ/SENACON Brasília”;
- j. “SIRCAD”;
- k. “EMOP, SCO, SINAPI, Pesquisa de mercado”;
- l. “Mapeamento de risco do ERJ, DRM, Cartão Cidadão”;
- m. “CadUnico, Folha do Bolsa Família, Bases de Gestão Escolar”;
- n. “Receita Federal”
- o. “Cadastro de pessoal”
- p. “IBAMA, Mapbiomas, Cemaden e MP”;
- q. “Prefeitura de Niterói”;
- r. “Fundação João Pinheiro”;
- s. “Registro de Ocorrência de Delegacia, Boletim de Ocorrência da Guarda Municipal, Atendimento 153”;
- t. “ANP, Boletim Focus (Banco Central)”;
- u. “Setores da administração municipal”;
- v. “Defesa Civil”;
- w. “Sisobi, TCE, TJ RJ, Min. Economia, Sistema Previdenciário”;

- x. “Registro de Ocorrência de Delegacia, Boletim de Atendimento da Guarda Civil Municipal”;
- y. “Ministério de Direitos Humanos, PNUD, ACNUR”;
- z. “CadUnico”;
- aa. “CEMADEN, CENAD, INMET, Defesa Civil Estadual E Nacional, Corpo De Bombeiros, INEA, Alerta Rio, Redemet etc.”;
- ab. “Formulário de inscrições em editais”; e
- ac. “Sistemas próprios”.

Observação: 23% dos órgãos não responderam, já que não utilizam fontes oficiais, ou informaram que a pergunta não se aplica à realidade do órgão.

PERGUNTA 12:

“QUAIS SÃO OS DADOS PROVENIENTES DE FONTES OFICIAIS UTILIZADOS PELA SECRETARIA/COORDENADORIA E SUAS RESPECTIVAS FONTES?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 19
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

A pergunta tinha a intenção de conhecer melhor quais dados obtidos por meio das fontes oficiais são trabalhados pelos órgãos. Para isso, foi solicitado que os 34 órgãos que trabalham com dados de fontes oficiais os listassem.

Respostas:

- | | |
|---|---|
| 1 | <p>“Cadastro de estabelecimentos e profissionais de saúde;
 Dados sobre produção ambulatorial e de equipes de saúde;
 Transferência de Recursos SUS;
 Dados demográficos;
 Dados epidemiológicos;
 Dados georreferenciados;
 Dados socioeconômicos”</p> |
|---|---|

2	<p>“CECAD 2.0 - Permite consulta, seleção e extração de informações das famílias inscritas no Cadastro Único; Meu CadÚnico - Site que permite verificar se a pessoa está cadastrada no Cadastro Único; Portal Bolsa Família no seu Município - Apresenta informações e análise sobre o Programa Bolsa Família nos municípios brasileiros; Portal do Censo SUAS - Portal de publicações, pesquisas e sistemas de acompanhamento dos equipamentos de assistência social; MOPS - Mapa Estratégicos para Políticas de Cidadania - Portal que reúne informações sobre oportunidades de qualificação profissional e serviços públicos; RI Social - Acesso de relatórios e boletins com dados sobre os programas, ações e serviços do MC em todo o país; Tab Social - Tabulador de Microdados - Produz tabulações simples e cruzadas a partir das principais bases de microdados do MC; Gestão SUAS - Acesso as ferramentas de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Portal de Segurança Alimentar e Nutricional - Indicadores e Ferramentas Gerenciais de Segurança Alimentar e Nutricional; Registro Mensal de Atendimentos (RMA); Registro dos atendimentos mensais dos serviços disponíveis nas unidades da [informação ocultada]”</p>
3	<p>“Dados populacionais - IBGE e dados sobre violência de gênero - ISP”</p>
4	<p>“Recursos financeiros utilizados, perfil dos usuários, população infantil”</p>
5	<p>“São inúmeras as produções, podendo trazer como exemplo os Dados do Censo 2010 (IBGE), Decretos e Leis municipais, estaduais e federais, instrumentos e processos internos das secretarias e coordenadorias que compõe o município. O acervo é extenso, por isso destaco aqui o site para a consulta: [informação ocultada]”</p>
6	<p>“Atendimento em loco aos munícipes, rede sócias e WhatsApp”</p>
7	<p>“Nº de ocorrência de acidentes de trânsito (BRAT) Nº de habitantes Nº de veículos registrados na cidade Nº de chamados recebidos pelo CCO (Atendimentos diversos, estacionamento irregular, abandono de veículo etc.) Contagem Volumétrica Veicular”</p>

8	“Dados vitais, agravos e doenças de notificação compulsória, condições de saúde, assistência à saúde e produção ambulatorial/hospitalar”.
9	“Incidência de fiscalizações e ações praticadas pelos órgãos Procon RJ e atualização de legislação e jurisprudência pelo SENACON Brasília”.
10	“Renda, Escolaridade, Gênero (IBGE, IPEA, INEP)”.
11	“Dados de empresas. Ex: situação cadastral (CNPJ), idoneidade etc..”.
12	“Catálogo de preços”
13	“DRM - Mapeamento de risco; Cartão Cidadão - situação de vulnerabilidade da família; IBGE - População envolvida na área”.
14	“Cadastro dos Profissionais que atuam em várias áreas com os seus projetos diversos na nossa cidade e cadastro dos profissionais e alunos das escolas municipais, particulares e estaduais”.
15	“Base do CadUnico; Folha do Programa Bolsa Família, recebidas da Secretaria de Assistência Social; Base de Gestão Escolar recebidas da Secretaria de Educação e das escolas da Rede Federal (Pedro II, IFRJ e COLUNI-UFF)”
16	“Demográficos, Econômicos, Emprego, Renda, Desenvolvimento Humano (IDHM)”
17	“Acesso a serviços públicos; Recursos financeiros utilizados”.
18	“dados de pessoal”
19	“IBGE - dados populacionais, limites administrativos e toponímias; IBAMA - Cadastro Ambiental Rural; INEA - áreas protegidas, licenciamentos, base cartográfica, recursos hídricos; MAPBIOMAS - evolução de uso e cobertura do solo; CEMADEN - índices pluviométricos; MP - Recursos hídricos, Conservação, Saneamento, Rede de Abastecimento, Toponímias”.
20	“Dados censitários e do PNAD - IBGE; Autodeclaração junto à PMN quando da inscrição em projetos, resposta a consultas públicas e participação de fóruns de participação social”.

21	"Déficit habitacional, área urbanizada, população, área, esgotamento sanitário, abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, taxa de urbanização, renda per capita".
22	"Censo Escolar e outras bases de dados do INEP"
23	"Registro de Ocorrência de Delegacias - Instituto de Segurança Pública; Boletim de Ocorrência de GCM - GCM; Atendimento 153 - CISP"
24	"Projeções de Arrecadação com Royalties do Petróleo (ANP); Projeções de parâmetros macroeconômicos, tais como IPCA, PIB, Dólar, e etc. (Boletim Focus - Banco Central)".
25	"Dados colhidos do acervo de processos judiciais e do estoque de processos administrativos consultivos".
26	"Projetos, dados, resultado de ações, esclarecimentos à população; Executivo municipal, secretarias, coordenadorias, empresas municipais, administrações regionais e demais setores da administração municipal de Niterói"
27	"IBGE - Quantitativos de habitantes - IDH - através do Site; INEA - Balneabilidade - Site; Defesa Civil - Alertas - Índices pluviométricos".
28	"Dados cadastrais"
29	"Registro de Ocorrência de Delegacias de Polícia Civil, Boletim de Ocorrência da Guarda Civil Municipal, Atendimento 153 - CISP"
30	"IDH; Dados sobre Violações de Direitos Humanos; Dados sobre refugiados"
31	"Censo realizado em 2010 pelo IBGE; CadÚnico - Informações provenientes da secretaria de saúde referente as pessoas com deficiência"
32	"Dados meteorológicos, geológicos, hidrológicos, imagens de satélite, registros de ocorrências do corpo de bombeiros, entre outras".
33	"Usamos alguns dados do IBGE, usamos os dados do CAGED, temos alguns dados pela [informação ocultada] e usamos os formulários de inscrições de nossos editais de fomento (principal ferramenta de fomento aos agentes culturais da cidade)".
34	"Raça, gênero, dados sobre educação e cultura"

35	“IBGE - População; CAGED/RAIS - Trabalho e Emprego - trabalhamos com o a RAIS identificada; INEA - Polígonos de áreas ambientais de legislação estadual”.
36	“Nível de escolaridade, renda, bairro ou região onde mora, idade”.

PERGUNTA 13:

“ESPECIFIQUE PARA QUAIS FINS SÃO UTILIZADOS ESSES DADOS”

- **Número da pergunta no Questionário:** 20
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

Respostas:

1	“Não recebemos dados oficiais externos, a não ser cobranças do Ministério Público”.
2	“Diagnóstico e Planejamento Estratégico; Planejamento e programação de ações e serviços; Monitoramento e avaliação das intervenções”.
3	“Os dados são utilizados para monitoramento e aprimoramento dos serviços [informação ocultada], assim como fonte para as prestações de contas dos recursos do [informação ocultada]”.
4	“Análise, avaliação, monitoramento, elaboração de relatórios e pretende-se trabalhar para a divulgação”.
5	“Tomadas de decisões, prioridades e atendimento”.
6	“Subsidiar a administração pública no direcionamento de recursos, avaliação e monitoramento de projetos, criar uma cultura integradora entre as secretarias, colaborar com a produção científica e também em concordância com a Lei nº 12.527”
7	“Faremos um cadastro geral dos [informação ocultada]”
8	“Monitoramento do trânsito da cidade e eficácia do atendimento do [informação ocultada]”.
9	“Análise de situação de saúde e da assistência prestada às pessoas”.

10	“Orientações para planejamento da política pública praticada, atualização de métodos de atuação e acompanhamento atualizada da legislação e jurisprudência”.
11	“Para elaboração de projetos para [informação ocultada] realizamos o levantamento de dados como índices de mortalidade por homicídio entre jovens, gravidez entre jovens, primeiro emprego, escolaridade e evasão escolar, entre outros assuntos, pois servem para compreender e elaborar melhor nossos planos, bem como ter eficácia e eficiência em nossos projetos”.
12	“Análise processual”.
13	“Para aprovação de utilização de espaços públicos (eventos)”
14	“Elaboração de planilha orçamentária”
15	“Atender decreto 13080/2018 - Decreto de isenção na cidade”
16	“Para realização de eventos e qual tipo de esporte será realizado”
17	“Utilizamos para realizar cruzamentos e identificar os alunos elegíveis ao [informação ocultada], ou seja, que atendem o critério de elegibilidade que é ser morador de Niterói e estudar em uma escola da rede pública localizada em Niterói.”
18	“Buscar dados brutos e transformá-los em informações para estabelecer políticas públicas de qualidade”.
19	“A [informação ocultada] utiliza dados da CGM e da Receita Federal para fins de identificar os sujeitos passivos de impostos e taxas”.
20	“Planejamento, monitoramento e gestão”.
21	“Monitoramento de Vulnerabilidade social e análise de possíveis evasões dos projetos oriundos desta secretaria”.
22	“Para estudos e desenvolvimento dos projetos relativos à pasta”.
23	“Mapa estatístico das escolas”.
24	“Monitoramento e Análise de dados”
25	“Principalmente, são utilizados para projeções orçamentárias, no curto e médio prazo. A projeção de recebimento dos royalties é importante pois representa cerca de 1/3 do orçamento municipal, e os parâmetros macroeconômicos subsidiam a elaboração das peças orçamentárias no curto e médio prazo, possibilitando estimativas de despesas mais assertivas”.

26	"Mensuração da carga de processos e distribuição de lotações no âmbito da [informação ocultada], de forma a racionalizar o trabalho e permitir maior taxa de sucesso judicial, e atendimento mais célere e de qualidade à PMN".
27	"Divulgação e esclarecimentos sobre ações do governo do município em prol da população, subsídio para as diversas pastas da administração".
28	"Para pagamento de credores"
29	"Para Gestão dos Serviços da [informação ocultada]"
30	"Folha de pagamento, cadastro funcional..."
31	"Monitoramento e Análise de dados"
32	"Todos os dados subsidiam análises e proposição de políticas públicas da secretaria".
33	"No âmbito do órgão os dados são utilizados para a inserção nos programas executados por esta pasta estruturação e logística dos projetos".
34	"Promover ações voltadas a minimização de desastres".
35	"para monitoramento das políticas públicas implementadas e para aprimoramento e melhorias das nossas ações".
36	"Indicadores para a formulação de políticas públicas".
37	"População e Trabalho/Emprego para estudos de Planejamento Urbano e da Mobilidade; INEA - Para processos administrativos que envolvam áreas ambientais"
38	"Alguns foram utilizados para especificar a identidade da [informação ocultada]; pessoas que acessam o serviço da [informação ocultada] e dos [informação ocultada], perfil das [informação ocultada] participantes das edições das feiras de ciências"

Diante da diversidade de respostas, algo que vale a pena ser destacado é a frequência com que são citadas as palavras "**planejamento**", "**monitoramento**" e "**análise**", entre outras análogas, indicando que os órgãos da Prefeitura já se utilizam de dados para embasar a construção, o acompanhamento e a avaliação de suas políticas públicas, mesmo que de forma não estruturada.

PERGUNTA 14:

“QUAIS SÃO OS TIPOS DE DADOS PROVENIENTES DE REGISTROS ADMINISTRATIVOS UTILIZADOS PELA SECRETARIA/COORDENADORIA?”

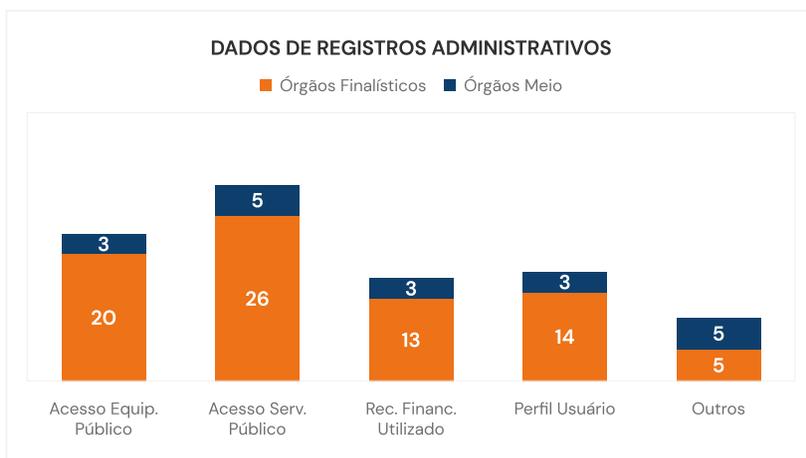
- **Número da pergunta no Questionário:** 21
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com mais de uma opção possível
- **Opções disponíveis:** Acesso a equipamentos públicos Acesso a serviços públicos Perfil dos usuários dos serviços públicos Recursos financeiros utilizados Nenhuma
- Outra: _____

Registros administrativos devem ser entendidos aqui como os dados, informações e registros produzidos pelos órgãos da Prefeitura Municipal de Niterói no decorrer de suas atividades, os quais devem ser utilizados para a tomada de decisões. São, portanto, fontes de dados produzidos pela própria administração e representam um alto potencial de utilização, abordando aspectos que normalmente não são verificados nas pesquisas oficiais, possuem atualização mais rápida e consideram particularidades do município.

No entanto, para sua utilização correta como fonte de dados de políticas públicas, esses registros precisam ser tratados da forma certa, com a aplicação de uma metodologia para a coleta, o armazenamento e a utilização bem como a utilização de ferramentas adequadas.

Assim, o questionário buscou conhecer quais são os registros administrativos trabalhados pelos órgãos, de forma que, para essa pergunta, os gestores poderiam responder quais os tipos de dados provenientes dessa fonte são utilizados, sendo possível que assinassem a utilização de mais de um tipo de dado.

Pelas 39 respostas obtidas, temos que 79% desses órgãos possuem, em seus registros administrativos, dados que se referem ao acesso aos serviços públicos, enquanto 59% possuem dados que se referem ao acesso aos equipamentos públicos, 44% ao perfil dos usuários e 41% aos recursos financeiros utilizados.



Dentre as respostas obtidas, 26% dos gestores apontam a utilização de outros tipos de dados provenientes de registros administrativos, especificados a seguir.

Especificação de “Outros” tipos de dados de registros administrativos:

- a. “Trabalhamos com os dados obtidos através dos Processos Administrativos abertos por outras Secretarias da PMN, abertos por nosso próprio Grupo Executivo e Laudos Técnicos de algumas Secretarias Municipais”;
- b. “Dados alfanuméricos e tabulares”;
- c. “Planejamento das intervenções de infraestrutura na cidade”;
- d. “Dados de pessoal”;
- e. “Histórico de utilização do serviço (histórico escolar)”;

- f. “Informação sobre políticas públicas em âmbito municipal com potencial de redução de desastres”;
- g. “Acesso a políticas de fomento”;
- h. “Dados de processos de licenciamento urbanísticos e Dados do sistema de transporte por ônibus”;
- i. “Quadro funcional da Prefeitura”;
- j. “Base Dados Cadastrais”.

Observação: 11% afirmaram que não utilizam dados de registros administrativos ou informaram que a pergunta não se aplica à realidade do órgão. Esse valor se diferencia do que foi respondido na questão sobre a origem de dados, o que pode representar que há ainda uma insuficiência no entendimento sobre o tema internamente, reforçando a necessidade de capacitações e de fortalecimento da Rede de Avaliação.

PERGUNTA 15:

“ESPECIFIQUE PARA QUAIS FINS SÃO UTILIZADOS ESSES DADOS”

- **Número da pergunta no Questionário:** 22
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

Mantendo o eixo temático da pergunta anterior, aqui a intenção é conhecer a finalidade com a qual os dados provenientes de registros administrativos são utilizados.

A transcrição das respostas foi feita de forma a suprimir apenas a identificação das Secretarias respondentes.

Respostas:	
1	"São utilizados para identificar, monitorar e decidir sobre problemas ligados a construções irregulares que prejudiquem o Crescimento Ordenado e a preservação de áreas verdes de nosso município".
2	" Diagnóstico e Planejamento Estratégico; Planejamento e programação de ações e serviços; Monitoramento e avaliação das intervenções".
3	"Os dados são utilizados para alimentação dos sistemas de monitoramento do Ministério da cidadania e utilizados para monitoramento e correção dos fluxos internos dos serviços socioassistenciais".
4	" Monitoramento ".
5	"Atendimento às necessidades, tomada de decisão , facilitação de acesso e melhoria da educação".
6	"Facilitar a tomada de decisão no direcionamento de recursos, avaliação e monitoramento de projetos, colaborar com a produção científica e etc."
7	"Para participação, controle e inserção de idosos"
8	"Melhoria na prestação de serviços".
9	"Análise de situação de saúde e da assistência prestada às pessoas".
10	" planejamento das ações e diretrizes a serem praticadas através dos dados registrados, tais como quantitativo de atendimentos, principais problemas enfrentados nas relações de consumo e ações junto aos maiores detentores de reclamações".
11	"Os dados são utilizados para elaboração de nosso trabalho, para elaboração de projeto de políticas públicas [informação ocultada]".
12	"Análise processual".
13	"Para organizar a utilização dos espaços públicos".
14	"Cadastro de vagas para [informação ocultada]"
15	"Controle, planejamento e fiscalização de obras, quantificando as mesmas a nível de investimento e controle de gastos, tendo como resultado a conclusão das mesmas dentro do prazo previsto e com a qualidade esperada".
16	"Mapeamento de risco: hierarquização em consideração ao número de vidas e o valor da intervenção".

17	"Os dados obtidos servem no meu trabalho para nortear a Diretoria Financeira visando a melhor tomada de decisão por parte do Diretor".
18	"Para realização de eventos e qual tipo de esporte será realizado"
19	"Utilizamos para realizar cruzamentos e identificar os alunos elegíveis ao [informação ocultada], ou seja, que atendem o critério de elegibilidade que é ser morador de Niterói e estudar em uma escola da rede pública localizada em Niterói".
20	"Projetos, licitações, contratações, capacitação".
21	"Para planejamento de ações".
22	" Análise de diagnóstico de origem de demandas de serviços públicos oriundos das associações de moradores".
23	"Os dados são utilizados para subsidiar projetos e políticas setoriais. Complementam as informações para diretrizes de projetos".
24	"Acompanhamento individual de alunos da rede pública municipal".
25	" Monitoramento e Análise de dados"
26	"Para acompanhamento do fluxo das despesas de acordo com os critérios orçamentários, acompanhamento do atingimento dos mínimos constitucionais em saúde e educação, verificação do percentual de comprometimento por fonte orçamentária em determinadas despesas. Em relação ao quadro funcional da prefeitura, os registros administrativos possibilitam análises mais aprofundadas nessa despesa em específico, ajudando a compreender a evolução temporal da mesma".
27	"Os dados coletados subsidiam as ações de divulgação, esclarecimento e informação à população das ações empreendidas pelo governo do município, atividade fim da [informação ocultada], subsidiam também ações de governo".
28	"Programação de Serviços - Segurança pública - Prevenção de Riscos"
29	"Folha pagamento, cadastro funcional..."
30	" Monitoramento e Análise de dados"
31	"Todos os dados subsidiam análises e proposição de políticas públicas da secretaria. Além disso, servem para avaliar, monitorar e criar uma cultura de gestão para resultados".
32	"para a inserção nos programas executados por esta pasta estruturação e logística dos projetos".
33	"Promover ações voltadas a minimização de desastres".

34	"para monitoramento das políticas públicas implementadas e para aprimoramento e melhorias das nossas ações".
35	"Controle de pagamentos, acompanhamento de serviços, monitoramento de serviços, acompanhamento de contratos, prazos de pagamentos, controle de editais, controle de inscrições de prestadores de serviços artísticos".
36	"Para responder processos administrativos, para planejamento urbano e da mobilidade".
37	"Usa para direcionar alguns projetos, conheço melhor a demanda e o público-alvo. Para avaliar de uma forma geral a política pública implementada pela então subsecretaria".

Assim como observado nos dados de fontes oficiais, percebe-se que as palavras "**planejamento**", "**monitoramento**" e "**análise**" são frequentemente citadas nas respostas, indicando que os órgãos da Prefeitura já se utilizam de dados para embasar a construção, o acompanhamento e avaliação de suas políticas públicas, ainda que de forma não estruturada.

Tópico 2.2: Cadastros

Composto por 12 questões, o subtópico busca compreender o processo de coleta e atualização de dados para:

- ◆ Saber se o órgão realiza algum tipo de cadastramento da população para os programas desenvolvidos;
- ◆ Entender a metodologia utilizada para a realização desse cadastramento, o que é considerado e levantado pelo órgão nos cadastramentos e a forma como as informações são coletas;
- ◆ Compreender se o órgão realiza algum tipo de cadastramento da população para os programas desenvolvidos ou se o faz por meio de terceiros;
- ◆ Assimilar quais são as metodologias utilizadas para a realização do cadastramento, observando o que é considerado e levantado pelo órgão nos cadastramentos e a forma como as informações são coletadas.

PERGUNTA 16:

“A SECRETARIA/COORDENADORIA REALIZA ALGUM TIPO DE CADASTRO DA POPULAÇÃO USUÁRIA/BENEFICIÁRIA DE SEUS PROGRAMAS OU POLÍTICAS?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 23
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com apenas uma opção possível
- **Opções disponíveis:** [] Sim [] Não

A pergunta tem a intenção de avaliar a realização de cadastramento por parte dos órgãos. Temos, atualmente, 61% dos órgãos realizando esse tipo de atividade. Quando consideramos apenas os órgãos finalísticos, temos que 77% dos órgãos que prestam serviços diretos à sociedade o fazem também por meio de cadastramento de sua população beneficiária.



Quando feito de forma a considerar os critérios básicos comuns de cadastramento e a padronização de entendimento sobre conceitos e campos, o cadastramento de população beneficiária de

um programa, ou público-alvo de uma política, de usuário de um equipamento, entre outros, traz informações importantes sobre os cidadãos, suas condições de vida, escolaridade, saúde, trabalho, renda etc.

Além disso, a realização de cadastros com campos em comum e padronizados em sua forma de coleta permite que sejam integrados e, quando utilizadas ferramentas adequadas de software, interoperados, ou seja, que esses dados, em uma linguagem comum, possam ser operados de forma integrada, possibilitando um aprimoramento no planejamento, no monitoramento, na implementação e na avaliação das políticas.

PERGUNTA 17:

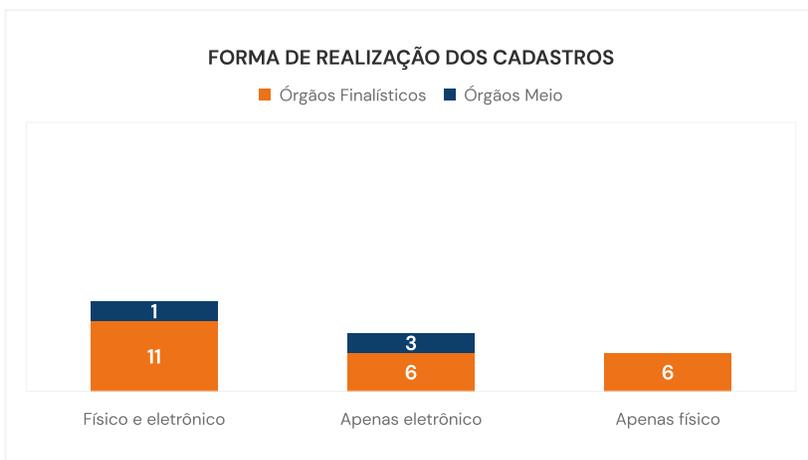
“COMO SÃO REALIZADOS OS CADASTROS PELA SECRETARIA/COORDENADORIA?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 24
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com mais de uma opção possível
- **Opções disponíveis:** [] Meio físico [] Meio eletrônico

A pergunta visa a identificar as formas pelas quais os cadastros são realizados pelos órgãos: por meio físico, eletrônico ou de ambas as formas. Portanto, ela foi respondida apenas pelos 27 órgãos que informaram realizar cadastros, ou seja, 61% dos respondentes.

Destes 27 órgãos, 44% realizam os cadastramentos tanto por meios físicos como eletrônicos, 33% apenas por meios eletrônicos e 22% apenas por meios físicos.

Majoritariamente, os órgãos finalísticos utilizam ambas as formas de cadastramento da população beneficiária de suas políticas.



Quando falamos em cadastramento por meio eletrônico, para este documento, não necessariamente estamos exclusivamente tratando de utilização de softwares específicos ou tratamento adequado desses dados, com realização de backups regulares e segurança nas etapas do processo, com veremos nas próximas questões.

PERGUNTA 18:

“OS CADASTROS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DE”

- **Número da pergunta no Questionário:** 25
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com mais de uma opção possível
- **Opções disponíveis:** Iniciativa da PMN Iniciativa dos cidadãos Através de contratos, convênios ou parcerias

A pergunta buscava identificar a iniciativa que origina os cadastros: PMN, cidadãos ou contratos, convênios e parcerias, sendo possível que os respondentes apontassem mais de uma das opções como resposta. Assim, temos que: 55% das iniciativas para a reali-

zação dos cadastros são feitas pela PMN, 41% por parte dos próprios cidadãos, outros 37% devido a contratos, convênios e parcerias.



Além disso, em 15% dos cadastramentos, a iniciativa vem de outras partes, descritas a seguir.

Especificação de “Outros” tipos de dados de registros administrativos:

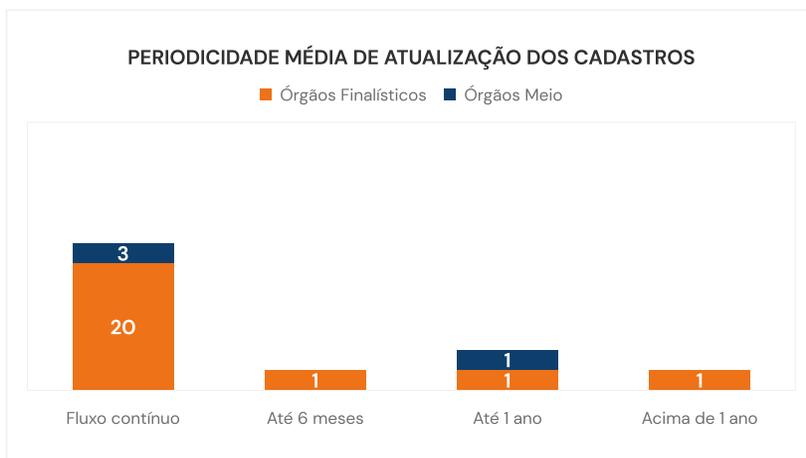
- “Sistemas do governo federal compartilhados com a gestão municipal”;
- “Dados coletados no atendimento, contato com fornecedores”;
- “Cadastros de jovens participantes de nossos projetos”;
- “Diretamente pela própria Secretaria como o sistema criado para acesso aos [informação ocultada]. Também é feito cadastro das [informação ocultada] participantes da Feira de. [informação ocultada]”

PERGUNTA 19:

“QUAL A PERIODICIDADE MÉDIA DE ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DOS CADASTROS DA SECRETARIA/COORDENADORIA?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 26
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com apenas uma opção possível
- **Opções disponíveis:** Fluxo contínuo Até 06 meses Até 01 ano Acima de 01 ano

As respostas a essa questão são relativas apenas aos 27 respondentes que afirmaram realizar cadastramentos na questão 23. Para essa questão, não era possível apontar mais de uma opção.



Assim, temos que: em 85% dos casos, os cadastros são atualizados de forma contínua. Quando analisamos os cadastros que são atualizados em periodicidade máxima de 1 ano¹, temos um percentual de 97%, sendo 85% de órgãos finalísticos e apenas 15% órgãos meio.

O resultado dessa questão aponta que a maioria dos órgãos que realizam algum tipo de cadastro dos usuários/beneficiários de seus serviços os mantêm atualizados.

PERGUNTA 20:

“COMENTE A QUESTÃO ANTERIOR, SE NECESSÁRIO”

- **Número da pergunta no Questionário:** 27
- **Caráter:** Opcional
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

A questão destinava um espaço livre para que os órgãos descrevessem melhor o fluxo de atualização de seus cadastros. Os comentários estão a seguir:

Respostas à pergunta 20

1	“Trata de dados de [informação ocultada] que obedecem às normatizações estabelecidas pelas políticas públicas”.
2	“Continuo com relação aos usuários atendidos; Dados quantitativos mensalmente e dados da estrutura dos serviços com periodicidade anual”.
3	“A atualização do cadastro só ocorre se a usuária buscar novamente o serviço e informar novos dados de contato, ou outros, a serem atualizados”.
4	“São necessárias frequentes atualizações tendo em vista, evasão escolar, matrículas efetivadas ao longo do ano, transferências escolares e etc.”
5	“Estamos montando um fluxo com os atendimentos à vacinação”
6	“atendimento presencial e por meio eletrônico e telefônico”
7	“Algumas informações podem ser atualizadas semanalmente”.

8	"O período mais intenso de acréscimo de cadastros ocorre no período oficial de matrícula entre dezembro e março".
9	"mensalmente atualizamos os cadastros de usuários dos serviços pois a demanda é contínua"
10	"Realizamos identificação de locais de risco através de mapeamentos e vistorias preventivas, para tal realizamos o cadastro dos dados de imóveis e moradores. Realizamos capacitação de voluntários, para tal realizamos cadastro dos candidatos. Realizamos ainda envio de informações [informação ocultada] através de SMS, aplicativo [informação ocultada], grupos de voluntários no Whatsapp, além de informações voltadas a minimização de risco de desastres através de nossas mídias sociais".
11	"Mediante a demanda e entrada de novos usuários no programa [informação ocultada]"

PERGUNTA 21:

"OS DADOS OBTIDOS NESSES CADASTROS POSSUEM RELAÇÃO COM SERVIÇOS PRESTADOS POR OUTROS ÓRGÃOS DA PREFEITURA?"

- **Número da pergunta no Questionário:** 28
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com apenas uma opção possível
- **Opções disponíveis:** [] Sim [] Não

As respostas a essa questão são relativas apenas aos 27 respondentes que afirmaram realizar cadastramentos dos usuários/beneficiários de seus serviços. Para essa questão, não era possível apontar mais de uma opção.

Assim, aproximadamente 52% dos órgãos que realizam cadastramentos afirmam que os dados obtidos nesses cadastros possuem

relação com serviços realizados por outros órgãos da Prefeitura, enquanto 48% afirmam não haver relação.

Quando analisamos esses resultados em relação à totalidade da Prefeitura, temos que 32% dos cadastros realizados pelos órgãos se relacionam a serviços prestados por outros órgãos da Prefeitura.



O resultado obtido nessa questão aponta que parte dos cadastros realizados por um órgão é aproveitada por outros no âmbito das suas políticas públicas. O fato fortalece a necessidade da criação de um ambiente comum de dados para a Prefeitura, no qual todos os órgãos possam depositar e acessar os dados mais atuais possíveis, em conformidade com os dispositivos legais pertinentes, tornando o trabalho com dados mais eficiente.

PERGUNTA 22:

“SE RESPONDEU ‘SIM’ NA QUESTÃO ANTERIOR, ESPECIFIQUE QUAIS”

- **Número da pergunta no Questionário:** 29
- **Caráter:** Opcional
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

A pergunta discursiva visava à especificação dos dados de cada órgão obtidos via cadastros que se relacionam com demais serviços prestados pela instituição. As respostas estão transcritas a seguir e demonstram como os serviços e as ações da Prefeitura estão integrados e evidenciam a necessidade de melhores organização e padronização dessas informações, como forma de aprimoramento da gestão.

Respostas à pergunta 22

"SECONSER, SASDH, DEFESA CIVIL, SMU, SEOP/FIPO, SEOP/CMA, SMARHS, SMHRF..."

"As políticas públicas na área de [informação ocultada] se relacionam com outras áreas como, por exemplo, situações de vulnerabilidade Niterói contra violência, acessibilidade, infraestrutura ambiental, assistência social".

"Na ficha, é indicado o órgão que encaminhou a usuária ao nosso serviço - DEAM ou SUS - e para qual ela foi encaminhada após o atendimento - DEAM, DP, JECRIM, NUDEM, CRAS, CREAS, Abrigo, Serviço de Saúde Mental (CAPS, CAPSI, CAPSAD), SUS, etc."

"SME; SMS; Assistência Social; Secretaria Municipal de Segurança"

"Vacinação da Secretaria de Saúde"

"Secretaria Municipal de Fazenda; SiGeo."

"SMU, Casa do Empreendedor, PGM, SEDEN, SMA"

"Algumas ações tem interface com serviços prestados por outras secretarias, convergindo ações para melhor atender a população"

"Usualmente com a SASDH e Defesa Civil"

"Renda Básica Temporária"

"Por exemplo o cartão de estacionamento para pessoas com deficiência -CEVE- é feito em parceria com a NITTRANS"

"Algumas vistorias são realizadas em conjunto com outras Secretarias. Obtemos informações a respeito de obras realizadas pela PMN e moradias entregues através de políticas habitacionais. Realizamos capacitação de alunos das escolas municipais. Ou seja, a [informação ocultada] atua de forma integrada com diversos órgãos municipais de acordo com o [informação ocultada] estabelecido através da [informação ocultada]"

"Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Codim, Coordenadoria de Juventude, Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial"

PERGUNTA 23:

“QUAL A METODOLOGIA UTILIZADA PELA SECRETARIA/COORDENADORIA NA COLETA DE DADOS?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 30
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

A pergunta era aberta, permitindo que os órgãos descrevessem as metodologias utilizadas no processo de coleta de dados. As repostas fornecidas estão descritas a seguir:

Respostas à pergunta 23	
1	“Instrução de P.A. (Processos Administrativos) e ações no [informação ocultada], quando possível.”
2	“Cada sistema possui formulários padronizados por normatização própria e as variáveis são disponibilizadas para consulta nos respectivos sites., [informação ocultada].”
3	“Serão encaminhados em anexo os seguintes. Cadúnico que faz o levantamento das condições socioeconômicas da população usuária; RMA que trata dos quantitativos e perfil dos usuários atendidos durante ao mês; e, CENSO [informação ocultada] com as informações de RH, qualidade dos serviços e estrutura física das unidades.”
4	“Utilização de questionários estruturados com respostas abertas e fechadas.”
5	“Demanda da região, escolaridade, população infantil e escolas na região.”
6	“As secretarias e órgãos encaminham diretamente os dados para inserção no [informação ocultada].”
7	“Apenas registro”
8	[Catálogo de Serviços da PMN]
9	“Seguimos as orientações do Ministério da [informação ocultada]. O instrumento de coleta é padronizado.”
10	“preenchimento de ficha de atendimento presencial na recepção e no atendimento realizado.”

11	"Cadastro próprio, para elaboração de projetos [informação ocultada] os cidadãos precisam se inscrever e por óbvio preenchem cadastros que são bases de dados [informação ocultada]."
12	"Formulário próprio"
13	"Cadastro em meio físico"
14	"Questionário"
15	"Decreto 13080/2018; Mapeamento de risco."
16	"Visita a campo"
17	"No processo de pré-inscrição do [informação ocultada] no site eletrônico do programa [informação ocultada] é solicitado o número do CPF, e-mail e telefone, além disso é realizada a adesão eletrônica ao programa e também a autodeclaração de residência em Niterói no mínimo há um ano."
18	"Fontes primárias e secundárias."
19	"Os campos são basicamente endereço, nome, CPF, RG, comprovante de residência - no caso de pessoas físicas. Para pessoas jurídicas, as informações coletadas são e-mail e telefone, uma vez que a [informação ocultada] consegue acessar as informações do CNPJ da Receita Federal."
20	"Os dados são coletados mediante aos processos administrativos que são analisados e projetos em andamento."
21	"Pesquisa de fontes de forma contínua e periódica. Dados primários e secundários."
22	"Auditoria sobre banco de dados próprios."
23	"Metodologia consolidada na área de [informação ocultada]"
24	"A coleta dos dados orçamentários utilizados pela [informação ocultada] no acompanhamento da [informação ocultada], na realidade, é feita automaticamente por meio da DBSeller, no momento da execução ocorrida no sistema por parte das unidades setoriais. À [informação ocultada] compete a extração destes dados, em csv, do sistema da DBSeller."
25	"Captura quantitativa do estoque processual, e juízo pontual do acervo sensível para segregação do trabalho."
26	"Contato direto com as fontes, pessoal, por ligações telefônicas e/ou meio eletrônico, pesquisas"
27	"Através do Colab"
28	"Prova de vida com dados cadastrais atualizados registrados no sistema e implantação dos dados através [informação ocultada]."

29	“Preenchimento de Ficha de Atendimento”
30	“Formulários. No momento do requerimento dos serviços; Tipo de deficiência”
31	“Possuímos sistemas de informação, desenvolvidos por servidor da própria secretaria para armazenamento, organização e gerenciamento de dados.”
32	“A maior parte dos nossos dados são coletado através dos formulários utilizados em nossos editais e mecanismos de fomento.”
33	“Análise de questionários, formulários de inscrições, dados de frequência dos equipamentos [informação ocultada], indicações de reunião com a população, entre outros”
34	“Por meio dia formulários dos eventos, serviços das [informação ocultada] e [informação ocultada] [informação ocultada] e redes sociais (Enquetes)”

Tópico 2.3: Gerenciamento de dados

Composto por 11 questões, o subtópico tem os objetivos de:

- ◆ Elencar ações dos órgãos que geram e utilizam esses dados e informações levantadas ou produzidas;
- ◆ Conhecer os recursos tecnológicos que auxiliam a realização desse cadastramento, para o preenchimento dos interessados, que gera relatórios automáticos da lista de inscritos;
- ◆ Compreender a utilização de serviços de nuvem para hospedar dados e informações.

PERGUNTA 24:

“DE FORMA GERAL, QUAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA/COORDENADORIA GERAM DADOS?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 31
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

A pergunta permitia respostas abertas, de forma a possibilitar que os órgãos descrevessem as políticas e os programas desenvolvidos. Em razão da especificidade, as respostas a essa pergunta serão omitidas, para evitar a identificação dos respondentes.

PERGUNTA 25:

“QUAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS OU COORDENADOS PELA SECRETARIA/COORDENADORIA UTILIZAM ESSES DADOS?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 32
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

A pergunta era aberta, permitindo que os órgãos informassem a totalidade de suas políticas e programas, desenvolvidos ou coordenados, que utilizam esses dados. Em razão da especificidade, as respostas a essa pergunta serão omitidas, para evitar a identificação dos respondentes.

PERGUNTAS 26 e 27:

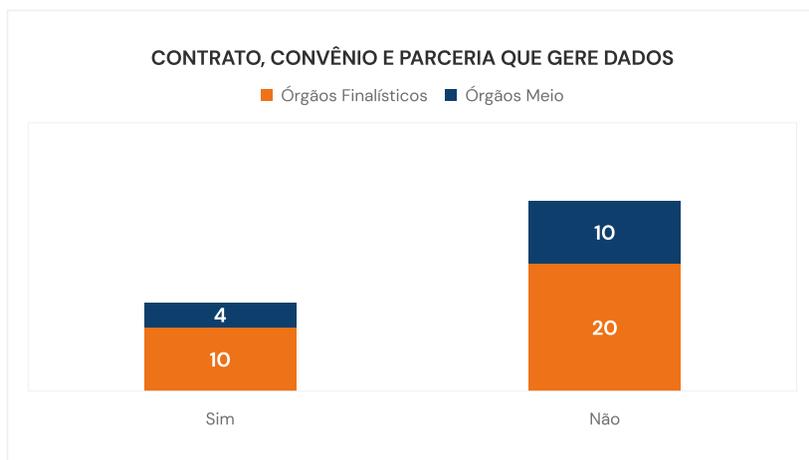
“A SECRETARIA/COORDENADORIA POSSUI ALGUM CONTRATO, CONVÊNIO OU PARCERIA EM ANDAMENTO COM ÓRGÃO EXTERNO QUE GERE DADOS E INFORMAÇÕES?”

“SE RESPONDEU ‘SIM’ NA QUESTÃO ANTERIOR, ESPECIFIQUE QUAIS”

- **Número das perguntas no Questionário:** 33 e 34
- **Caráter:** Obrigatória / Opcional
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com apenas uma opção possível / Discursiva
- **Opções disponíveis:** [] Sim [] Não

A pergunta objetivava compreender se há dados gerados por meio de atividades realizadas por convênios, parcerias e/ou contratos, mantidos pelo órgão. Em caso positivo, foi solicitado que o órgão especificasse quais são esses dados.

Como respostas, temos que 32% dos órgãos possuem contratos, convênios e/ou parcerias em vigência que geram dados, sendo a maioria desses finalísticos.



Temos a seguir a especificação dos convênios, contratos e/ou parcerias em vigência que geram dados e informações:

Especificação de quais contratos, convênios ou parcerias em andamentos com órgão externo geram dados e informações:

- “Procon RJ, Acordo de cooperação técnica, que possibilitará a nossa integração junto ao Sistema Nacional de Informações de [informação ocultada], possibilitando uma integração maior de nossa Secretaria/Procon com os órgãos estaduais e federais”;
- “Diversos Ministérios, Caixa Economica Federal”
- “O PRODERTJ, e a CAIXA (...)”;

- d. “Sebrae, IFRJ, Firjan, UFF – Universidade Federal Fluminense”;
- e. “A [informação ocultada] de Niterói possui convênio com a Receita Federal e Fazenda Estadual visando o intercâmbio de informações e assistência mútua. DBSeller”;
- f. “Com o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, Caixa Econômica Federal – CEF, ONU-Habitat e MercoCidades”;
- g. “Atraves de convenio ou termo de cooperação”;
- h. “Contratos empresa, assessoria de imprensa, agência de publicidade e Colab”;
- i. “Universidade Federal Fluminense”;
- j. “Ouvidoria Nacional dos [informação ocultada] / Ministério dos [informação ocultada] - Coleta feita através do Disque 100 e canais da [informação ocultada], gerenciados Sistema da Ouvidoria Nacional de [informação ocultada] e Atendimento - A política da [informação ocultada] que está diretamente envolvida é o [informação ocultada]”;
- k. “Contrato de manutenção do Sistema de [informação ocultada] que contempla a rede de [informação ocultada], [informação ocultada] e sistema de organização e gerenciamento de dados [informação ocultada]”;
- l. “Os projetos contratados no âmbito do PDPA”;
- m. “Há uma parceria com o SIGEO, cedendo dados dos grupos [informação ocultada] atuantes em Niterói, para que estes possam ser mapeados pelo sistema de georeferenciamento da PMN”

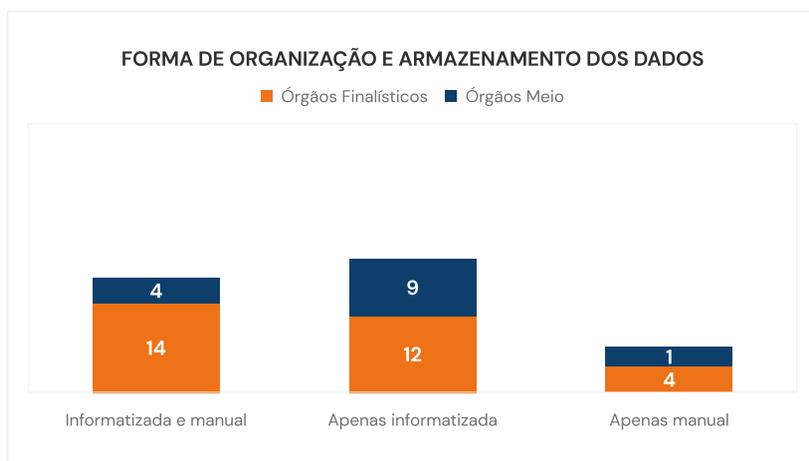
PERGUNTA 28:

“A ORGANIZAÇÃO E O ARMAZENAMENTO DOS DADOS SÃO FEITOS DE FORMA MANUAL OU INFORMATIZADA?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 35
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com mais de uma opção possível / Discursiva
- **Opções disponíveis:** [] Manual [] Informatizada

A pergunta tem por objetivo entender de que forma (informatizada ou manual) os órgãos organizam e armazenam seus dados.

Embora 48% deles organizem e armazenem esses dados de forma completamente informatizada, temos que: 41% das Secretarias ainda possuem uma informatização incompleta, utilizando também o armazenamento manual de seus dados; e em 11% dos órgãos são utilizadas somente formas manuais dessas atividades.



O avanço da informatização dos dados pelos órgãos é capaz de reduzir a possibilidade de perda, facilitar o manuseio, promover maior rapidez no serviço à população, viabilizar a integração com os demais dados da Prefeitura, entre outros benefícios. Portanto, o processo de transição das informações para o ambiente virtual deve ser encarado com sua devida importância.

Além disso, é preciso reforçar que apenas a organização e o armazenamento informatizado desses dados não garantem o tratamento correto. É necessário, além da adequação ao ambiente virtual, o cumprimento de parâmetros definidos pela Prefeitura e de normas e marcos legais que visam a garantir a segurança adequada para a organização, o armazenamento e o compartilhamento.

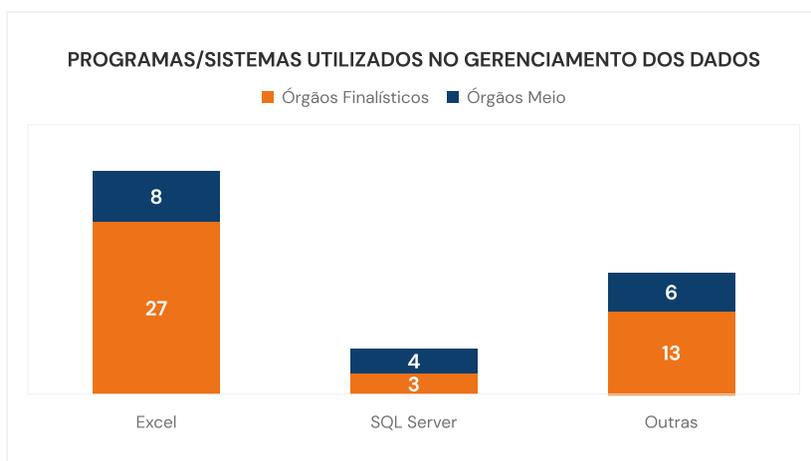
PERGUNTA 29:

“QUAIS PROGRAMAS/SISTEMAS SÃO UTILIZADOS PARA GERENCIAR OS BANCOS DE DADOS NA SECRETARIA/COORDENADORIA?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 36
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com mais de uma opção possível
- **Opções disponíveis:** Excel Acess SQL Server Oracle Outro

A pergunta tem o objetivo de compreender os programas e os sistemas utilizados pelos órgãos para o gerenciamento dos dados. Era possível aos órgãos marcarem mais de uma opção dentre as oferecidas pelo questionário e, além disso, especificar, na opção “Outro”, os demais programas e sistemas utilizados.

Cabe ressaltar a ampla utilização do Excel pelos órgãos, citado em 50% das respostas recebidas. O SQL Server foi citado por 11% dos órgãos e outros programas e sistemas foram descritos em 34% das respostas, como mostra o gráfico a seguir.



Como já dito anteriormente, o gerenciamento informatizado não é garantia de um gerenciamento correto de dados. Aqui temos um exemplo desse processo. Ao utilizar a ferramenta Excel, por exemplo, é possível que os órgãos tratem esses dados de formas muito distintas. A atualização pode ser realizada em uma mesma planilha, impossibilitando a organização de séries históricas. As planilhas podem ficar armazenadas apenas nas máquinas e, portanto, mais suscetíveis a perdas ou ao acesso por pessoas que não são as gestoras desses dados, entre outras questões importantes, a que devemos estar atentos em nossas Diretrizes para a melhor gestão dos dados e informações na Prefeitura.

Especificação de “Outros” programas/sistemas utilizados:

- a. “Word”;
- b. “Portais do governo federal com acesso municipal”;
- c. “Plataforma Educacional Niterói em Rede”;
- d. “ArcGis”;
- e. “Prime (Prontuário Eletrônico do Cidadão)”;
- f. “Software próprio”;
- g. “SEFAZ, E-Cidade”;
- h. “Portal do Empreendedor, Regin, Site da JUCERJA, Portal Web Emprega Brasil, Portal Mte Mais Emprego”;
- i. “My SQL”;
- j. “E-cidade”;
- k. “A plataforma Civitas (SIGEO) e o Arcgis”;
- l. “Wampserver (free), no-ip (free)”;
- m. “Office 365 (programas)”;
- n. “Sistema próprio de gestão processual (em implementação)”;
- o. “Word, Processador de imagens”;
- p. “Word”;
- q. “MY SQL versão 5.3, Postgis e Redis”;
- r. “SIGEO”;
- s. “MySQL, MariaDb”.

PERGUNTA 30:

“ESTES SISTEMAS POSSIBILITAM A EXTRAÇÃO DIRETA DE RELATÓRIOS COM BASE NOS DADOS OBTIDOS E UTILIZADOS PELA SECRETARIA/COORDENADORIA?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 37
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com apenas uma opção possível
- **Opções disponíveis:** [] Sim [] Não

A pergunta objetiva compreender se pelos sistemas atuais utilizados pelos órgãos é possível realizar a extração de relatórios. Possuía como respostas possíveis as opções Sim e Não, não sendo possível escolher mais de uma.

Temos que 61% dos órgãos conseguem realizar a extração desses relatórios com os atuais sistemas, o que auxilia muito nos processos de avaliação e monitoramento das políticas públicas.



PERGUNTA 31:

“SE RESPONDEU ‘SIM’ NA QUESTÃO ANTERIOR, ESPECIFIQUE QUAIS RELATÓRIOS PODEM SER EXTRAÍDOS”

- **Número da pergunta no Questionário:** 38
- **Caráter:** Opcional
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

A pergunta era discursiva e foi respondida por todos os órgãos que afirmaram ser possível extrair os relatórios com os atuais sistemas. As respostas obtidas foram transcritas de forma a suprimir informações que pudessem identificar os órgãos.

Respostas à pergunta 31

1	“Todos de referência na questão 19.”
2	“Dados cadastrais, demandas, atualização e necessidade.”
3	“Relatório com as atualizações, pessoa responsável por inserir e alterar dados, data e hora, cálculos simples, filtros e etc.”
4	“Relatório de [informação ocultada] Relatório de atendimento aos chamados [informação ocultada]”
5	“Só o [informação ocultada] gera relatórios. Cobertura vacinal, perfil do cidadão, etc...”
6	“cadastro dos consumidores, das empresas reclamadas.”
7	“Planilhas orçamentárias, cronogramas, memórias de cálculo, folhas de pagamento, relatório financeiros”
8	“Números de processo, datas [informação ocultada], Números de [informação ocultada] etc.”
9	“Relatórios financeiros /orçamentários diversos.”
10	“Relatórios de [informação ocultada] melhor aproveitadas”
11	“Relatório Analítico e Gerencial de [informação ocultada] elegíveis, Relatório Analítico e Gerencial por [informação ocultada] das pré-inscrições, Relação Analítica e Gerencial dos [informação ocultada] Beneficiários por ano letivo, etc.”

12	“Público atendido, legislação sobre o MEI, número de [informação ocultada], número de [informação ocultada] emitidos, atividades [informação ocultada]”
13	“Em relação a aplicações utilizadas na [informação ocultada], o sistema gerenciador de banco de dados mais usual é o postgresql, que permite a extração de dados. Qualquer dado presente em determinada aplicação pode ser puxado via SQL. Considerando o e-Cidade, pode-se puxar dados de [informação ocultada] informações cadastrais etc.”
14	“CODEGEN, CSV, CSV FOR MS EXCEL, MICROSOFT WORD 2000, JSON, LATEX, PDF, PHP ARRAY, SQL, TEXT!TEXT, XML YAMIL.”
15	“ [informação ocultada] matriculados, [informação ocultada] da rede, quantidade de vagas por [informação ocultada]”
16	“Os relatórios produzidos pelo [informação ocultada] são de uso exclusivo do [informação ocultada]”
17	“Relatórios com toda a execução orçamentária em tempo real, desagregados entre as principais codificações orçamentárias e valores.”
18	“Em implementação.”
19	“Histórico de realizações, investimentos declarados, resultados de pesquisas, imagens de obras/ações/realizações, dados contratuais”
20	“Relatórios normais de uma secretaria.”
21	“Relatórios analíticos”
22	“Relatórios, boletins”
23	“Relatórios sobre georreferenciamento, dados demográficos ou tipificação de violações”
24	“Os sistemas possibilitam extração de diversos dados georreferenciados em relação a análises de risco realizadas, dados meteorológicos, voluntários, projetos e processos administrativos que tramitam na [informação ocultada]. Os sistemas de informação da [informação ocultada] geram relatórios com dados de solicitações, atendimentos, interdições, desinterdições, relatórios técnicos emitidos, documentos recebidos e emitidos (ofícios, processos, comunicações internas e guias de remessa), folhas de ponto, cadastro de funcionários, informações [informação ocultada] com avisos e alertas enviados para a população.”

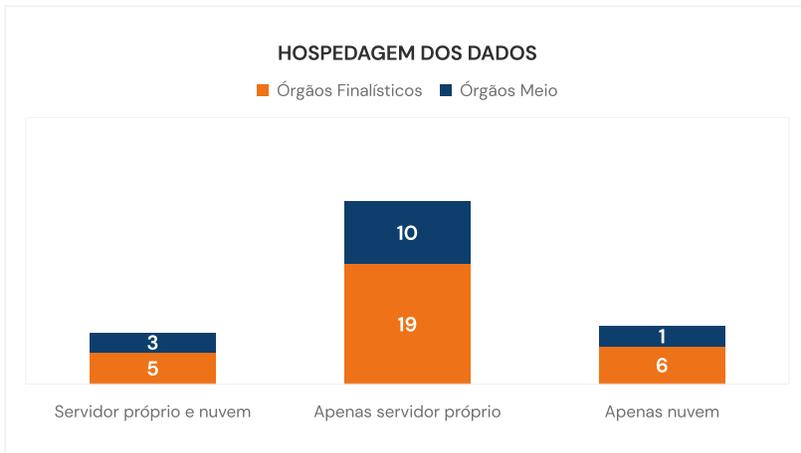
25	“Relatórios descritivos e explicativos”
26	“Total de usuários Cadastrados, acesso, formandos. Informações gerais de cadastro”

PERGUNTA 32:

“COMO É FEITA A HOSPEDAGEM DOS DADOS OBTIDOS E UTILIZADOS PELA SECRETARIA/COORDENADORIA?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 39
- **Caráter:** Obrigatória
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com mais de uma opção possível
- **Opções disponíveis:** [] Servidor próprio da Secretaria/Coordenadoria [] Utilização de hospedagem em nuvem

A pergunta possuía como opções possíveis “Servidor próprio da Secretaria/ Coordenadoria” ou “Utilização de hospedagem em nuvem”, sendo possível que os órgãos optassem por uma ou ambas as respostas.



PERGUNTA 33:

“SE RESPONDEU ‘UTILIZAÇÃO DE HOSPEDAGEM EM NUVEM’ NA QUESTÃO ANTERIOR, ESPECIFIQUE QUAL/QUAIS SERVIÇO(S) SÃO UTILIZADOS”

- **Número da pergunta no Questionário:** 40
- **Caráter:** Opcional
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

A pergunta era específica para os respondentes que afirmaram utilizar hospedagem em nuvem para possibilitar que os órgãos especificassem, de forma discursiva, os programas de nuvem utilizados.

Respostas à pergunta 33

1	“Utiliza a nuvem para dados internos administrativos por exemplo, Teams, Onedrive e Drive Gmail, os sistemas oficiais permanecem nas plataformas web.”
2	“Google Drive e iCloud.”
3	“OneDrive”
4	“Microsoft Azure”
5	“Google Drive”
6	“Drive do Gmail”
7	“Mega, amazon web service, google drive”
8	[Resposta ocultada]
9	“o servidor utilizado no SIGEO”
10	“OneDrive; Google Drive; outros”
11	“Drive do Google e SONDA”
12	“Sistema de Gerenciamento de Dados Meteorológicos e Aplicativo Alerta DCNIT.”
13	“Google drive”
14	“Google Drive”
15	“Sites e serviços da [informação ocultada]”

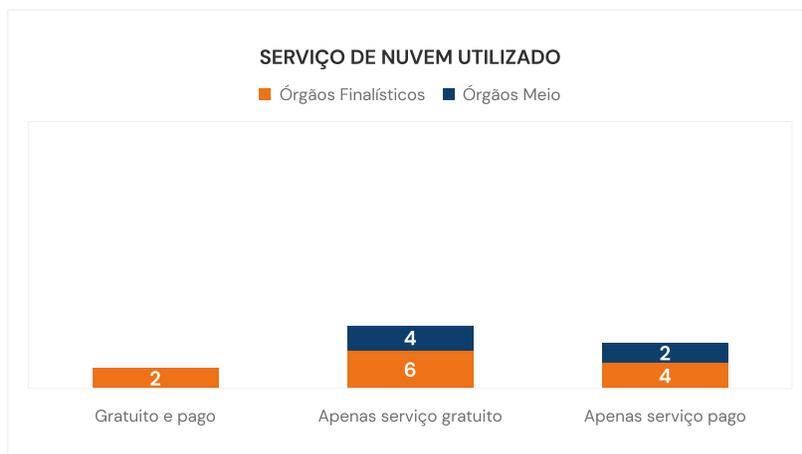
PERGUNTA 34:

“ESTA NUVEM É UTILIZADA MEDIANTE CONTRATAÇÃO PAGA OU É UTILIZADO UM SERVIÇO GRATUITO?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 41
- **Caráter:** Opcional
- **Tipo da pergunta:** Múltipla escolha com mais de uma opção possível
- **Opções disponíveis:** É utilizado um serviço pago É utilizado um serviço gratuito

A pergunta era específica para os respondentes que afirmaram utilizar hospedagem em nuvem, com o objetivo de compreender se o serviço utilizado é gratuito ou pago. Era possível que os respondentes afirmassem utilizar apenas um tipo de serviço ou ambos.

Temos que 56% dos órgãos que fazem uso de nuvens, utilizam apenas serviços gratuitos para o armazenamento de seus dados e informações.



PERGUNTA 35:

“QUAIS DADOS SÃO HOSPEDADOS NESTA NUVEM?”

- **Número da pergunta no Questionário:** 42
- **Caráter:** Opcional
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

A pergunta era voltada para os órgãos que utilizam armazenamento em nuvem, visando a que fossem elencados os dados hospedados dessa forma na Secretaria/Coordenadoria.

Respostas à pergunta 35

1	“Dados institucionais dos processos de trabalho e dados do diagnóstico da Rede de Atenção Primária e Rede de Atenção Psicossocial”
2	“Todos os dados são coletados e inseridos nos sistemas disponíveis.”
3	“Banco de dados.”
4	“Dados dos Setores e departamentos da [informação ocultada].”
5	“Todos os dados que foram estruturados para entrar no Banco de Dados seja um produto final ou um produto de atualização diária.”
6	“Nomes, RG, CPF, Comprovante de Residência, Escolaridade.”
7	“Todas as informações coletadas pela [informação ocultada] encontram-se armazenadas no [informação ocultada]”
8	“arquivos em geral”
9	“Documentos”
10	[Resposta ocultada]
11	Lista de cidadãos atendimentos pelo [informação ocultada] e os Núcleos especializados Lista de cidadãos participantes da Mediação de Conflitos Lista de usuários do Serviço de Acesso a Documentação
12	Dados meteorológicos e dados obtidos através do aplicativo [informação ocultada].

13	atualmente quase todos os dados da [informação ocultada] estão armazenados em drives de diversas contas do g mail e fazemos alguns backups em um único HD externo da [informação ocultada]
14	Dados de artistas e fazedores de cultura, pontos de cultura, ações locais, coletivos culturais informais e trabalhadores da cultura.
15	Formulários e cadastros de eventos, cursos, oficinas e workshops. Conteúdo digital das [informação ocultada].

PERGUNTA 36:

“SE RESPONDEU ‘SERVIDOR PRÓPRIO DA SECRETARIA’, ESPECIFIQUE QUAIS DADOS ESTÃO HOSPEDADOS NESTE SERVIDOR.”

- **Número da pergunta no Questionário:** 43
- **Caráter:** Opcional
- **Tipo da pergunta:** Discursiva

A pergunta era voltada para os órgãos que afirmaram armazenar seus dados em servidor próprio da Secretaria, visando a que fossem elencados os dados hospedados dessa forma na Secretaria/Coordenadoria.

Resposta à pergunta 36

1	“Registro de Processos Administrativos, fotos das Missões executadas, Relatórios e Despachos do Secretário Chefe.”
2	“São portais do governo federal, nos relatórios próprios e exclusivos da secretaria são coletados em servidor da secretaria em pastas próprias de cada setor.”
3	“Financeiro, orçamentário e administrativo.”
4	“Todos os dados que foram estruturados para entrar no Banco de Dados seja um produto final ou um produto de atualização diária.”

5	<p>“Nº de ocorrência de acidentes de [informação ocultada] Nº de habitantes Nº de veículos registrados na cidade Nº de chamados recebidos pelo [informação ocultada] Contagem Volumétrica [informação ocultada]”</p>
6	“Todos os dados.”
7	“Todas as informações coletadas pela [informação ocultada] encontram-se armazenadas em computadores físicos da [informação ocultada]”
8	“Planilhas em Excel”
9	“Dados administrativos, dados financeiros e técnicos”
10	“banco de dados do [informação ocultada].”
11	“Relatórios semanais dos eventos de nossa secretaria”
12	“Não há servidor próprio. As informações usadas e/ou geradas no órgão são arquivadas nas máquinas utilizadas pelos servidores.”
13	“No caso da pergunta 38, nenhuma das opções disponíveis atende a especificidade do [informação ocultada], pois a hospedagem é realizada pelo [informação ocultada], ou seja, o ideal é que fosse disponibilizada uma outra opção exemplo: Outras com possibilidade de detalhamento.”
14	“Documentos”
15	“Arquivos de usuários. Dados de sistemas próprios. Backups; Dados de sistemas administrados. Dados tributários de sistemas legados.”
16	“dados cadastrais pessoais (documentos)”
17	“Não há um servidor para toda secretaria, há um servidor no setor onde trabalho.”
18	“Relatórios mensais de pagamento e desenvolvimento dos projetos”
19	“Cadastro de munícipes com documentação para gestão de programas [informação ocultada] e rede de arquivos.”

20	“Banco de dados mantido por terceiro: Sistema de gestão [informação ocultada]. Esse sistema mantém os dados de todos os alunos matriculados na rede, seu histórico [informação ocultada], sua vinculação de turma, dados complementares sobre benefícios sociais. Em relação a lotação funcional, o sistema armazena a lista de [informação ocultada] da rede, as turmas disponíveis em cada [informação ocultada], e armazena a associação entre [informação ocultada] e turmas.”
21	“Todos”
22	“Dados de acompanhamento dos mínimos constitucionais, dados de projeções orçamentárias no curto e médio prazo, dados históricos de execução anterior na prefeitura, análises e estudos fiscais, entre outros.”
23	“Informações processuais.”
24	“Releases, fotos, contratos, documentos administrativos”
25	“Todos os dados da secretaria”
26	“Servidor de arquivos”
27	“Sistema Previdenciário”
28	“Todos”
29	“Número de atendimentos”
30	“Todos os sistemas de informação desenvolvidos e utilizados pela secretaria, bem como, os dados, backups, relatórios, fotos e arquivos de usuários.”

DIRETRIZES DE

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

COLEÇÃO AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS - VOLUME 2

Este documento apresenta diretrizes para a gestão da informação de políticas públicas na Prefeitura Municipal de Niterói e pretende oferecer subsídios que potencializem as capacidades dos servidores em gerir a informação de forma a aprimorar a execução das políticas e dos programas desenvolvidos. Também apresenta os resultados do diagnóstico sobre o status da Prefeitura de Niterói no que tange a coleta, armazenamento, atualização e manutenção dos dados e informações gerados por registros administrativos internos e por fontes oficiais governamentais externas à Prefeitura.

Considerando os desafios para gerir informações de políticas públicas neste momento histórico, este documento pretende servir como uma referência para consulta, pois aponta um conjunto de diretrizes que podem ser aplicadas por todos os órgãos da administração direta e indireta, trazendo recomendações, sugerindo melhorias nos processos e no tratamento das informações, em especial, aqueles referentes aos registros administrativos.

Esse é um tema dinâmico e em constante atualização, portanto, estas diretrizes são um pontapé — não são definitivas e exigirão permanente atualização, assim como nosso trabalho na gestão pública. Convidamos a todos para somar nesse desafio.



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

SEPLAG

SSAGI

ISBN: 978-65-992086-4-5



9 786599 208645